



Aprovado pelo Parecer *ad referendum* Consun nº 010/2025 de 18/11/2025. com atualizações aprovadas no Conselho Universitário conforme Resolução 53/25 de 11/12/2025.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

CAMPUS JOINVILLE

Joinville, 2025





**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE - FURJ -
MANTENEDORA**

Presidente

Alexandre Cidral

Vice-Presidente

Therezinha Maria Novais de Oliveira

Diretor Administrativo

Mário César de Ramos

Diretor de Operações

Pablo Peruzzolo Patrício

Procuradoria Geral

Ana Carolina Amorim

Universidade da Região de Joinville - Univille - Mantida

Reitor

Alexandre Cidral

Vice-Reitora

Therezinha Maria Novais de Oliveira

Pró-Reitor de Ensino

Eduardo Silva

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Paulo Henrique Condeixa de França

Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários



Patrícia Esther Fendrich Magri

Diretora do Campus São Bento do Sul

Liandra Pereira

Parque de Inovação Tecnológica de Joinville e Região - Inovaparc - Mantida

Diretor Executivo

Paulo Marcondes Bousfield

Elaboração

Reitoria

Vice-Reitoria

Pró-Reitoria de Ensino

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários

Direção Campus São Bento do Sul

Curso de Licenciatura em Educação Especial



SUMÁRIO

1 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO	8
1.1 Mantenedora	8
1.2 Mantida	9
1.4 Dados socioeconômicos da região	13
1.5 Breve histórico da Furj/Univille	24
1.6 Corpo dirigente	35
1.7 Estrutura organizacional	37
1.7.1 Fundação Educacional da Região de Joinville	40
1.7.2 Universidade da Região de Joinville	40
1.7.2.2 Reitoria	45
1.7.2.3 Campi e unidades	46
1.7.2.4 Cursos de graduação e programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	46
1.7.2.5 Órgãos complementares e suplementares	48
1.7.2.6 Educação a Distância (Unidade Ead - UNEaD)	49
1.8 Planejamento Estratégico Institucional (PEI)	50
1.8.2 A estratégia	51
1.8.3 Objetivos estratégicos	52
1.8.4 Integração do Planejamento Estratégico Institucional com o Curso	52
2 DADOS GERAIS DO CURSO	53
2.1 Denominação do curso	53
2.1.2 Titulação	53
2.2 Endereços de funcionamento do curso	54
2.3 Ordenamentos legais do curso	54
2.4 Modalidade	54
2.5 Número de vagas autorizadas	54
2.6 Conceito Enade e Conceito Preliminar de Curso	54
2.7 Período (turno) de funcionamento	55
2.8 Carga horária total do curso	55



2.9 Regime e duração	55
2.10 Tempo de integralização	55
2.11 Formas de ingresso	55
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	57
3.1 Política institucional de ensino de graduação.....	57
3.2 Política institucional de extensão.....	60
3.3 Política institucional de pesquisa.....	64
3.4 Histórico do curso.....	68
3.5 Justificativa da necessidade social do curso (contexto educacional)	69
3.6 Proposta filosófica da Instituição e do curso.....	72
3.6.1 Educação para o século XXI	72
3.6.2 Universidade.....	80
3.6.3 Concepção filosófica específica do curso.....	81
3.7 Objetivos do curso.....	81
3.7.1 Objetivo geral do curso.....	82
3.7.2 Objetivos específicos do curso	82
3.8 Perfil profissional do egresso e campo de atuação	84
3.8.1 Perfil profissional do egresso.....	84
3.8.2 Campo de atuação profissional	87
3.9 Estrutura curricular e conteúdos curriculares	87
3.9.1 Matriz curricular	90
3.9.2 Ementas e referencial bibliográfico.....	95
3.9.3 Integralização do curso.....	142
3.9.4 Abordagem dos temas transversais: educação ambiental, educação das relações étnico-raciais e educação em direitos humanos	146
3.9.5 Atividades extracurriculares.....	149
3.10 Metodologia de ensino-aprendizagem.....	151
3.11 Inovação pedagógica e curricular	153
3.12 Flexibilização curricular	155
3.13 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem	156
3.14 Apoio ao discente	159
3.14.1 Central de Relacionamento com o Estudante	159



3.14.2 Central de Atendimento Acadêmico	161
3.14.3 Programas de bolsa de estudo	161
3.14.5 Assessoria Internacional	162
3.14.6 Diretório Central dos Estudantes e representação estudantil	164
3.14.7 Coordenação e Área	164
3.14.8 Outros serviços oferecidos	165
3.15 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	166
3.16 Tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem	168
3.17 Ambiente Virtual de Aprendizagem	172
3.18 Material didático	173
3.19 Número de vagas	177
4. GESTÃO DO CURSO E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	178
4.1 Gestão do curso	178
4.2 Colegiado do curso	180
4.3 Coordenação do curso	181
4.4 Núcleo Docente Estruturante do curso	183
4.5 Equipe Multidisciplinar	184
4.6 Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes EAD	184
4.7 Corpo docente do curso	184
4.8 Tutores	188
4.9 Conhecimento, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria	189
5 INFRAESTRUTURA	190
5.1 <i>Campus</i> Joinville	191
5.2 Unidade Centro – Joinville	194
5.3 Salas/gabinetes de trabalho para professores de tempo integral	195
5.4 Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos	196
5.5 Espaço para os professores do curso (sala dos professores)	197
5.6 Salas de aula	197
5.5.1 <i>Campus</i> Joinville	197
5.7 Acesso dos alunos a equipamentos de informática	199



5.8 Biblioteca – Sistema de Bibliotecas da Univille (Sibiville)	202
5.8.1 Espaço físico, horário e pessoal administrativo	203
5.8.3 Acervo	206
5.8.4 Serviços prestados/formas de acesso e utilização	207
5.8.5 Acesso a bases de dados.....	209
5.8.6 Biblioteca virtual Minha Biblioteca	210
5.8.7 Acervo específico do curso.....	210
5.9 Laboratórios.....	210
5.9.1 Laboratórios de formação básica	213
5.9.2 Laboratórios de formação específica.....	213
5.10 Comitê de Ética em Pesquisa e Comitê de Ética na Utilização de Animais	214



1 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

1.1 Mantenedora

Denominação

Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ

CNPJ: 84.714.682/0001-94

Registro no Cartório Adilson Pereira dos Anjos do Estatuto e suas alterações:

- Estatuto da FURJ protocolo 21640, livro protocolo 7A, livro registro 1.º, fls. 002, Registro 2 em 25/5/1995;
- Primeira alteração, protocolo 70379, livro protocolo 48A, livro registro 9A, fls. 104, Registro 1304 em 14/3/2000;
- Última alteração (18ª), protocolo 207202, livro protocolo A-192, Folha 64F em 25/02/2025.

Atos legais da mantenedora

- Lei Municipal n.º 871 de 17 de julho de 1967 – autoriza o Prefeito a constituir a Fundação Joinvillense de Ensino (Fundaje);
- Lei n.º 1.174 de 22 de dezembro de 1972 – transforma a Fundaje em Fundação Universitária do Norte Catarinense (Func);
- Lei n.º 1.423 de 22 de dezembro de 1975 – modifica a denominação da Func para Fundação Educacional da Região de Joinville (FURJ).

Endereço da mantenedora

Rua Paulo Malschitzki, n.º 10 – Zona Industrial Norte



CEP 89219-710 – Joinville – SC

Telefone: (47) 3461-9000

www.univille.br

1.2 Mantida

Denominação

Universidade da Região de Joinville – Univille

Atos legais da mantida

- Credenciamento: Decreto Presidencial s/ n.º de 14/8/1996;
- A última avaliação externa que manteve o credenciamento como Universidade: Portaria MEC 524, de 9 de junho de 2020 publicada no Diário Oficial da União nº 111 de 12 de junho de 2020 retificada no Diário Oficial da União nº 129 de 8 de julho de 2020.

Endereços

- Campus Joinville, sede da Univille

Rua Paulo Malschitzki, 10 – Zona Industrial Norte – CEP 89219-710 – Joinville – SC

Tel.: (47) 3461-9000 - E-mail: univille@univille.br

- Campus São Bento do Sul

Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230 – Bairro Colonial – CEP 89288-385 – São Bento do Sul – SC

Tel.: (47) 3631-9100 - E-mail: univillesbs@univille.br

- Unidade Centro – Joinville

Rua Rio do Sul, 270 – Centro – CEP 89202-201 – Joinville – SC

Tel.: (47) 3431-0600 - E-mail: univillecentro@univille.br



- Unidade São Francisco do Sul

Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba – CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC

Tel.: (47) 3471-3800 - E-mail: univille.sfs@univille.br

- Polo de Educação a Distância Campus Joinville

Rua Paulo Malschitzki, 10 – Zona Industrial Norte – CEP 89219-710 – Joinville – SC

Tel.: (47) 3461-9000 - E-mail: polobomretiro@univille.br

- Polo de Educação a Distância Campus São Bento do Sul

Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230 – Bairro Colonial – CEP 89288-385 – São Bento do Sul – SC

Tel.: (47) 3631-9100 - E-mail: polosbs@univille.br

- Polo de Educação a Distância Unidade Centro – Joinville

Rua Rio do Sul, 270 – Centro – CEP 89202-201 – Joinville – SC

Tel.: (47) 3422-3021 - E-mail: polocentro@univille.br

- Polo de Educação a Distância Unidade São Francisco do Sul

Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba – CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC

Tel.: (47) 3471-3800 - E-mail: polosfs@univille.br

- Polo de Educação a Distância Araquari

Rodovia SC-418, 7.231 – CEP 89245-000 – Araquari – SC

Tel.: (47) 3433-3566 - E-mail: poloaraquari@univille.br

- Polo de Educação a Distância Curitiba

Av. Presidente Kennedy, 4070, Sobrado – CEP 80.610-010 – Curitiba – PR

Tel.: (41) 3073 1776- E-mail: poloaguaverdecuitiba@univille.br

- Polo de Educação a Distância Guaramirim

Rua Henrique Friedmann, 50 – CEP 89.270-000 – Guaramirim – SC



Tel.: (47) 99910-3942 - E-mail: pologuaramirim@univille.br

- Polo de Educação a Distância Itapoá

Rua Wellington Rodrigues Junqueira, 102 – Residência Príncipe – CEP 89249000
– Itapoá – SC

Tel.: (47) 3443-2279 - E-mail: poloitapoa@univille.br

- Polo de Educação a Distância Jaraguá do Sul

Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 744 – Centro – CEP 89251700 – Jaraguá do Sul
– SC

Tel.: (47) 3273-1822 - E-mail: polojaragua@univille.br

- Polo de Educação a Distância Massaranduba

Rua 11 de novembro, 3715 – Centro – CEP 89108000 – Massaranduba – SC

Tel.: (47) 3379-1574 - E-mail: polomassaranduba@univille.br

- Polo de Educação a Distância Guaratuba

Rua Vieira dos Santos, 1401 – Centro – CEP 83280000 – Guaratuba – SC

Tel.: (47) 3442-1572 - E-mail: pologuaratuba@univille.br

- Polo de Educação a Distância Itaum – Joinville

Terminal de ônibus do Itaum – Rua Monsenhor Gercino, nº 3.875, salas 1, 2 e 4 –
Bairro Itaum – CEP: 89.230-290 – Joinville – SC

Tel.: (47) 3461-9198 - E-mail: poloitaum@univille.br

- Polo de Educação a Distância Garuva

Rua Rui Barbosa, 890 – Bairro Centro – CEP: 89248-000 – Garuva – SC

Tel.: (47) 3445 4300 - E-mail: pologaruva@univille.br



1.3 Missão, Visão e Valores Institucionais da Univille

Missão

Promover, enquanto universidade comunitária, formação humanística, científica e profissional para a sociedade por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, comprometida com a sustentabilidade socioambiental.

Visão

Ser reconhecida nacionalmente como uma universidade comunitária, sustentável, inovadora, empreendedora, internacionalizada e de referência em ensino, pesquisa e extensão.

Valores institucionais

Ética

Construção de relacionamentos pautados na transparência, honestidade e respeito aos direitos humanos promovem o exercício da cidadania e da democracia.

Cidadania

Participação democrática, proatividade e comprometimento promovem o desenvolvimento pessoal e o bem-estar social.

Integração

Ação cooperativa e colaborativa com as comunidades interna e externa constrói o bem comum.

Inovação



Gerar e transformar conhecimento científico e tecnológico em soluções sustentáveis e aplicáveis contribui para o desenvolvimento socioeconômico.

Empreendedorismo

Relacionar-se com a capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços e negócios.

Responsabilidade socioambiental

Gestão de recursos e ações comprometidas com o equilíbrio socioambiental favorecem a qualidade de vida.

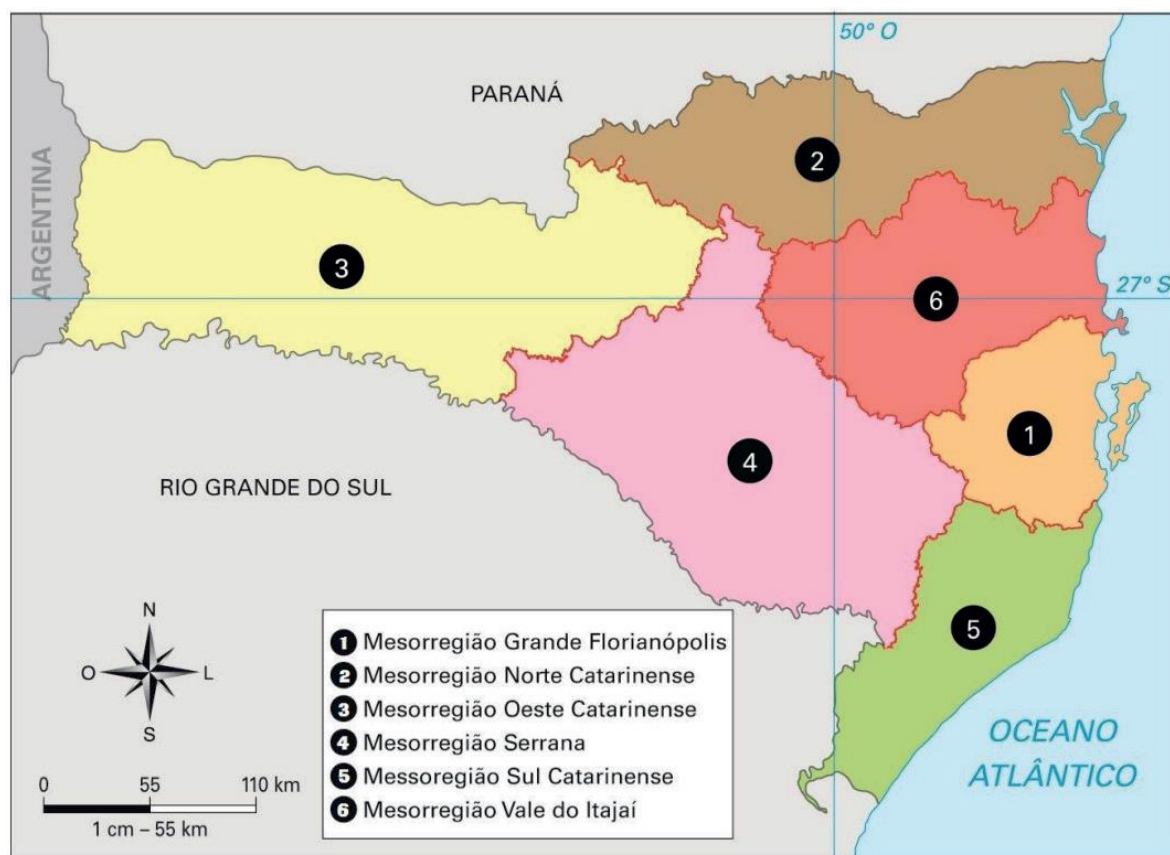
1.4 Dados socioeconômicos da região

Do ponto de vista geográfico, o norte catarinense (figura 1) possui uma rica mistura de relevos, climas, vegetações e recursos hídricos. Tais aspectos ganham importância quando articulados à história da ocupação humana, especialmente na microrregião de Joinville, que remonta a 6 mil anos (BANDEIRA; OLIVEIRA; SANTOS, 2009). Conforme pesquisas arqueológicas desenvolvidas por profissionais que atuam na Univille e no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, até o momento foram identificados 150 sítios de tipologia sambaqui, isto é, formações de conchas construídas por povos que habitaram o litoral do Brasil no período pré-colonial (BANDEIRA, 2005). Também de acordo com pesquisas históricas e antropológicas, no século XVI predominavam na região grupos tupis-guaranis (BANDEIRA, 2004), os quais foram paulatinamente desaparecendo ou se deslocando de maneira fragmentada, à medida que portugueses e vicentistas empreenderam a conquista do território, valendo-se do trabalho de africanos combinado com o antigo sistema colonial. Contudo, no século XIX, parte da área foi transformada em terras dotais quando Dona Francisca, irmã de D. Pedro II, se casou com o filho do Rei da França (Luís Felipe I), o Príncipe de Joinville, Francisco Fernando de Orleans.



Em 1849, mediante a assinatura de um contrato, o Príncipe e a Princesa de Joinville cederam à Sociedade Colonizadora de Hamburgo 8 léguas quadradas dessas terras para que fossem colonizadas com imigrantes germânicos. Oficialmente, a fundação de Joinville começou com a chegada da primeira leva de imigrantes europeus em 9 de março de 1851.

Figura 1 – Estado de Santa Catarina e suas mesorregiões



Fonte: IBGE (2024g)

O estabelecimento desses imigrantes obedeceu a um modelo distinto em relação ao que prevaleceu nas demais regiões do Brasil que também receberam imigrantes europeus em meados do século XIX. Enquanto os imigrantes enviados para as lavouras de café, principalmente no estado de São Paulo, trabalhavam em um regime de semisservidão, os que se dirigiam à Colônia Dona Francisca adquiriam lotes de terra com certa facilidade, o que lhes proporcionava relativa autonomia para desenvolver suas atividades. No lugar da exploração (monocultura escravista) ocorreu uma colonização fundamentada na pequena propriedade (policultura), baseada no



trabalho familiar, decorrendo daí o rápido aparecimento do núcleo urbano, voltado à comercialização e exportação de excedentes, bem como à importação de outros gêneros.

Em termos sociológicos, podem-se apontar três categorias de imigrantes que se instalaram na Colônia Dona Francisca: os camponeses, os artesãos e os intelectuais que fugiram da Europa após se envolverem em movimentos revolucionários pela unificação da Alemanha em 1848. Isso explica a prematura diversificação das suas atividades econômicas, bem como a rápida criação de instituições religiosas, educacionais, políticas e culturais ainda na primeira década de imigração europeia para a região. Dessa forma, a então Colônia Dona Francisca, que fora projetada para constituir-se na maior colônia agrícola da América do Sul, foi emancipada em 1888, tornando-se o município de Joinville e transformando-se em um dos principais polos políticos e econômicos do sul do Brasil.

Já na década de 1960 o desenvolvimento econômico tornou Joinville a cidade polo da região norte catarinense. Foi nesse processo que Joinville passou a receber migrantes oriundos de diferentes cidades brasileiras, especialmente do norte do Paraná, o que acabou por torná-la no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1981 a cidade mais populosa do estado de Santa Catarina, superando a capital Florianópolis.

Nas últimas décadas do século XX, a abertura econômica brasileira produziu efeitos de toda ordem na vida urbana e no quadro econômico da cidade, entre os quais se destacam a mudança do perfil das indústrias e o desenvolvimento de um projeto levado a cabo pelo poder municipal voltado a transformar Joinville em cidade de eventos e turismo. Para tanto, o poder público valeu-se da existência de uma série de manifestações e de equipamentos culturais (criados em diferentes momentos da história local) para diversificar a economia e fomentar emprego e renda na área de serviços e de hospitalidade.

Por fim, cabe assinalar nesta breve escrita sobre a história da região a própria criação da Univille. Conforme Coelho e Sossai (2015), a iniciativa para implantar o primeiro curso de ensino superior da região foi justificada em 1965 como resposta a um problema de “desproporcionalidade convincente”, pois em Santa Catarina havia apenas uma universidade, na capital Florianópolis. Tornava-se, pois, imperativo que



Joinville, com suas indústrias e tendo atingido o maior índice de crescimento populacional catarinense entre 1960 e 1964, contasse com cursos superiores para atender às demandas crescentes tanto de recursos humanos de seu complexo industrial quanto de professores para a educação básica, que àquela altura registrava um aumento de 16,8% de escolares ao ano.

Assim, para atender às expectativas desenvolvimentistas do período, até a década de 1980 foram criados vários cursos de graduação nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas. Registram-se também: os esforços envidados pelo poder municipal no que tange à construção do campus que atualmente é a sede da Univille, inaugurado em 1975; a alteração da denominação da Fundação Joinvilense de Ensino para Fundação Universitária do Norte Catarinense e, posteriormente, Fundação Educacional da Região de Joinville (reforçando o seu caráter regional); e o aumento da subvenção orçamentária da Prefeitura destinada à manutenção de suas atividades, o que atualmente não mais ocorre.

Já no princípio dos anos 1980 as comunidades interna e externa iniciaram os debates sobre a transformação da Furj em universidade, o que se concretizou por meio do credenciamento da Univille em 1996, conforme consta no histórico institucional que integra o primeiro capítulo do PDI 2022-2026.

1.4.1 Aspectos socioeconômicos

A mesorregião norte catarinense dispõe de uma área de 15.937,767 km² e uma população estimada para 2021 de 1.435.570 habitantes, conforme IBGE (2021g). Nessa área estão localizados 26 municípios de Santa Catarina agrupados em três microrregiões: a Microrregião de Canoinhas, a Microrregião de Joinville e a Microrregião de São Bento do Sul.

Atualmente a Universidade dispõe de unidades e *campi* nos municípios de Joinville, São Bento do Sul e São Francisco do Sul e polos nos municípios de Joinville, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Araquari, Barra Velha, Guaramirim, Itapoá, Jaraguá do Sul e Massaranduba (figura 2), além de um polo em Guaratuba, no Paraná.



1.4.1.1 Joinville (SC)

O município de Joinville foi fundado em 9 de março de 1851, com a chegada dos primeiros imigrantes da Alemanha, Suíça e Noruega, a bordo da barca Colon.

Localizada na Região Sul do país, Joinville é o maior município catarinense, configurando-se como o terceiro polo industrial da Região Sul. Está entre os 15 maiores arrecadadores de tributos e taxas municipais, estaduais e federais, concentrando grande parte da atividade econômica na indústria, com destaque para os setores metalomecânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico (SEPUD, 2020).

É o município polo da microrregião nordeste do estado de Santa Catarina, responsável por cerca de 20% das exportações catarinenses. Em 2020 ficou na 48.^a posição entre os maiores municípios exportadores do Brasil e em 2.^o lugar no Estado, apesar do desempenho negativo de 8,8% em relação ao ano de 2019 (FAZCOMEX, 2021).

Entre os produtos exportados por Joinville, a maior parte (39%) é de peças destinadas a motores. O valor acumulado atingiu os U\$ 234,54 milhões em 2019, o que representou queda de 2,8% em comparação com o exportado no mesmo período de 2020. Outra grande parte da exportação de Joinville (23%) é de bombas de ar de vácuo, compressores de ar e ventiladores. O valor atinge os U\$ 139,33 milhões, mas também apresentou queda de 8% em comparação com as exportações do mesmo período de 2018. Ainda, destacam-se as partes e acessórios para automóveis (6,9%), equivalentes a U\$ 41,89 milhões, e refrigeradores, *freezers*, aparelhos para produção de frio e bombas de calor (4,1%), equivalentes a U\$ 24,73 milhões (FIESC, 2020).

Segundo o IBGE (2021), Joinville estima ter uma população de 604.708 pessoas em 2021, o que corresponde a uma densidade demográfica de 457 hab./km². Ficou em 1.^o lugar no *ranking* do produto interno bruto (PIB) de Santa Catarina em 2018, com o valor de quase R\$ 31 bilhões. O gráfico 1 mostra o PIB do município de 2002 a 2018, a preços correntes em milhões de R\$.

Entre as empresas que estão no município, 9 delas se configuram como as maiores do Brasil: Tupy (metalurgia), Tigre (plásticos e borrachas), Clamed Farmácias

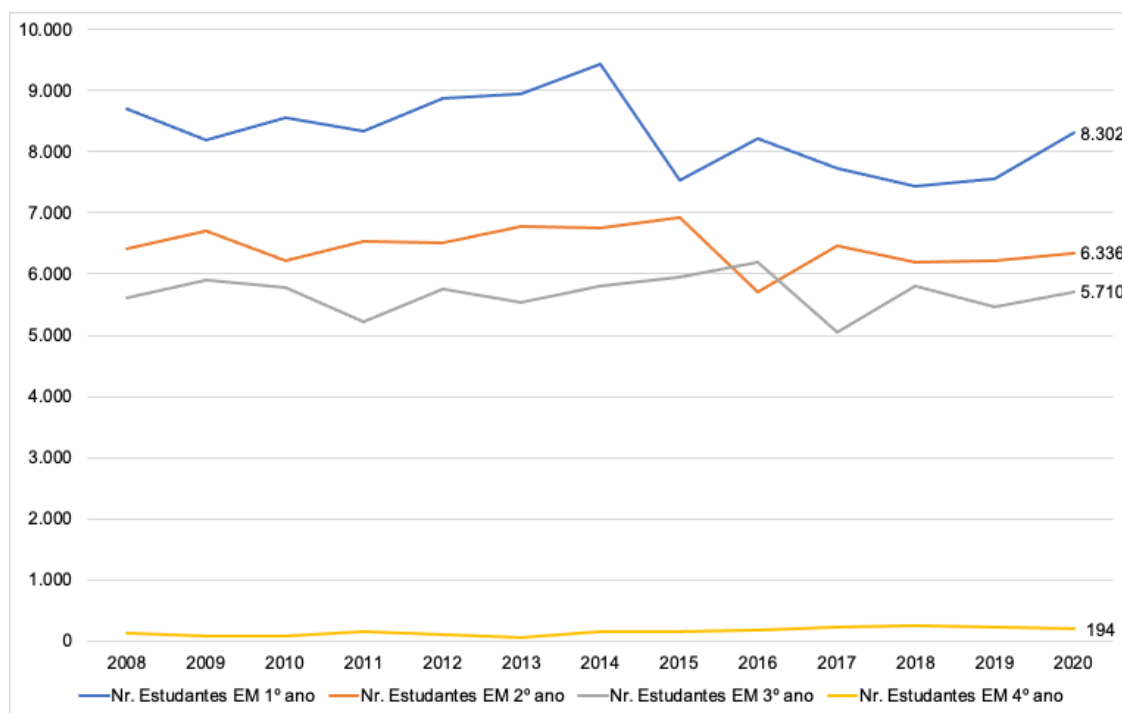


(comércio varejista), Mexichem Brasil (plásticos e borrachas), Schulz (mecânica), Scherer (comércio varejista), Krona (plásticos e borrachas), Döhler (têxtil, couro e vestuário) e Multilog (transportes e logística). Ainda, considerando a Região Sul, em Joinville estão instaladas 19 das 500 maiores empresas, segundo a Revista Amanhã (JOINVILLE..., 2021).

Deve-se destacar que Joinville mantém um índice alto de ocupação dos seus residentes, apesar de este ter apresentado, entre 2015 e 2017, uma queda. Contudo, em relação a números absolutos, observa-se um crescimento contínuo, passando de 192 mil (2014) para 249 mil (2019). O índice de ocupação é considerado alto, tendo em vista que a média do período é de 40%. No ano de 2008 Joinville tinha registrado no IBGE (2021I) 19.042 empresas, passando para 25.336 empresas em 2019. No que concerne a renda e ocupação.

Quanto ao número de estudantes no ensino médio, o gráfico 1 apresenta o total de alunos matriculados em relação ao período letivo e à evolução nos últimos anos.

Gráfico 1 – Estudantes do ensino médio – número de alunos matriculados por ano – 2008 a 2020 – Joinville (SC).



Fonte: IBGE (2021I)



O gráfico 1 evidencia que ocorreu pequena variação no número de estudantes matriculados no ensino médio, ficando o total de matrículas na média de 20.500 alunos. O ano de 2020 apresentou 8.302 alunos no 1.º ano, 6.336 no 2.º ano, 5.710 no 3.º ano (ensino médio) e 194 alunos no 4.º ano, cursos de ensino técnico.

1.4.1.2 São Bento do Sul (SC)

O município de São Bento do Sul, localizado no nordeste catarinense, começou a ser formado após a Cia. Colonizadora, com sede em Hamburgo, na Alemanha, enviar colonos para as terras da Colônia Dona Francisca (hoje Joinville). Em 1873, após não haver mais terras disponíveis, um grupo subiu a Serra Geral a pé em direção ao planalto catarinense. Após chegarem às margens do Riacho São Bento, construíram o primeiro assentamento, e logo após partiram para abrir os primeiros caminhos na mata, sempre ao longo do Riacho São Bento. Os colonos, vindos da Áustria, Bavária, Polônia, Saxônia, Tchecoslováquia e de outras partes do Brasil, encontraram uma densa floresta, povoada por inúmeros animais e pássaros, e decidiram construir uma réplica da pátria que haviam deixado (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, 2021).

Segundo a Prefeitura de São Bento do Sul (2021), em 21 de maio de 1883, pela Lei Provincial n.º 1030 de Santa Catarina, foi criado oficialmente o município de São Bento do Sul, instalado em 30 de janeiro de 1884.

Desde suas origens, São Bento do Sul foi uma grande produtora de móveis em madeira, amparada basicamente por suas densas florestas; destaca-se o fato de ter sido a primeira cidade catarinense a exportar móveis, segundo Kutach (2014).

Segundo o IBGE (2021o), São Bento do Sul estima ter uma população de 86.317 pessoas em 2021, o que corresponde a uma densidade demográfica de 149 hab./km². Ficou em 19.º lugar no *ranking* do PIB de Santa Catarina em 2018, com o valor de quase R\$ 3,19 bilhões.

O PIB de São Bento do Sul apresentou um crescimento contínuo e constante entre os anos de 2002 e 2014, passando de R\$ 875 milhões (2002) para R\$ 3,12 bilhões (2014). São Bento do Sul, assim como ocorreu com outros municípios cuja



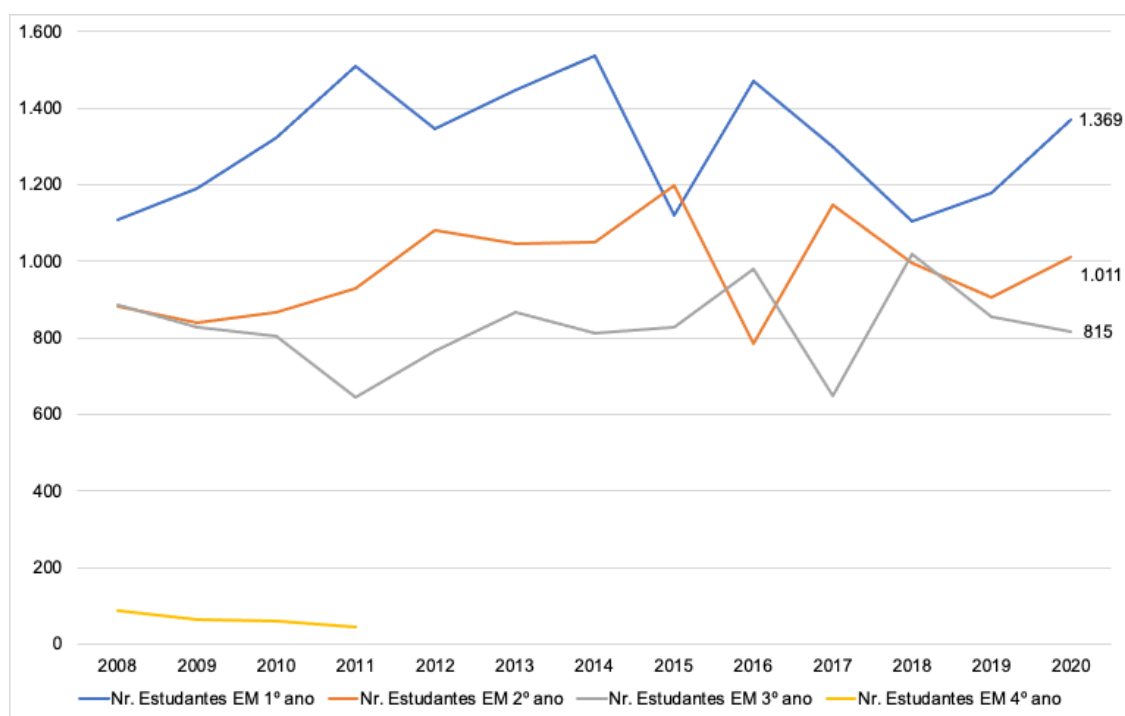
atividade econômica é bastante diversificada, recebe todos os estímulos e as interferências negativas oriundas do desempenho econômico do Brasil, assim como da economia internacional. Por isso, como a economia brasileira sofreu uma queda em 2015 e 2016, observa-se que o baixo desempenho nacional interferiu no desempenho de São Bento do Sul, com a queda no PIB. Verifica-se a retomada da economia a partir de 2017, voltando ao patamar do PIB de R\$ 3,19 bilhões em 2019.

São Bento do Sul é o 8.º exportador de Santa Catarina. As indústrias da cidade venderam ao mercado internacional 1,6% do total exportado no estado. Os produtos mais comercializados foram móveis (43,5% de participação em Santa Catarina), tubos e perfis ocos de ferro ou aço (80,4% do estado) e madeira serrada (9,1% de participação em Santa Catarina). O faturamento das indústrias de São Bento do Sul, Campo Alegre e Rio Negrinho alcançou US\$ 165,161 milhões, o que representa um crescimento de 30% se comparado aos US\$ 126,664 milhões exportados em 2017 (FIESC, 2020).

Uma matriz econômica diversificada, como a de São Bento do Sul, acompanhando a tendência mundial de crescimento econômico na área de serviços, viabiliza novos empreendimentos, gerando renda superior com o emprego de mão de obra qualificada, especialmente na área de inovação tecnológica, por meio da consolidação do Parque Científico e Tecnológico (ACISBS, 2021).

E, em relação ao número de estudantes no ensino médio, o gráfico 2 apresenta o total de alunos matriculados em relação ao período letivo e à evolução nos últimos anos.

Gráfico 2 – Estudantes do ensino médio – n.º de alunos matriculados por ano
– 2008 a 2020 – São Bento do Sul (SC)



Fonte: IBGE (2021o)

Nota-se no gráfico 2 que ocorreu pouca variação no número de estudantes matriculados no ensino médio, ficando o total de matrículas na média de 3.000 alunos. O ano de 2020 apresentou 1.369 alunos no 1.º ano, 1.011 no 2.º ano e 815 no 3.º ano do ensino médio.

1.4.1.3 São Francisco do Sul (SC)

São Francisco do Sul é a terceira cidade mais antiga do Brasil – a ilha foi descoberta em 1504. Em 15 de abril de 1847 recebeu o título de cidade. Com a construção da rede ferroviária, a região teve um forte impulso de desenvolvimento. A importância dos trens para a economia de São Francisco do Sul mantém-se até hoje, já que neles os produtos do município são transportados até o porto. No século XX a localização do porto mudou, permitindo maior movimento de navios (SEBRAE, 2019g).



Em princípio a região foi colonizada e povoada como posição estratégica de controle territorial do Império. Nas suas terras foi instaurada uma monocultura escravista para cultivo de mandioca e produção de farinha, e sua maior parte era destinada ao centro imperial. A tradição marítima e pesqueira desenvolveu-se na produção de peixe seco. Com o fim do ciclo agrário, que coincide com a abolição da escravidão, ocorreu o surgimento da atividade portuária na primeira década do século XX. As primeiras instalações aduaneiras encontravam-se no perímetro do atual Centro Histórico. A partir da segunda metade do século passado, com as novas instalações, a atividade portuária estabeleceu-se como principal atividade econômica do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, 2021).

São Francisco do Sul destaca-se, economicamente, pela presença do quinto maior porto brasileiro em movimentação de contêineres, cuja atividade responde por mais de 70% da renda do município, com significativos reflexos para o turismo, comércio e serviços (SEBRAE, 2019g).

Segundo o IBGE (2021p), São Francisco do Sul estima ter uma população de 54.751 pessoas em 2021, o que corresponde a uma densidade demográfica de 85 hab/km². Ficou em 14.º lugar no *ranking* do PIB de Santa Catarina em 2018, com o valor de quase R\$ 4,1 bilhões.

Um fator determinante para o crescimento do PIB de São Francisco do Sul é o seu porto e as demais atividades econômicas relacionadas a ele. Em 2019 o Porto de São Francisco do Sul consolidou-se como o maior em movimentação de cargas em Santa Catarina. É considerado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) o 6.º em qualidade ambiental entre os portos públicos do país e o 7.º maior do Brasil em volume de carga geral. Além disso, ocupa a quinta posição nacional em movimentação de fertilizantes (PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, 2021).

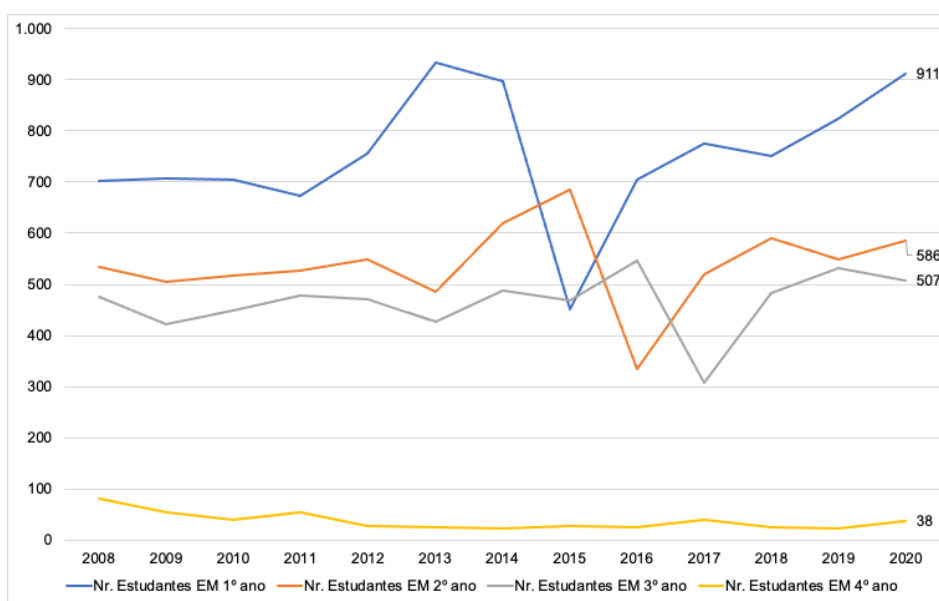
Um dos grandes obstáculos que a cidade enfrenta é o acesso. Em uma entrevista para a colunista Estella Benetti (2019), do jornal NSC Total, o então prefeito afirmou que enquanto não houver a duplicação da BR-280 a cidade segue sofrendo impactos, como contêineres que não realizam mais o segmento para o Porto de São Francisco do Sul por conta do estrangulamento da BR-280. Relata nessa mesma entrevista que a cidade não consegue competir com os portos das cidades de Itapoá e Navegantes, pois, como o porto é público, os gastos são relativamente maiores do



que nas cidades com porto privado. O prefeito ainda diz que, apesar dessa dificuldade com a BR-280, o porto não sofre grandes impactos econômicos; já o turismo, sim. São Francisco do Sul possui uma série de projetos de novos portos, projetos esses referentes a três terminais graneleiros, à unidade de regaseificação de gás natural TGS e ao Porto Brasil Sul. Existe uma série de novas lojas, como a Havan, a qual foi inaugurada em agosto de 2019, e novos supermercados, como Komprão, Preceiro, Angeloni, intensificando a atividade de serviço/comércio.

Em relação ao número de estudantes no ensino médio, o gráfico 3 apresenta o total de alunos matriculados em relação ao período letivo e à evolução nos últimos anos.

Gráfico 3 – Estudantes do ensino médio – n.º de alunos matriculados por ano – 2008 a 2020 – São Francisco do Sul (SC)



Fonte: IBGE (2021p)

O gráfico 3 apresenta o número de estudantes matriculados no ensino médio, e é possível notar que o número de alunos matriculados no 1.º ano vem apresentando crescimento a partir de 2015 após ter registrado queda em relação a 2013. O ano de 2020 apresentou 911 alunos no 1.º ano, 586 no 2.º ano, 507 no 3.º ano e 38 no 4.º ano do ensino médio (este último corresponde ao ensino técnico).



1.5 Breve histórico da Furj/Univille

A história da Universidade da Região de Joinville (Univille) confunde-se com a história da educação superior no norte catarinense. A implantação da Faculdade de Ciências Econômicas em 1965, que tinha como mantenedora a Comunidade Evangélica Luterana e atualmente é um dos cursos de graduação da Univille, deu início a essa história. Em 1967, a Lei Municipal n.º 871/67, de 17 de julho, originou a Fundação Joinvilense de Ensino (Fundaje), com o objetivo de criar e manter unidades de ensino superior. Segundo Coelho e Sossai (2015), em 1971 o nome Fundaje foi alterado para Fundação Universitária do Norte Catarinense (Func), pela Lei n.º 1.174/71, de 22 de dezembro. Em 1975, todas as unidades da fundação foram transferidas para o Campus Universitário, em uma área do bairro Bom Retiro (atualmente pertencente à Zona Industrial Norte), e passaram a constituir a Fundação Educacional da Região de Joinville (Furj), segundo a Lei Municipal n.º 1.423/75, de 22 de dezembro de 1975, que modificou sua denominação e alterou sua estrutura organizacional. Atualmente a Furj é a mantenedora da Univille.

Ao longo dos mais de 55 anos de atuação, a Instituição desenvolveu-se pelos esforços da comunidade e do poder público dos municípios em que atua, com o intuito de oportunizar aos jovens da região o acesso à educação superior. Os principais fatos da trajetória de desenvolvimento da Universidade estão ilustrados na linha do tempo apresentada na figura 2 e estão descritos no PDI 2022-2026.

Em 1977 a educação básica começou a ser oferecida pela Instituição, em unidade específica denominada Colégio de Aplicação, que em 2001 passou a funcionar em sede própria, com a denominação de Colégio Univille.

Em 1982 a área de ensino da Furj estendeu sua atuação até Jaraguá do Sul, com o curso de Ciências Econômicas, e, no ano seguinte, também com o curso de Ciências Contábeis. Em 2019 a Univille criou o polo de educação a distância (EaD) em Jaraguá do Sul.

Em 1984 começou a ofertar o curso de Administração de Empresas em São Bento do Sul. Em 1993 houve expansão na atuação da Univille na cidade, com a



instalação do campus, embora as atividades pedagógicas dos cursos continuassem a ser desenvolvidas em espaços locados. Em março de 1998 a sede própria foi inaugurada. No ano seguinte houve a construção do Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais (Cepa) Rugendas, em área localizada fora da região urbana de São Bento do Sul. Em 2006 foi criado o Colégio Univille no Campus São Bento do Sul, com o intuito de oferecer o ensino médio. A partir de 2012 o colégio passou a ofertar também as séries finais do ensino fundamental. Em 2018 entrou em funcionamento o polo EaD no Campus São Bento do Sul.

A direção-geral da Instituição, desde sua criação, era exercida por nomeação feita pelo prefeito de Joinville. Somente no fim de 1987, em um trabalho conjunto com a comunidade acadêmica, realizaram-se as primeiras eleições diretas para o cargo de diretor-geral. Em 6 de outubro de 1987 o prefeito de Joinville assinou a Lei n.º 5.660, a qual previa que o diretor-geral das Unidades Integradas de Ensino passaria a ser eleito (COELHO; SOSSAI, 2015). Desde então, as eleições para o dirigente da Instituição ocorrem por votação secreta de seu Colégio Eleitoral, composto por profissionais da educação, estudantes e pessoal administrativo.

Figura 2 – Linha do tempo com datas relacionadas à Univille no período de 1989-2021





Fonte: Adaptado de Coelho e Sossai (2015)



No início do ano letivo de 1989 aconteceram reuniões com lideranças comunitárias das áreas econômica e política do município e lideranças da comunidade acadêmica para rever o projeto institucional da Furj. Foi então criado o grupo Rumo à Universidade, com a tarefa específica de elaborar uma proposta pedagógica que viabilizasse a transformação da fundação em universidade. Em março de 1990 a carta consulta que delineava o perfil de uma universidade adequada às questões voltadas à microrregião, denominada Universidade da Região de Joinville, foi protocolada no Conselho Federal de Educação (CFE). O documento apresentava a proposta de uma universidade que contemplasse uma visão interdisciplinar de ciência, com ênfase em aspectos ambientais, concretizada por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Segundo Coelho e Sossai (2015, p. 35), a interdisciplinaridade foi preocupação do projeto pedagógico institucional e dos cursos “diante do desafio de religar saberes para responder aos complexos problemas regionais”.

Em 1991 a carta consulta foi aprovada e a implementação do Projeto Univille foi autorizada, com a posse solene da Comissão Federal de Acompanhamento do Projeto. Foram desenvolvidas ações no que diz respeito a capacitação docente, plano de cargos e salários, ampliação do acervo da biblioteca, ampliação das instalações físicas e construção de novos laboratórios (COELHO; SOSSAI, 2015).

Em 1992 o Presidente da República assinou a homologação do parecer emitido pelo CFE. Em maio de 1993, diante de mudanças na legislação relacionada à educação superior, a responsabilidade pelo acompanhamento passou ao Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina (CEE/SC).

Em 5 de dezembro de 1995, pelo Parecer n.º 214/95, o CEE/SC aprovou, por unanimidade, os documentos que normatizavam a estrutura da Instituição: Estatuto da mantenedora (Furj), Estatuto e Regimento da Univille, juntamente com o reconhecimento de todos os seus cursos. Em 14 de agosto de 1996 foi assinado o Decreto Presidencial de Credenciamento da Univille, publicado no Diário Oficial da União em 15 de agosto do mesmo ano. Esse credenciamento foi renovado em 2001 pelo CEE/SC pelo prazo de cinco anos (Parecer n.º 123 e Resolução n.º 032/2001).

Desde o seu credenciamento enquanto universidade (1996), passando pelos processos de renovação de credenciamento (2001 e 2010) pelo CEE, de migração para o Sistema Federal de Educação (2014 a 2016) e de seu credenciamento pelo



MEC/Inep (2020), a Univille concretizou uma série de iniciativas planejadas que tiveram como efeito não apenas a expansão física e a requalificação da sua infraestrutura, como também a ampliação e reconfiguração de sua atuação em ensino, pesquisa e extensão em prol do desenvolvimento da região.

Em 1999 foi implantado o Cepa da Vila da Glória, visando desenvolver estudos e pesquisas ambientais na região da Baía da Babitonga. Em 2004 a Univille passou a atuar na cidade de São Francisco do Sul em unidade própria. Entretanto, desde 1993, a Instituição já estava presente na região com a oferta de cursos de graduação e atividades de pesquisa e extensão. Em 2018 houve a ampliação da unidade com a educação básica, por meio da implantação do Colégio Univille em São Francisco do Sul, com a oferta das séries finais do ensino fundamental e ensino médio. Também em 2018 a Unidade São Francisco do Sul passou a contar com um polo EaD.

No ano 2000, na área central de Joinville, foi criada uma unidade com salas de aula, laboratórios, ambulatórios médicos e uma farmácia-escola para dar suporte às atividades pedagógicas dos cursos da área da saúde, bem como aperfeiçoar o atendimento à população e aos termos do convênio estabelecido com o Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2018 a Unidade Centro também passou a abrigar um dos polos EaD.

Quanto ao fortalecimento de sua inserção social e de sua representatividade política, a Univille concretizou uma série de iniciativas. Em 2006 foi instituído o Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual (Nipi), com o objetivo de estimular, promover, valorizar e difundir conhecimentos gerados na Universidade ou em parceria com instituições externas de diferentes naturezas. Conforme Coelho e Sossai (2015), com as atividades desenvolvidas pelo Nipi a Univille passou a ter representatividade no Sistema Nacional para a Inovação e no projeto do governo estadual de implantação e estruturação de núcleos de inovação tecnológica em Santa Catarina. Posteriormente o Nipi e o Escritório de Projetos foram unidos, dando origem à Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia (Agitte) em 2018.

Em 2009, para fomentar as parcerias estratégicas entre a Univille, outras instituições de ensino, empresas e governos, o Conselho de Administração (ConsAdm) da Furj criou o Parque de Inovação Tecnológica de Joinville e Região (Inovapark). Por seu intermédio, desencadeou-se um processo dinâmico de



estruturação e gestão de um ambiente que passou a potencializar atividades de pesquisa científica e tecnológica, transferência de tecnologia e de incentivo à inovação produtivo-social, resultando na criação e consolidação de empreendimentos ligados a novas tecnologias, produtos, serviços e processos.

Quanto ao escopo de sua atuação na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ressalta-se o fato de que a Universidade amplia sua atuação, implantando quatro comitês de área que agrupam os cursos de graduação e os programas de pós-graduação *stricto sensu* desde 2016, quais sejam: Comitê de Arquitetura, Design, Engenharias e Ciências Exatas; Comitê de Ciências Socioeconômicas e Hospitalidade; Comitê de Ciências Humanas e Ciências Jurídicas; Comitê de Ciências da Saúde e Ciências Biológicas. Para se ter uma ideia, dos 13 cursos de graduação em funcionamento em 1996, a Univille passou a ofertar em 2021 mais de 40 graduações, implantando cursos nas mais diversas áreas, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade a distância.

No âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, destaca-se a implantação do seu primeiro mestrado, em 1999, em Saúde e Meio Ambiente. Em 2021 a Univille conta com seis programas de pós-graduação, sendo dois deles de mestrado e doutorado (Saúde e Meio Ambiente e Patrimônio Cultural e Sociedade) e quatro de mestrado (Educação, Engenharia de Processos, Design e Sistemas Produtivos). Observa-se que o Mestrado em Sistemas Produtivos, credenciado pela Capes em 2021, é uma iniciativa inovadora, já que é o primeiro mestrado associativo criado por quatro instituições comunitárias de ensino superior (Ices) de Santa Catarina, entre as quais está a Univille.

Ademais, desde 2007 as Ices do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina intensificaram a articulação política com o intuito de fortalecer o reconhecimento da categoria de universidades comunitárias pelo governo federal e pela sociedade. A Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc), a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe) e outras entidades dedicaram-se ao fortalecimento da identidade das instituições comunitárias e à divulgação do papel por elas desempenhado. Tal movimento resultou na aprovação da Lei n.º 12.881/2013, de 12 de novembro de 2013, que dispõe sobre a definição, a qualificação, as prerrogativas e as finalidades das Ices. Além disso, a articulação levou à alteração da Lei n.º 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996 (Lei das Diretrizes e



Bases da Educação – LDB). Por meio da Lei n.º 13.868/2019, de 3 de setembro de 2019, que alterou o artigo 19 da LDB, a legislação federal passou a considerar “comunitárias” como uma das categorias administrativas em que instituições de ensino dos diferentes níveis podem ser classificadas. A partir desses movimentos, em 2014 a Furj/Univille encaminhou processo ao MEC para a qualificação como Ices. Em 12 de novembro de 2014, pela Portaria n.º 676/14, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do MEC qualificou como Ices a Univille, mantida pela Furj.

Em 2014, por decisão do Conselho Universitário, a Instituição aderiu ao Edital MEC/Seres n.º 4, de 1.º de julho daquele ano, permitindo a migração de instituições de ensino superior para o sistema federal de educação. Tal decisão se pautou em análise realizada pela Reitoria e que indicou a pertinência dessa migração, considerando os posicionamentos do MEC a partir de decisões do Supremo Tribunal Federal, que indicavam que instituições de ensino superior públicas de direito privado deveriam integrar o sistema federal de educação. Em 2016 a Seres deferiu o processo de migração da Universidade. Com esse deferimento, a Univille protocolou os processos referentes a reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação em atividade, bem como o processo de credenciamento da Universidade.

Em continuidade ao Projeto Estratégico de Migração para o Sistema Federal, em 2017 e 2018 a Universidade recebeu a visita de avaliação in loco, promovida pelo MEC/Inep, nos diversos cursos de graduação. A visita in loco para o credenciamento institucional ocorreu em junho de 2018; a Univille recebeu nota 4. Ao longo dos anos de 2018 a 2020 foram emitidas as portarias de reconhecimento e de renovação de reconhecimento dos cursos de graduação que passaram pela avaliação do MEC/Inep durante a migração para o sistema federal. Por fim, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria do MEC n.º 524, de 9 de junho de 2020, que credenciou a Univille como Universidade pelo prazo de oito anos. A referida portaria foi emitida pelo MEC com um equívoco de endereço da Instituição, o que foi retificado no DOU de 8 de julho de 2020. Com isso, o Projeto Estratégico de Migração para o Sistema Federal foi finalizado. Por meio desse processo de migração, a Univille passou a ser regulada, supervisionada e avaliada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo MEC e não mais pelo CEE/SC.



Também em 2014, com base no PDI 2012-2016 aprovado pelo Conselho Universitário, a Univille encaminhou ao MEC o processo de credenciamento institucional para a oferta da educação a distância (EaD). No mesmo ano ocorreu a visita do MEC/Inep de avaliação in loco para o credenciamento do polo de apoio presencial em São Francisco do Sul. Em 2016 e 2017, por força das mudanças na legislação, houve um redimensionamento do Projeto Estratégico de Implantação da EaD pela Univille. Após a readequação do processo, o MEC/Inep realizou em 2018 a visita de avaliação in loco, e a Univille foi credenciada para oferta de EaD por meio da Portaria do MEC n.º 410/18, de 4 de maio de 2018.

No último trimestre de 2018 a Univille iniciou as operações de EaD por meio da oferta de dez Cursos Superiores de Tecnologia (CST), 20 cursos de pós-graduação lato sensu em quatro polos próprios (Polo Campus Joinville, Polo Campus São Bento do Sul, Polo São Francisco do Sul e Polo Joinville Centro) e um polo em parceria (Polo Itapoá). Assim, o Projeto Estratégico de Implantação da EaD foi finalizado.

A partir de 2020 a EaD Univille passou a integrar a operação da Universidade para dar continuidade à ampliação do portfólio de cursos de graduação de Bacharelado, Licenciatura e Engenharias, bem como cursos de pós-graduação lato sensu. Também foram criados polos nos municípios de Guaramirim, Massaranduba, Araquari, Barra Velha e, em 2021, Guaratuba (PR).

Conforme a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2020), em 31 de dezembro de 2019 a Organização Mundial de Saúde (OMS) foi alertada sobre casos de pneumonia na cidade de Wuhan, na China, cujo agente infeccioso era um novo tipo de coronavírus que ainda não havia sido detectado em seres humanos. Em 11 de fevereiro de 2020 o vírus foi identificado como severe acute respiratory syndrome coronavirus 2 (SARS-CoV-2), sendo o agente infeccioso da coronavirus disease 2019 (covid-19). No dia 11 de março de 2020 a OMS caracterizou a covid-19 como uma pandemia, estando essa medida ainda em vigor em dezembro de 2021. O termo pandemia refere-se à distribuição geográfica da doença, que alcançou escala global e que ainda em 2021 permanece com surtos em várias regiões do mundo. Conforme dados da OMS, em 3 de novembro de 2021 havia mais de 247 milhões de casos confirmados de covid-19, mais de 5 milhões de mortes e mais de 7 bilhões de doses de vacina aplicadas (OMS, 2021).



No âmbito do sistema federal de educação, o Ministério da Educação emitiu a Portaria do MEC n.º 343, de 17 de março de 2020, que autorizou em caráter excepcional a substituição das unidades curriculares presenciais, em andamento, por aulas que utilizassem meios e tecnologias de informação e comunicação, enquanto durar a situação de pandemia de covid-19.

Diante do decreto estadual, a Reitoria suspendeu as atividades acadêmicas presenciais nos campi, nas unidades e nos polos por 15 dias a partir de 16 de março. Nesse período de 15 dias, a Reitoria mobilizou as coordenações de área, coordenações de cursos e programas, bem como as gerências e assessorias para a elaboração de uma proposta de alteração do calendário acadêmico e a disponibilização da plataforma Univille Virtual para professores e estudantes.

O ministro da Educação, em dezembro de 2020, homologou o Parecer n.º 19 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estendeu até 31 de dezembro de 2021 a permissão para atividades remotas no ensino básico e superior em todo o país. O parecer indicava ainda que o retorno dependeria da matriz de risco da localidade e que poderia ser gradual e em um modelo híbrido que facultasse ao estudante assistir às aulas remotamente ou de forma presencial.

Do ponto de vista acadêmico, o ano de 2021 foi caracterizado por dificuldades no que diz respeito a um possível retorno pleno à presencialidade. Um dos efeitos disso foi a confirmação da queda no número de matriculados nos cursos de graduação, um fenômeno observado não apenas na Univille, mas em todas as instituições de ensino.

O calendário acadêmico de 2021 foi aprovado pelo Conselho Universitário considerando a legislação vigente e a organização da Universidade para a oferta das aulas em um sistema híbrido. Mais uma vez, sob a supervisão da Pró-Reitoria de Ensino e com o suporte das demais pró-reitorias, as coordenações de áreas e coordenações de cursos planejaram e organizaram a retomada gradual da presencialidade levando em conta o cenário pandêmico, a evolução da vacinação e as especificidades de cada curso e unidade curricular.

Diante destes desafios, definiu-se que a Reitoria, a Diretoria Administrativa e os comitês de área desenvolveriam em 2020, para implantação a partir de 2021, a reestruturação da organização didático-pedagógica dos cursos de graduação da



Univille, considerando as diretrizes e os modelos aprovados pelo Conselho Universitário em 2020; a reestruturação dos custos e da formação de preços dos cursos e serviços da Instituição; e a reestruturação das políticas e práticas mercadológicas dos cursos e serviços da Instituição.

Quanto à reestruturação da organização didático-pedagógica dos cursos de graduação, intensificaram-se as ações em 2020 do Projeto Estratégico Institucional de Inovação Pedagógica e Curricular, do Projeto Estratégico Institucional de Curricularização da Extensão e do Projeto Estratégico Institucional de elaboração de uma metodologia híbrida (blended) de ensino e aprendizagem. Mediante diretrizes amplamente discutidas na comunidade acadêmica e aprovadas pelo Conselho Universitário por meio da Resolução n.º 19/20, os cursos de graduação passaram por reestruturações que incluíram a semestralização, o compartilhamento de componentes curriculares entre cursos, áreas e campi, o compartilhamento de componentes curriculares relativos a eixos formativos institucionais, a inclusão de componentes curriculares semipresenciais e a adoção de metodologias de aprendizagem ativa e de tecnologias educacionais. Além da reestruturação de cursos existentes, em 2020 foram autorizados pelo Conselho Universitário (ConsUn) 16 cursos novos, sendo 11 presenciais e 5 na modalidade EaD.

O processo de reestruturação da graduação envolveu ações associadas a duas outras medidas de sustentabilidade aprovadas pelo ConsUn e ConsAdm e implementadas em 2020. A reestruturação dos custos e da formação de preços dos cursos e serviços da Instituição foi desenvolvida pela Diretoria Administrativa da Furj com o envolvimento das Pró-Reitorias e das coordenações de área e coordenações de cursos, resultando em uma engenharia econômica que buscou racionalizar custos sem perder de vista os aspectos da qualidade e da inovação. A reestruturação das políticas e práticas mercadológicas dos cursos e serviços da Instituição envolveu a Diretoria Administrativa, a Procuradoria Jurídica, a Gerência de Comunicação e as coordenações de áreas e de cursos com o objetivo de buscar o aperfeiçoamento dos processos de ingresso e as campanhas de captação, considerando o contexto concorrencial na área da educação superior na região de atuação da Universidade. Essas ações foram priorizadas considerando-se que a análise de cenário indicava que o prolongamento da pandemia e a crise econômica nacional trariam mais dificuldades na captação de novos estudantes para 2021.



Embora 2020 e 2021 tenham sido anos dramáticos para a sociedade global, a Univille buscou enfrentar esse momento histórico de forma responsável e cidadã, engajando-se ou liderando iniciativas que concorreram para minimizar o contágio pelo coronavírus SARS-CoV2, para amenizar o sofrimento pelas perdas de vidas e para o atendimento aos doentes. No amplo escopo de sua atuação como universidade comunitária, a comunidade acadêmica não mediu esforços para enfrentar todas as urgências sociais que emergiram, dia a dia, das esferas educacional, econômico-financeira e saúde física e psíquica. Dos dilemas que abateram incessantemente as comunidades locais, cumpre ainda à Univille, cada vez mais, afirmar-se como espaço que historicamente cultiva esperanças de (re)construção de novos futuros mais promissores.

1.6 Corpo dirigente

ALEXANDRE CIDRAL – Reitor

Titulação

Graduação: Ciências da Computação – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1988)

Graduação: Psicologia – Associação Catarinense de Ensino – ACE (1995)

Mestrado: Psicologia – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1997)

Doutorado: Engenharia de Produção – UFSC (2003)

THEREZINHA MARIA NOVAIS DE OLIVEIRA – Vice-Reitora

Titulação

Graduação: Engenharia Sanitária – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1989)

Mestrado: Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1993)

Doutorado: Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1998)

PATRÍCIA ESTHER FENDRICH MAGRI – Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários



Titulação

Graduação: Educação Física – Universidade Regional de Blumenau - FURB (1987)

Mestrado: Educação e Cultura – Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC (2002)

Doutorado: Saúde e Meio Ambiente – Universidade da Região de Joinville – Univille (2019)

PAULO HENRIQUE CONDEIXA DE FRANÇA – Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Titulação

Graduação: Engenharia Química – Universidade Federal do Paraná - UFPR (1992)

Mestrado: Biologia Celular e Molecular – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) (1997)

Doutorado: Ciências – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (2005)

EDUARDO SILVA – Pró-Reitor de Ensino

Titulação

Graduação: Filosofia – Fundação Educacional de Brusque – UNIFEBE (2001)

Mestrado: Patrimônio Cultural e Sociedade – Universidade da Região de Joinville – Univille (2010)

Doutorado: Comunicação e Cultura – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2021)

LIANDRA PEREIRA – Diretora Geral do *Campus* São Bento do Sul

Titulação

Graduação: Pedagogia - Faculdade Guilherme Guimbala – ACE (1993)

Especialização: Psicopedagogia: Supervisão Escolar - Faculdade Guilherme Guimbala – ACE (1996)

Mestrado: Educação e Cultura – Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC (2004)



Doutorado: Educação – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR (2010)

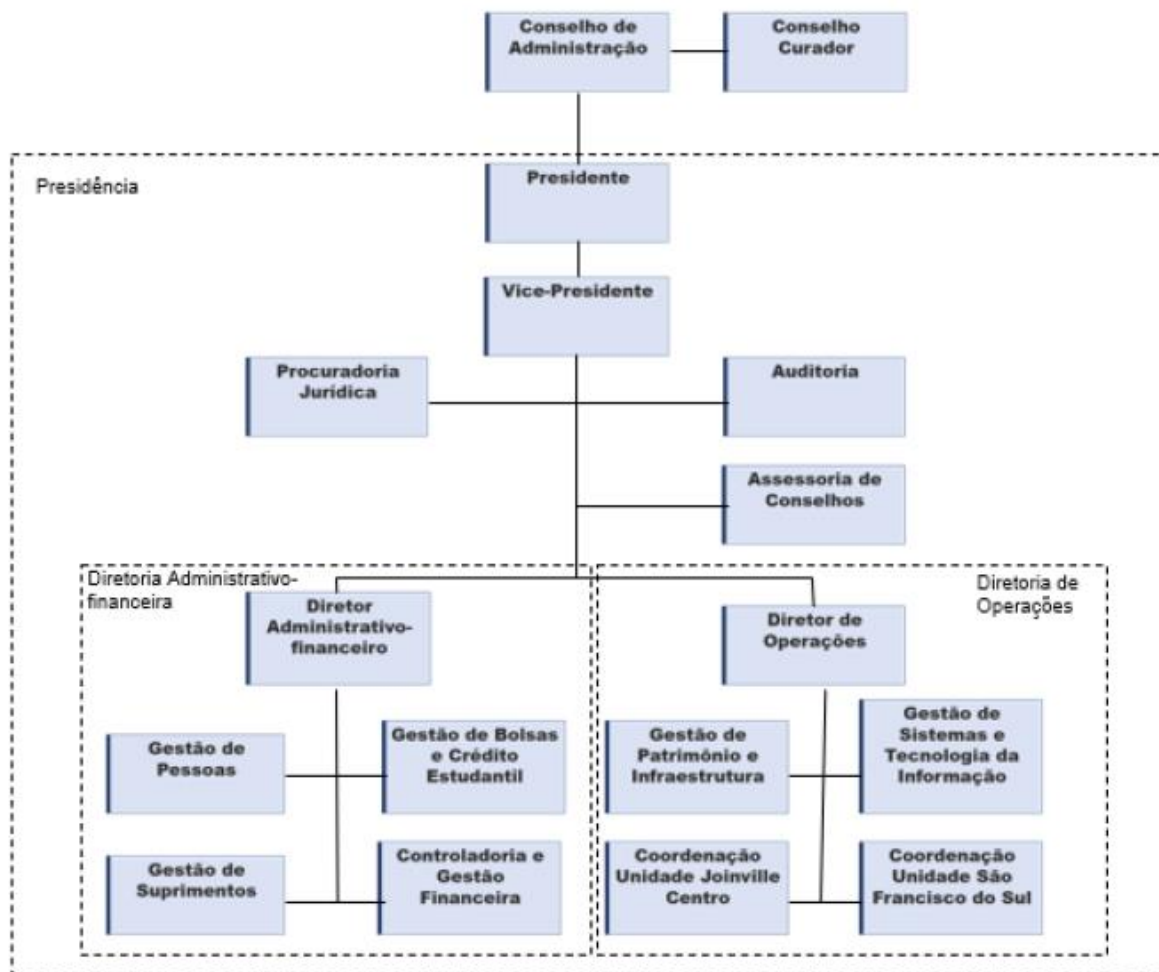
1.7 Estrutura organizacional

A estrutura organizacional é a forma como uma instituição ou organização distribui a autoridade, as responsabilidades e as atividades com vistas a executar os processos de trabalho que proporcionam a implementação das estratégias e o alcance dos objetivos organizacionais. De acordo com Hall (2004), a estrutura organizacional consiste na maneira como ocorre a distribuição das pessoas entre posições sociais que influenciam os relacionamentos de papéis desempenhados por elas. Essa estrutura implica a divisão de trabalho (distribuição das tarefas entre as pessoas) e a hierarquia (distribuição das pessoas em posições), atendendo a três funções básicas: viabilizar os processos, produtos e serviços organizacionais com o intuito de alcançar os objetivos e metas; minimizar as variações individuais sobre a organização; estabelecer o contexto no qual o poder decisório é exercido e as ações são executadas. Dessa forma, a estrutura organizacional é a soma de meios pelos quais o trabalho se divide em tarefas distintas e como se realiza a coordenação dessas tarefas (MINTZBERG, 2010), com implicações quanto à definição das instâncias deliberativas, executivas e consultivas e das relações hierárquicas entre as áreas na organização.

O organograma da Furj é apresentado na figura 2.



Figura 2 – Organograma da Furj



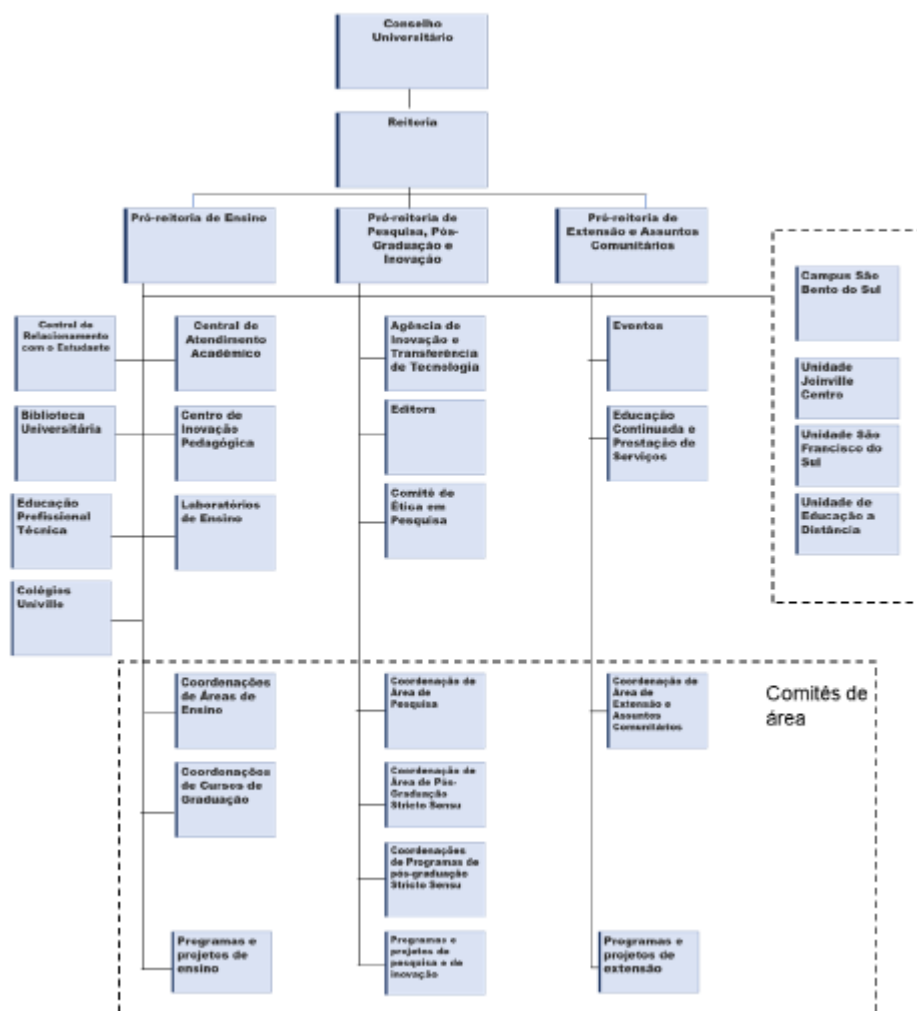
Fonte: Resolução nº 58/24/CA/FURJ/UNIVILLE

A Furj tem como órgão deliberativo superior o Conselho de Administração, e como órgão fiscalizador, o Conselho Curador. O órgão executivo da Furj é a presidência, da qual faz parte a diretoria administrativa. A Furj é mantenedora da Univille e do Inovaparc.

A administração da Univille está organizada em geral, dos campi e unidades, dos cursos de graduação e programas de pós-graduação stricto sensu e dos órgãos complementares e suplementares (UNIVILLE, 2016b). O organograma da Univille é apresentado na figura 3.



Figura 3 – Organograma da Univille



Fonte: Resolução nº 085/24/CA/FURJ/Univille

A seguir os órgãos que compõem a estrutura da Furj e da Univille são descritos. A administração de ambas é realizada por meio de órgãos deliberativos, consultivos e executivos previstos nos estatutos, regimentos e outras regulamentações institucionais.



1.7.1 Fundação Educacional da Região de Joinville

A Fundação Educacional da Região de Joinville, instituída pela Lei n.º 871, de 17 de julho de 1967, com alterações posteriores, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia didático-pedagógica, científica, tecnológica, administrativa, financeira e disciplinar, exercida na forma da lei e dos seus estatutos, com sede e foro na cidade de Joinville, Santa Catarina. As disposições atinentes à autonomia da Furj são regidas por seu estatuto, que passou por atualização aprovada em 2014 pelo Conselho de Administração, Conselho Curador e Ministério Público de Santa Catarina.

A Furj tem por finalidade manter a Univille e o Inovapark. As instituições mantidas gozam de autonomia didática, pedagógica, científica, tecnológica, administrativa e disciplinar, de acordo com a legislação e regulamentos próprios.

São órgãos da administração da Furj:

- Presidência.
- Conselho de Administração;
- Conselho Curador;

1.7.2 Universidade da Região de Joinville

A Universidade da Região de Joinville é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão credenciada pelo MEC em 14 de agosto de 1996, mantida pela Furj. A Universidade goza de autonomia didática, pedagógica, científica, tecnológica, administrativa e disciplinar, de acordo com a legislação, seu estatuto e demais regulamentações institucionais. O Estatuto da Univille passou por atualização, aprovada em 2024 pelo Conselho Universitário e homologada pelo Conselho de Administração da mantenedora (Univille, 2024).

A Univille organiza sua atuação em *campi*, unidades e polos de apoio presencial à EaD, podendo criá-los e implantá-los segundo suas políticas e a legislação vigente. Atualmente a Universidade conta com:



- *Campus Joinville*, que é sua sede e possui polo EaD;
- *Campus São Bento do Sul*, com polo EaD;
- *Unidade Centro – Joinville*, com polo EaD;
- *Unidade São Francisco do Sul*, com polo EaD;
- Polo Jaraguá do Sul;
- Polo Curitiba;
- Polo Itapoá;
- Polo Guaramirim;
- Polo Massaranduba;
- Polo Araquari;
- Polo Guaratuba;
- Polo Itaum;
- Polo Garuva;

A Univille tem como finalidade promover e apoiar a educação e a produção da ciência por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para a sólida formação humanística e profissional, objetivando a melhoria da qualidade de vida da sociedade (Univille, 2024). A educação e a produção da ciência são desenvolvidas na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que envolvem a arte, a cultura, o esporte, o meio ambiente, a saúde, a inovação, a internacionalização e o empreendedorismo, objetivando a melhoria da qualidade de vida da sociedade e da comunidade regional.

Para alcançar suas finalidades, a Univille propõe-se a estimular, promover e assegurar condições para o desenvolvimento (Univille, 2024):

- do ensino voltado à habilitação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento para participarem do desenvolvimento científico, tecnológico, artístico, cultural, econômico, social e ambiental, contribuindo assim para o desenvolvimento humano em suas dimensões política, econômica e social;
- da pesquisa científica, tecnológica, artística, esportiva, cultural e social, comprometida com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e com a inovação em todas as áreas do saber;
- da extensão por meio do diálogo com as comunidades em que atua, objetivando conhecer e diagnosticar a realidade social, política, econômica, tecnológica,



artística, esportiva e cultural de seu meio, bem como compartilhar conhecimentos e soluções relativos aos problemas atuais e emergentes, promovendo uma relação transformadora entre universidade e comunidade.

Conforme seu estatuto (Univille, 2024), no cumprimento de suas finalidades, a Univille adota os princípios éticos de respeito à dignidade da pessoa e de seus direitos fundamentais, proscrevendo quaisquer tipos de preconceito ou discriminação. Além disso, na realização de suas atividades, a Univille considera:

- a legislação aplicável e a legislação específica educacional;
- o seu estatuto e o estatuto e regimento da mantenedora;
- o seu regimento;
- as resoluções do Conselho de Administração da Furj e do Conselho Universitário da Univille;
- as demais regulamentações oriundas dos Conselhos Superiores e das Pró-Reitorias.

A autonomia didático-científica da Universidade, obedecendo ao artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil, consiste na faculdade de (Univille, 2024):

- estabelecer suas políticas de ensino, pesquisa, extensão e demais políticas necessárias ao cumprimento de suas finalidades;
- criar, organizar, modificar e extinguir cursos de graduação e cursos/programas de pós-graduação, observadas a legislação vigente, as demandas do meio social, econômico e cultural e a viabilidade econômico-financeira;
- fixar os currículos de seus cursos e programas, obedecidas as determinações legais;
- criar, organizar, modificar e extinguir programas e projetos de pesquisa científica, de extensão e de produção artística, cultural e esportiva;
- estabelecer a organização e o regime didático-científico da Universidade;
- promover avaliações, realizando mudanças conforme seus resultados;
- elaborar, executar e acompanhar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) por meio do processo participativo do Planejamento Estratégico Institucional (PEI);



- promover a capacitação de seus profissionais em sintonia com as normas e necessidades institucionais;
- conferir graus, diplomas, títulos e outras dignidades universitárias.

A autonomia administrativa consiste na faculdade de (Univille, 2024):

- propor a reforma do Estatuto e do Regimento da Univille;
- elaborar, aprovar e reformar o Regimento do Conselho Universitário;
- propor critérios e procedimentos sobre admissão, remuneração, promoção e dispensa do pessoal administrativo e dos profissionais da educação, para deliberação do Conselho de Administração da Furj;
- eleger os seus dirigentes, nos termos da legislação vigente, do seu Estatuto e do Regimento da Univille;
- utilizar o patrimônio e aplicar os recursos da Furj, zelando pela conservação, otimização e sustentabilidade, de forma a assegurar a realização de suas finalidades e seus objetivos;
- elaborar a proposta orçamentária para o ano subsequente encaminhando-a para deliberação do Conselho de Administração da Furj;
- executar o orçamento anual aprovado, prestando contas de sua realização à mantenedora;
- firmar acordos, contratos e convênios acadêmicos da Univille.

A autonomia disciplinar consiste na faculdade de aplicar sanções ao corpo diretivo, aos profissionais da educação, ao corpo discente e ao pessoal administrativo, na forma da Lei, do Regimento da Univille e do Regime Disciplinar dos Empregados da Furj (Univille, 2024).

Para atingir os seus fins, a Univille segue princípios de organização (Univille, 2024):

- Unidade de administração, considerando missão, visão, princípios e valores institucionais, bem como Plano de Desenvolvimento Institucional, únicos;
- Organicidade estrutural e funcional com base nos cursos, em sua integração e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Racionalidade de organização para potencializar a integral utilização dos recursos;



- Universalidade do saber humano, por meio da atuação nas diferentes áreas do conhecimento;
- Flexibilidade de métodos e diversidade de meios, pelos quais as atividades de ensino, pesquisa, extensão e serviços oferecidos possam melhor atender às diferentes necessidades dos públicos e das comunidades em que a Universidade atua.

Conforme seu estatuto (Univille, 2024), a administração geral da Univille organiza-se da seguinte forma:

I - Órgão deliberativo superior: Conselho Universitário, que dispõe de quatro câmaras consultivas:

- a) Câmara de Ensino;
- b) Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
- c) Câmara de Extensão;
- d) Câmara de Gestão.

II - Órgão executivo superior: Reitoria;

III - Órgãos consultivos, quando necessários.

Os órgãos consultivos da administração geral e dos *Campi* são instituídos pelo(a) Reitor(a), com base nas demandas acadêmico-administrativas e em questões estratégicas institucionais, podendo ser integrados por membros da comunidade regional.

O Conselho Universitário, órgão máximo consultivo, deliberativo, normativo e jurisdicional da Univille em assuntos de ensino, pesquisa, extensão, planejamento, administração universitária e política institucional, é constituído pelos seguintes membros:

- Reitor(a), como presidente;
- Pró-reitores(as);
- Último ex-reitor(a);
- Diretores(as) de *campi*;
- coordenadores(as) de cursos de graduação;
- Coordenadores(as) de programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- Coordenadores(as) das Áreas de Ensino;



- Coordenador(a) da Área de Pesquisa;
- Coordenador(a) da Área de Extensão;
- Coordenador(a) da Área de Educação Continuada e Prestação de Serviços;
- Coordenador(a) da Área de Pós-Graduação *stricto sensu*;
- Coordenador(a) da Unidade de Educação a Distância;
- Procurador(a) Institucional junto ao MEC;
- Diretores(as) dos Órgãos Complementares;
- Um(a) representante do pessoal docente nomeado(a) pela Associação de Professores da Furj (Aprofurj);
- representação discente, composta por:
 - dois(duas) representantes da graduação por *campus*;
 - Um(a) representante da graduação por unidade;
 - Um(a) representante da pós-graduação *lato sensu*;
 - Um(a) representante da pós-graduação *stricto sensu*.
- Um(a) representante do pessoal administrativo, nomeado(a) pela Associação dos Funcionários da Furj (Affurj);
- um representante da Associação de Pais e Professores dos Colégios da Univille.

A natureza do mandato dos conselheiros, a sistemática das reuniões, bem como as competências do Conselho Universitário estão definidas no Estatuto da Univille (Univille, 2024).

1.7.2.2 Reitoria

A Reitoria, órgão executivo superior da Univille que coordena, superintende e fiscaliza todas as suas atividades, é constituída de (Univille, 2024):

- Reitor(a);
- Vice-reitor(a);
- Pró-Reitor(a) de Ensino;
- Pró-Reitor(a) de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação;



- Pró-reitor(a) de Extensão e Assuntos Comunitários;
- Diretores(as) de *campi*.

Conforme o estatuto (Univille, 2024), compete à Reitoria planejar, superintender, coordenar, fiscalizar e avaliar todas as atividades da Univille.

1.7.2.3 Campi e unidades

A administração dos *campi* organiza-se da seguinte forma (Univille, 2024):

- Órgão executivo: direção do *campus*, que poderá contar com assessorias de ensino, pesquisa e extensão e pessoal administrativo necessário às atividades;
- Órgãos consultivos, quando necessário.

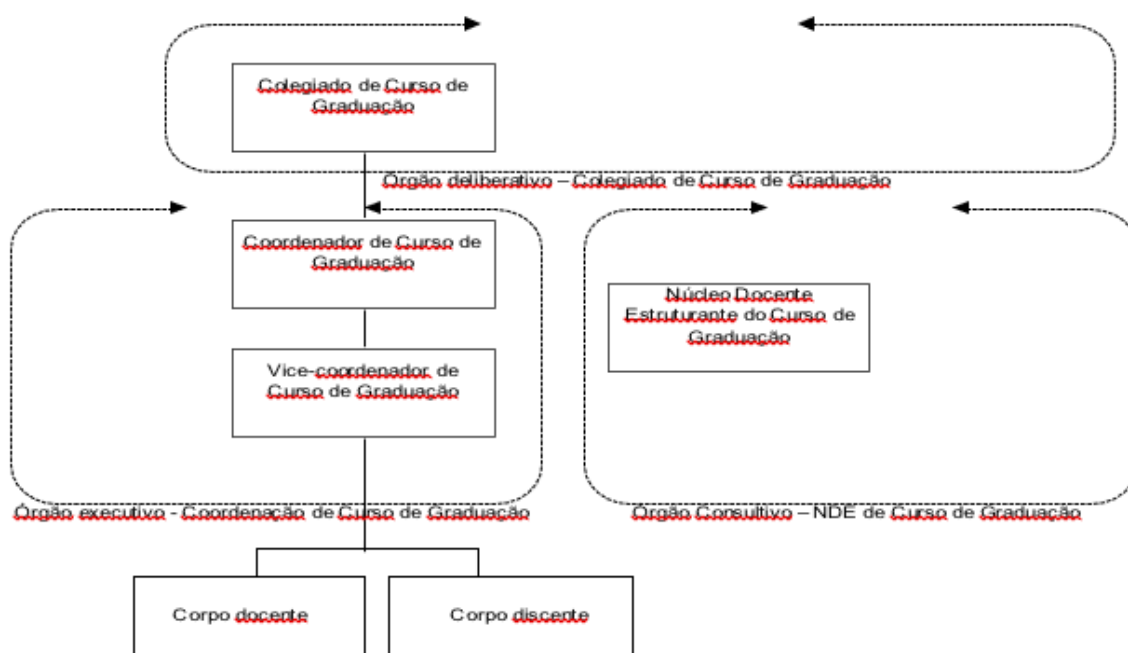
A administração das unidades é organizada por coordenações que podem dispor de pessoal administrativo necessário às atividades.

1.7.2.4 Cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu*

A administração dos cursos de graduação organiza-se da seguinte forma (figura 4):

- Órgão deliberativo: Colegiado;
- Órgão executivo: Coordenação;
- Órgão consultivo: Núcleo Docente Estruturante do curso de graduação.

Figura 4 – Estrutura organizacional de cursos de graduação da Univille



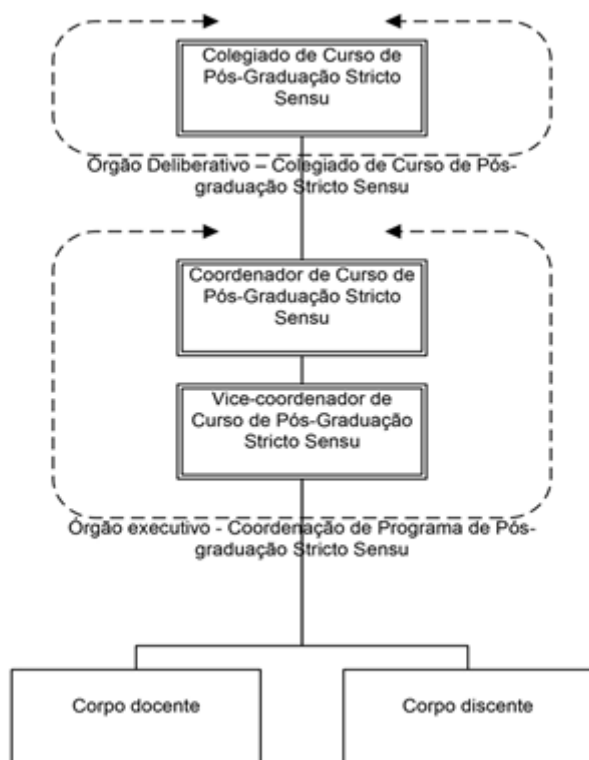
Fonte: PDI 2022-2026 (UNIVILLE, 2024)

A administração dos programas de pós-graduação *stricto sensu* organiza-se da seguinte forma (figura 5):

- Órgão deliberativo: Colegiado;
- Órgão executivo: coordenação.



Figura 5 – Estrutura organizacional de programas de pós-graduação *stricto sensu* da Univille



Fonte: PDI 2022-2026 (UNIVILLE, 2024)

O estatuto (Univille, 2024) prevê a constituição de comitês de área. Um comitê de área compreende um conjunto de cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu*, integrados por meio de ações compartilhadas que promovem a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e o alcance de objetivos, metas e estratégias no Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

1.7.2.5 Órgãos complementares e suplementares

Os órgãos complementares e suplementares são normatizados pelo Conselho Universitário em regulamento próprio, que dispõe sobre sua criação, estrutura, funcionamento, fusão e extinção.

São órgãos complementares da Universidade:



- Colégio Univille – Joinville;
- Colégio Univille – São Bento do Sul.
- Colégio Univille – São Francisco do Sul.

Os órgãos suplementares da Universidade são:

- Biblioteca Universitária;
- Editora Univille.

1.7.2.6 Educação a Distância (Unidade Ead - UNEaD)

Com a criação da Unidade de Educação a Distância da Univille (UNEaD Univille) responsável por planejar, coordenar e articular, interna e externamente, as ações de educação a distância, organizando-se uma estrutura tecnológica, financeira e de recursos humanos necessária à sua plena viabilização.

Em 2005, a Univille instala uma comissão para iniciar os estudos para viabilizar a oferta de educação a distância. Nos anos seguintes, investe na formação de professores implanta o ensino semipresencial nos cursos de Sistema de Informação e Pedagogia. Também oferece a unidade curricular Metodologia da Pesquisa e Metodologia do Ensino Superior e cursos *lato sensu*.

Em 2013, o Centro de Inovação Pedagógica com uma equipe de mais dois professores fica responsável em elaborar o projeto EaD da Univille, com vistas a solicitar o credenciamento junto ao Ministério de Educação.

No ano de 2014 a Univille realizou o protocolo de credenciamento a oferta de cursos a distância no MEC.

Em 2015 a Univille recebeu a comissão do MEC para o credenciamento da IES na sede em Joinville e no polo de São Francisco do Sul.

No ano de 2017 a Univille implantou mais de 50 unidades curriculares com carga horária a distância nos seus cursos de graduação presenciais. Em maio de 2018 a Univille teve a oferta dos cursos de Educação a Distância homologado pelo



Conselho Nacional de Educação (CNE), pela portaria n.º 410, de 4 de maio de 2018, publicada pelo MEC.

A oferta de cursos no formato a distância dará continuidade às ações de expansão, considerando o previsto no PDI, e aperfeiçoará continuamente os processos acadêmicos, pedagógicos e administrativos na perspectiva do fortalecimento das condições de oferta de cursos.

O gerenciamento das atividades a distância é de responsabilidade da Unidade EaD (UNEaD), sendo vinculada à Reitoria, sob a supervisão da Pró-Reitoria de Ensino.

A UNEaD atua na implementação das políticas institucionais para a educação a distância de forma articulada com as pró-reitorias e coordenadores dos cursos. A UNEaD tem na sua estrutura organizacional: coordenação geral; designer; suporte de TI; logística; revisor; assistente técnico, administrativo.

A UNEaD concentra grande parte das atividades na sede da Universidade, onde também está instalado um polo de educação a distância, localizado no Bloco B, sala 110, no *Campus* Joinville, a partir do qual são mantidas articulações com as coordenações de curso, dos polos e docentes.

1.8 Planejamento Estratégico Institucional (PEI)

A organização e a coordenação do PEI são competência da Reitoria (Univille, 2024), que as delegou à Vice-Reitoria e conta com a Coordenação de Planejamento, Avaliação e Regulação Institucionais (CPARI) na execução das atividades. Uma das diretrizes adotadas foi propiciar a participação ativa dos gestores dos diferentes níveis decisórios da Instituição por meio de coleta e análise de dados, reuniões, *workshops* e atividades do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG). Outra diretriz está relacionada a divulgar e comunicar amplamente as atividades do PEI e proporcionar meios para que os membros dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica pudessem conhecer o processo e encaminhar sugestões.



1.8.2 A estratégia

O PEI propôs como estratégia para a Univille no período de 2017 a 2026:

Estratégia

Desenvolvimento institucional por meio da gestão do ensino, da pesquisa e da extensão com foco na qualidade com inovação, considerando a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental.

A estratégia proposta está articulada à identidade institucional, expressa pela missão, visão e valores, e enfatiza o compromisso com a qualidade e com a inovação no ensino, na pesquisa e na extensão (figura 6).

Figura 6 – Síntese da estratégia da Univille para o período 2017-2026



Fonte: PDI 2022-2026 (UNIVILLE, 2024)



1.8.3 Objetivos estratégicos

O PEI propôs os seguintes objetivos estratégicos para o ciclo 2017-2026, que foram revisados em 2021 na avaliação de meio termo:

- Melhorar a qualidade e o desempenho institucional e dos cursos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Melhorar o desempenho econômico e financeiro institucional;
- Aumentar a produção científica qualificada, bem como a produção tecnológica, esportiva, artística e cultural da Univille, intensificando a relação entre ensino, pesquisa e extensão;
- Fortalecer a qualidade institucional perante os públicos interno e externo;
- Fortalecer a inserção da Univille como universidade comunitária e promotora da sustentabilidade socioambiental;
- Ampliar a representatividade da Univille na comunidade regional e na comunidade acadêmico-científica;
- Fortalecer a Univille como universidade inovadora e empreendedora.

1.8.4 Integração do Planejamento Estratégico Institucional com o Curso

O Curso integra a Coordenação e a Área, sendo de responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino.

A Coordenação promove o desdobramento tático e operacional de objetivos e estratégias institucionais na elaboração do Projeto Pedagógico do Curso.

2 DADOS GERAIS DO CURSO

Este capítulo apresenta a caracterização geral do curso. Nesse sentido, os dados referentes a denominação, formato de oferta, vagas, carga horária, regime e duração, bem como período de integralização, são apresentados. A seguir são indicados o endereço de funcionamento, os ordenamentos legais e a forma de ingresso.

2.1 Denominação do curso

Educação Especial

2.1.1 Grau acadêmico:

Licenciatura em Educação Especial

2.1.2 Titulação

O egresso do curso de Educação Especial obterá o título de Licenciado em Educação Especial.

2.1.3 Classificação Cine Brasil

Área Geral: 01 – Educação
 Área Específica: 011 – Educação
 Área Detalhada: 0113 – Formação de professores sem áreas específicas
Rótulo: 0113E02 – Educação especial formação de professor

2.1.4 Comitê de Área ao qual o curso pertence:

Comitê de Área de Ciências Humanas e Ciências Jurídicas

2.2 Endereços de funcionamento do curso

O curso é oferecido no *Campus* Joinville, localizado na Rua Paulo Malschitzki, n.º 10, *Campus* Universitário – Zona Industrial – CEP 89219-710 – Joinville/SC. *E-mail*: univille@univille.br

2.3 Ordenamentos legais do curso

Criação: Resolução n.º 17/21/Conselho Universitário, de 02/07/2021.

Autorização de funcionamento: Parecer n.º 004/21/Conselho Universitário, de 02/07/21.

2.4 Formato de Oferta

Presencial

2.5 Número de vagas autorizadas

O curso possui autorização para 40 vagas anuais no período noturno.

2.6 Conceito Enade e Conceito Preliminar de Curso

O curso de Educação Especial ofertado no Campus Joinville está em fase de implantação e em breve passará por processo de Reconhecimento junto ao Ministério da Educação. O curso não participa do Ciclo Avaliativo, portanto, não há conceito ENADE e CPC para o curso.

2.7 Período (turno) de funcionamento

O curso é oferecido no período noturno: de segunda a sexta-feira das 18h55 às 22h30, com possibilidade de aulas aos sábados pela manhã.

2.8 Carga horária total do curso

O curso possui 3.200 horas, equivalentes a 3.840 horas-aula.

2.9 Regime e duração

O regime do curso é o seriado semestral, com duração de 08 semestres.

2.10 Tempo de integralização

Mínimo: 4 anos.

Máximo: 6 anos.

2.11 Formas de ingresso

O ingresso no curso de Educação Especial da Univille pode dar-se de diversas maneiras:

a) Vestibular: é a forma mais conhecida e tradicional. Constitui-se de redação e questões objetivas de diversas áreas do conhecimento. Na Univille o processo vestibular é operacionalizado pelo Sistema Acafe (Associação Catarinense das Fundações Educacionais);

b) Processo seletivo: a Instituição destina vagas específicas para ingresso por meio da análise do desempenho do estudante;

c) Transferência: para essa modalidade é necessário que o candidato possua vínculo acadêmico com outra instituição de ensino superior. São

disponibilizadas também transferências de um curso para outro para acadêmicos da própria Univille;

d) Portador de diploma: com uma graduação já concluída o candidato poderá concorrer a uma vaga sem precisar realizar o tradicional vestibular, desde que o curso pretendido tenha disponibilidade de vaga;

e) ProUni: para participar desse processo o candidato deve ter realizado o ensino médio em escola pública ou em escola particular com bolsa integral e feito a prova do Enem;

f) Reopção de curso: os candidatos que não obtiverem o desempenho necessário no vestibular Acafe/Univille para ingressar na Universidade no curso prioritariamente escolhido poderão realizar inscrição para outro curso de graduação que ainda possua vaga, por meio de seu desempenho no vestibular. A seleção desses candidatos acontece pela avaliação do boletim de desempenho no vestibular;

g) Reingresso: é a oportunidade de retorno aos estudos para aquele que não tenha concluído seu curso de graduação na Univille. Ao retornar, o estudante deverá se adaptar à matriz curricular vigente do curso.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Este capítulo caracteriza a organização didático-pedagógica do curso. Inicialmente são apresentadas as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão. A seguir são fornecidas a justificativa social e a proposta filosófica do curso. Na sequência são descritos os objetivos, o perfil profissional do egresso, a estrutura, os conteúdos e as atividades curriculares do curso. Também são explicitados aspectos relacionados a: metodologia de ensino, processo de avaliação da aprendizagem, serviços de atendimento aos discentes e processos de avaliação do curso. Por fim, são caracterizadas as tecnologias da informação e comunicação.

3.1 Política institucional de ensino de graduação

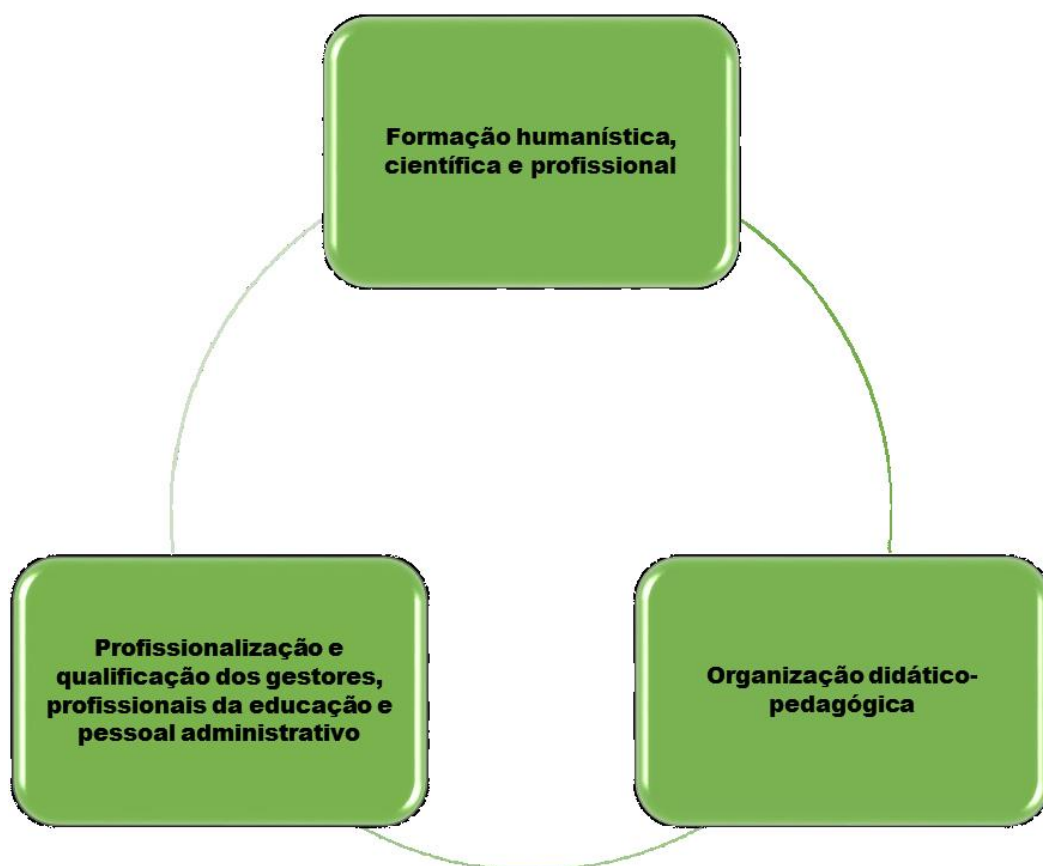
A Política de Ensino da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam o planejamento, a organização, a coordenação, a execução, a supervisão/acompanhamento e a avaliação de atividades, processos, projetos e programas desenvolvidos pela Universidade nos diversos níveis e modalidades do ensino e que propiciam a consecução dos objetivos estratégicos e o alcance das metas institucionais.

O público contemplado por essa política é constituído por gestores e demais profissionais da Instituição. Abrange também todos os estudantes regularmente matriculados em qualquer nível e formato de oferta de ensino da Univille.

Essa política institucional considera três macroprocessos (figura 8):

- Formação humanística, científica e profissional;
- Organização didático-pedagógica;
- Profissionalização e qualificação de gestores, profissionais da educação e pessoal administrativo.

Figura 7 – Macroprocessos do ensino



Fonte: PDI 2022-2026 (UNIVILLE, 2024)

Cada um desses macroprocessos abrange atividades, processos, projetos e programas que envolvem mais de um elemento da estrutura organizacional, perpassando a Universidade, o que causa impacto significativo no cumprimento da missão e realização da visão e propicia uma perspectiva dinâmica e integrada do funcionamento do ensino alinhada à finalidade institucional e aos objetivos e metas estratégicos da Universidade.

Embora cada um dos macroprocessos apresente diretrizes específicas para a sua consecução, há diretrizes gerais que devem nortear o desenvolvimento dessa política, entre as quais:

- **INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:** assegurar a articulação e integração entre atividades, processos, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão;

- **QUALIDADE:** gerenciar, executar e avaliar processos, projetos e programas considerando requisitos de qualidade previamente definidos e contribuindo para a consecução de objetivos e o alcance de metas;
- **CONDUTA ÉTICA:** baseada em valores que garantam a integridade intelectual e física dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem;
- **TRANSPARÊNCIA:** assegurar a confidencialidade, a imparcialidade, a integridade e a qualidade de dados e informações, norteando-se pelas normas que conduzem os processos desenvolvidos pela Univille;
- **LEGALIDADE:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;
- **SUSTENTABILIDADE:** capacidade de integrar questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais no desenvolvimento de atividades, projetos e programas de ensino, bem como promover o uso racional de recursos disponíveis e/ou aportados institucionalmente, de modo a garantir a médio e longo prazo as condições de trabalho e a execução das atividades de ensino.

O curso de Educação Especial continuamente busca o alinhamento de seu Projeto Pedagógico do Curso (PPC) aos princípios e objetivos do ensino de graduação constantes do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Univille. De forma mais específica, pode-se considerar que algumas ações têm sido implementadas para alcançar esse maior alinhamento:

As atividades pedagógicas são acompanhadas e mediadas pelo professor de maneira que os estudantes possam desenvolver autonomia e senso crítico, apropriando-se de instrumentos e ferramentas científicas metodológicas da área da educação especial, além de metodologias ativas de aprendizagem.

Nos anos de 2024 e 2025 a Univille promoveu a inovação pedagógica e curricular e adequações às novas DCNs em seus cursos de licenciatura. Tais trabalhos visaram atender ao Projeto Estratégico Institucional 7.3 que trata de alterações curriculares para atualização dos cursos e a ações de aperfeiçoamento docente. Entre as diretrizes estabelecidas pelo processo estão os 5 eixos formativos institucionais: a) ética e competências socioemocionais; b) cidadania, direitos humanos e justiça social; c) sustentabilidade e responsabilidade socioambiental; d) pensamento científico na abordagem e problematização da(s) realidade(s) e na proposição e construção de soluções; e e) inovação e empreendedorismo de base tecnológica, de negócios e social. O curso inseriu na matriz os eixos a), b) e d).

3.2 Política institucional de extensão

A Política de Extensão da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam: o planejamento, a organização, o gerenciamento, a execução e a avaliação dos cursos de extensão; prestação de serviços; eventos; atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer; participação em instâncias comunitárias; projetos e programas desenvolvidos pela Universidade no que diz respeito à extensão universitária.

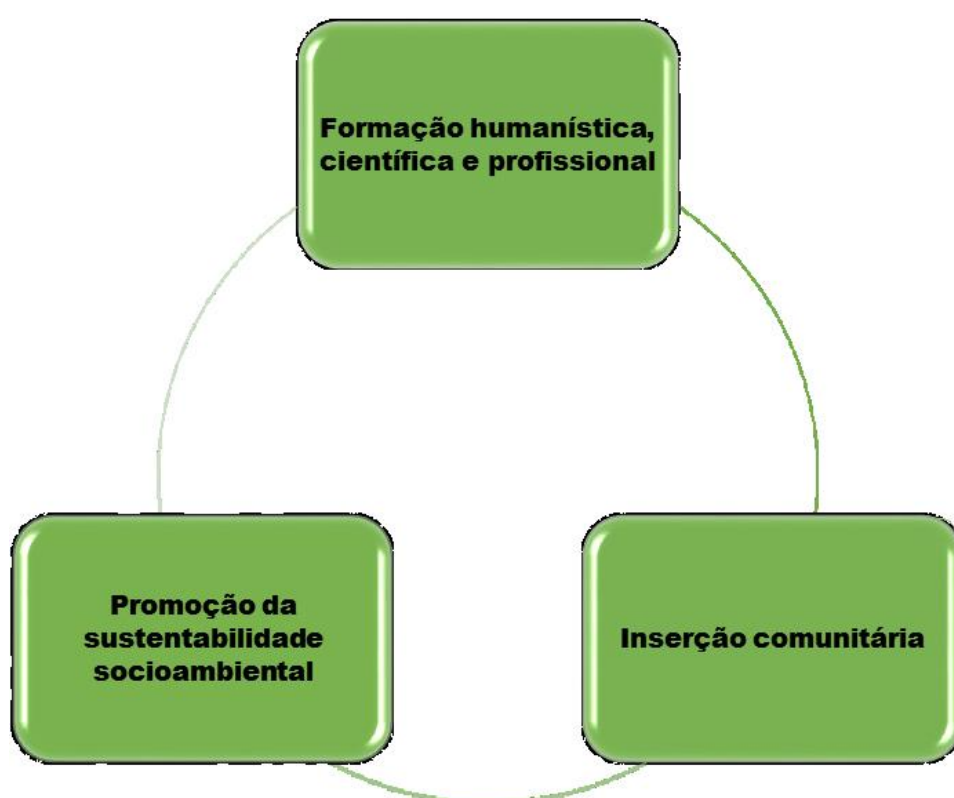
O público contemplado por essa política é constituído por profissionais da educação, pessoal administrativo e gestores da Univille. Abrange também todos os estudantes regularmente matriculados em qualquer nível de ensino, nos diversos cursos oferecidos pela Univille. O público dessa política engloba ainda, indiretamente, a comunidade externa envolvida nas atividades de extensão da Universidade.

Essa política considera três macroprocessos (figura 9):

- Formação humanística, científica e profissional;
- Inserção comunitária;
- Promoção da sustentabilidade socioambiental.

Cada um desses macroprocessos abrange atividades, processos, projetos e programas que envolvem mais de um elemento da estrutura organizacional, perpassando a Universidade, o que causa impacto significativo no cumprimento da missão e realização da visão e propicia uma perspectiva dinâmica e integrada do funcionamento da extensão, alinhada à finalidade institucional e aos objetivos e metas estratégicos da Universidade.

Figura 8 – Macroprocessos da extensão



Fonte: PDI 2022-2026 (UNIVILLE, 2024)

Nas seções seguintes deste documento, cada um dos macroprocessos é descrito e são identificadas diretrizes específicas. Entretanto considera-se que existem diretrizes gerais a serem observadas, que se encontram descritas a seguir:

- **INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:** assegurar a articulação e integração entre atividades, processos, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão;
- **QUALIDADE:** gerenciar, executar e avaliar processos, projetos e programas, considerando requisitos de qualidade previamente definidos e contribuindo para a consecução de objetivos e o alcance de metas;
- **CONDUTA ÉTICA:** zelar pela construção de relacionamentos pautados em princípios éticos, de transparência, honestidade e respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade socioambiental;
- **TRANSPARÊNCIA:** assegurar a confidencialidade, a imparcialidade, a integridade e a qualidade de dados e informações, norteando-se pelas normas que conduzem os processos desenvolvidos pela Univille;
- **LEGALIDADE:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;
- **SUSTENTABILIDADE:** capacidade de integrar questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais no desenvolvimento de atividades, projetos e programas de extensão, bem como promover o uso racional de recursos disponíveis e/ou aportados institucionalmente, de modo a garantir a médio e longo prazos as condições de trabalho e a execução das atividades de extensão;
- **AUTONOMIA:** promover, de forma sistematizada, o protagonismo social por meio do diálogo com a comunidade;

- **PLURALIDADE:** reconhecer a importância de uma abordagem plural no fazer extensionista que considere os múltiplos saberes e as correntes transculturais que irrigam as culturas.

O curso de Educação Especial desenvolve atividades de extensão por meio da participação de seus professores e estudantes em programas institucionais de extensão, projetos de extensão do próprio curso ou de outros cursos da Univille, bem como na organização e participação em eventos e cursos. A seguir, atividades voltadas para a extensão na Univille de que o curso de Educação Especial participa:

- a) Anualmente são abertos editais internos com vistas a selecionar propostas de projetos a serem operacionalizados no ano seguinte e financiados pelo Fundo de Apoio à Extensão da Univille. Os professores podem submeter propostas por meio do Edital Interno de Extensão. Além disso, professores e estudantes podem submeter projetos a editais externos divulgados pela Área de Extensão da Univille, projetos de demanda externa em parceria com instituições e organizações e projetos voluntários;
- b) Semana Univille de Ciência, Sociedade e Tecnologia (SUCST): por acreditar que os resultados de ensino, pesquisa e extensão constituem uma criação conjunta entre professores e acadêmicos, anualmente a Univille promove um seminário institucional com o intuito de apresentar as ações relativas a projetos nessas áreas e promover uma reflexão sobre sua indissociabilidade e os desafios da multidisciplinaridade. As atividades incluem palestras e relato de experiências por parte de professores e estudantes engajados em diferentes projetos da universidade. Os estudantes do curso podem participar desse evento por meio de apresentação de trabalhos ou assistindo a sessões técnicas e palestras;
- c) Semana da Comunidade: anualmente a Univille realiza um evento comemorativo de seu credenciamento como Universidade. Durante a semana são promovidas diversas ações com vistas a oferecer à comunidade externa a oportunidade de conhecer instituições e sua ação comunitária. O curso

participa, por meio de um estande, no Universo Univille das Profissões, oferecendo à comunidade informações sobre o curso e a carreira na área. Também são apresentados os protótipos e os modelos dos projetos permanentes apoiados pelo curso. Além disso, durante a semana, os estudantes podem participar de palestras com os mais diversos temas: empregabilidade, mobilidade acadêmica, saúde, cidadania, direitos humanos;

- d) Realização de eventos: o curso promove eventos relacionados à área de formação, tais como palestras, cursos e oficinas, os quais ocorrem ao longo do ano e atendem os estudantes e a comunidade externa. Alguns deles são realizados por meio de parcerias estabelecidas pelo curso;
- e) Prestação de serviços: por meio da Área de Prestação de Serviços da Univille, o curso está apto a oferecer treinamentos, assessorias e consultorias a instituições, organizações e comunidade externa na área do curso, de acordo com as competências existentes;
- f) Literatura Infantil Juvenil – Prolij. Responsável pela promoção, crítica e circulação da Literatura Infantil Juvenil, na região norte de Santa Catarina, contribui social e culturalmente com a comunidade acadêmica e externa, tornando-se referência na área em que atua.
- g) Projeto Integrados - *Projeto Brinquedo*: objetiva desenvolver e implementar brinquedos e materiais lúdicos e terapêuticos que auxiliem na inclusão social de pessoas idosas e de pessoas com deficiência. por meio da abordagem do design participativo;
- h) Projeto Integrados - *Caminho Curto*: objetiva promover ações integradas de vivência em ensino, pesquisa e extensão com a comunidade remanescente quilombola Beco do Caminho Curto, visando impulsionar diálogos interculturais e interdisciplinares para uma educação antirracista e decolonial.

3.3 Política institucional de pesquisa

A Política de Pesquisa da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam o planejamento, a organização, a coordenação, a execução, a supervisão/acompanhamento e a avaliação de atividades, processos, projetos e programas desenvolvidos pela Universidade no que diz respeito à pesquisa.

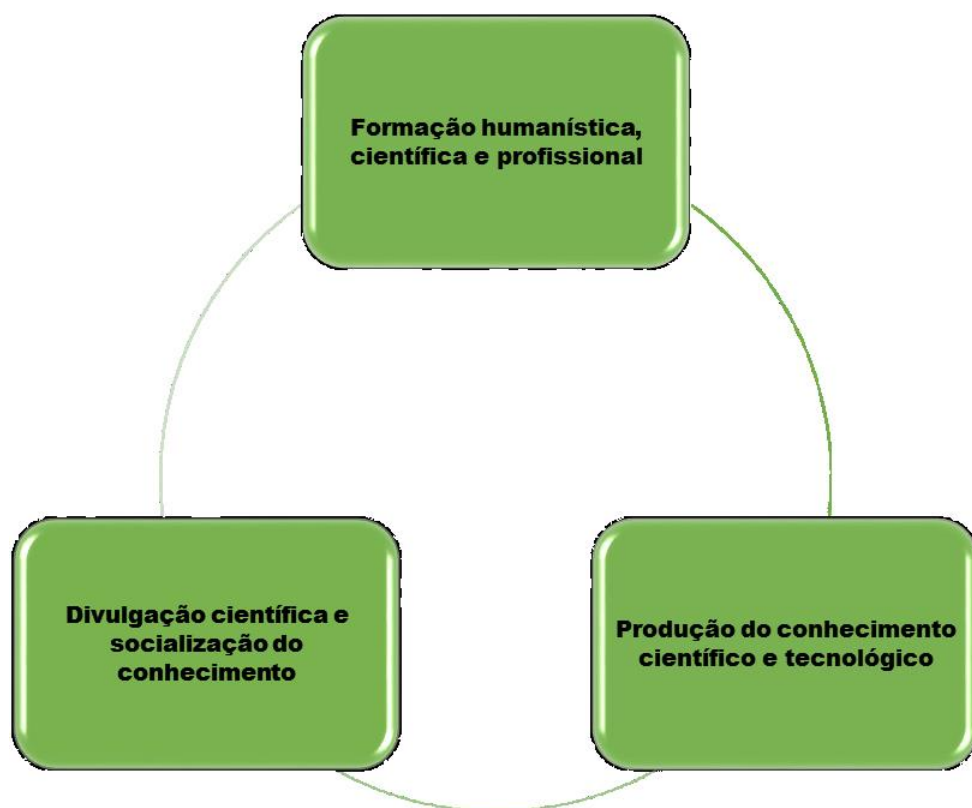
O público contemplado por essa política é constituído por profissionais da educação, pessoal administrativo e gestores da Univille. Abrange ainda os estudantes regularmente matriculados em qualquer nível de ensino, nos diversos cursos oferecidos pela Univille.

Essa política considera três macroprocessos (figura 10):

- Formação humanística, científica e profissional;
- Produção do conhecimento científico e tecnológico;
- Divulgação científica e socialização do conhecimento.

Cada um desses macroprocessos abrange atividades, processos, projetos e programas que envolvem mais de um elemento da estrutura organizacional, perpassando a Universidade, o que causa impacto significativo no cumprimento da missão e realização da visão e propicia uma perspectiva dinâmica e integrada do funcionamento da pesquisa alinhada à finalidade institucional e aos objetivos e metas estratégicos da Universidade.

Figura 9 – Macroprocessos da pesquisa



Fonte: PDI 2022-2026 (UNIVILLE, 2024)

Embora cada um dos macroprocessos apresente diretrizes específicas para a sua consecução, há diretrizes gerais que devem nortear o desenvolvimento dessa política, entre as quais:

- **INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:** assegurar a articulação e integração entre atividades, processos, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão;
- **QUALIDADE:** gerenciar, executar e avaliar processos, projetos e programas considerando requisitos de qualidade previamente definidos e contribuindo para a consecução de objetivos e o alcance de metas;

- **CONDUTA ÉTICA:** baseada em valores que garantam integridade intelectual e física dos envolvidos na ação de pesquisar e fidelidade no processamento e na demonstração de resultados com base nas evidências científicas;
- **TRANSPARÊNCIA:** assegurar a confidencialidade, a imparcialidade, a integridade e a qualidade de dados e informações, norteando-se pelas normas que conduzem os processos desenvolvidos pela Univille;
- **LEGALIDADE:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;
- **SUSTENTABILIDADE:** capacidade de integrar questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais no desenvolvimento de atividades, projetos e programas de pesquisa, bem como promover o uso racional de recursos disponíveis e/ou aportados institucionalmente, de modo a garantir a médio e longo prazos as condições de trabalho e a execução das atividades de pesquisa científica;
- **ARTICULAÇÃO SOCIAL:** busca de soluções científicas e tecnológicas para o desenvolvimento e a valorização das atividades econômicas, culturais e artísticas da região por meio de parceria entre a Universidade e a comunidade externa;
- **RELEVÂNCIA:** projetos e programas de pesquisa devem estar alinhados ao PDI, aos PPCs e às linhas dos programas de pós-graduação (PPGs), visando ao impacto social e inovador da pesquisa.

O curso de Educação Especial desenvolve atividades de pesquisa por meio da participação de seus professores e estudantes em programas institucionais de pesquisa e em eventos científicos externos como o Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE- UFSCar, ENALIC, ENLIC Sul).

A seguir, atividades voltadas para a pesquisa na Univille de que o curso participa:

- a) Anualmente são abertos editais internos com vistas a selecionar propostas de projetos a serem operacionalizados no ano seguinte e financiados pelo Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) da Univille. Os alunos podem submeter propostas por meio do Edital Pibic, e os professores, por meio do Edital Interno de Pesquisa. Além disso, professores e estudantes podem submeter projetos a editais externos divulgados pela Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia (Agitte) da Univille, projetos de demanda externa em parceria com instituições e organizações e projetos voluntários;
- b) Semana Univille de Ciência, Sociedade e Tecnologia (SUCST): participação do corpo docente e discente do curso de Educação Especial como ouvinte e/ou como palestrante.
- c) Organização dos eventos: CLIC – Colóquio das Licenciaturas e Seminário dos cursos de Magistério.
- d) Participação no Grupo de Pesquisa: *“Leitura e Escritas em práticas Educativas”*, que tem por objetivo realizar pesquisas que relacionem as questões de leitura e de escrita em diferentes práticas educativas, considerando diferentes contextos.
- e) Participação no Grupo de Pesquisa: *“GETRAFOR”*, grupo de estudos e pesquisa sobre o trabalho e a formação docente. Tem por objetivo realizar investigações voltadas para o trabalho e a formação docente nas várias instâncias de sua realização, sob um ponto de vista multideterminado que considere questões históricas, políticas e culturais.

3.4 Histórico do curso

O ingresso da primeira turma do curso ocorreu por meio do Edital 1.426/SED/2021 da Secretaria de Educação do Governo do Estado de Santa Catarina. Nesta oportunidade, o curso ofertou 40 vagas.

A atual oferta do curso (turma que ingressou em 2022) deu-se em razão da aprovação do Projeto do Curso que foi submetido ao Edital nº 1.651/SED/2022 da Secretaria de Educação do Governo do Estado de Santa Catarina. Este edital teve como objetivo o

credenciamento das Instituições de Educação Superior para a oferta de cursos de licenciatura na modalidade presencial, por meio do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina/UNIEDU, com recursos do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior – FUMDES, a fim de atender ao que preconiza a meta 15 do Plano Estadual de Educação (2015) de Santa Catarina e com isso sanar a falta de professores na Rede Estadual de Educação Básica.

Para 2026 o curso está sendo ofertado em processo seletivo regular, com 40 vagas.

3.5 Justificativa da necessidade social do curso (contexto educacional)

Ainda que possa parecer uma generalização, no tempo presente, não é equivocado dizer que a sociedade brasileira, em geral, e a catarinense, em particular, experimentam mudanças nunca vistas na história do país.

Ainda que avanços educacionais significativos tenham sido historicamente construídos – tais como, a universalização da oferta do Ensino Fundamental; a construção de sistemas públicos de educação e que funcionam em rede; o fortalecimento de políticas que promovem o acesso ao ensino superior de grupos em situação de vulnerabilidade (quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, entre outros) –, de fato, ainda há muito a ser feito em Educação no estado de Santa Catarina.

À sua maneira, a oferta de um curso de Licenciatura em Educação Especial pode ser considerado um esforço da Univille no sentido de contribuir para o fortalecimento da qualidade da Educação Básica e do Ensino Superior catarinense, particularmente junto ao norte e nordeste do estado (regiões de atuação da Univille). Nesse âmbito, a oferta desse curso dialoga com a “Meta 15” do Plano Estadual de Educação, sobretudo no que tange à consolidação da “[...] política estadual de formação inicial e continuada de professores” e à “valorização dos profissionais da educação” (SANTA CATARINA, 2015, p. 133).

Além disso, a oferta de tal curso poderá assegurar à população do norte e nordeste catarinense o acesso a uma graduação universitária, de “[...] formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura”, numa “área de conhecimento” em que

o número de profissionais diplomados é bastante reduzido (SANTA CATARINA, 2015, p. 133).

Nesse âmbito, é importante destacar que a oferta pela Univille do curso de Educação Especial também se justifica em função da expertise acumulada pela Instituição em relação à formação de professores em Joinville e região.

Nesse aspecto, a Univille é precursora no nordeste de Santa Catarina. Constituída pelo poder público municipal em 1965, a IES foi a primeira de sua região, ofertando cursos de Licenciatura desde 1968 (Geografia, História, Letras e Matemática). Dois anos depois (1970), a Instituição iniciou a oferta da licenciatura em Educação Física. Em 1988, foi dado início à licenciatura em Educação Artística (atual Artes Visuais). Na década de 1990, a Univille passou a ofertar as licenciaturas em Ciências Biológicas (1993) e em Pedagogia (1996) (COELHO e SOSSAI, 2020).

Em razão da sua história e da qualidade pedagógica de seus cursos, as “Licenciatura/Univille” são amplamente reconhecidas e valorizadas pela população do norte e nordeste de Santa Catarina (COELHO e SOSSAI, 2020). Igualmente, por numerosas vezes, tais licenciaturas conquistaram a nota máxima (Conceito 5,0) em avaliações nacionais coordenadas e pelo MEC/INEP (SINAES/ENADE).

Também, a viabilidade da oferta do curso de Educação Especial por parte da UNIVILLE se justifica em função desta Universidade possuir uma sólida “Política Institucional de Formação de Professores para a Educação Básica”, recentemente atualizada por meio da Resolução nº 31/17- Consun/Univille. Tal Política, estabelece os “princípios, diretrizes e objetivos para orientar a organização e o funcionamento dos cursos de licenciaturas da Univille, em consonância com os princípios e as políticas institucionais, a legislação vigente e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica” (UNIVILLE, 2017, Art. 2º). Em seu conjunto, a Resolução enfatiza a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” nos cursos de licenciatura da Instituição, procurando estimular que eles articulem e integrem entre si “atividades, processos, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão” (UNIVILLE, 2017, Arts. 3º, 15º e 16º).

Ainda no âmbito desta Política, a Univille acumulou experiências diversificadas em torno da oferta de cursos de formação inicial e continuada de professores, particularmente em relação à recontextualização de numerosos programas estaduais e nacionais voltados à valorização da formação docente, nomeadamente:

- a) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID/CAPES (desde 2011);
- b) Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR/CAPES (desde 2012);
- c) Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional - PROESDE/Governo do Estado de Santa Catarina (desde 2015);
- d) Programa Residência Pedagógica - PRP/CAPES (desde 2018);
- e) Programa de Graduação - Licenciatura Financiada pelo Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior UNIEDU/FUMDES/Governo do Estado de Santa Catarina, que atualmente subsidia o primeiro e único curso do Brasil de Licenciatura em Pedagogia - Educação Escolar Quilombola (desde 2019). No mesmo ano foi aprovado a oferta dos cursos de Licenciatura Letras Inglês (Joinville) e Licenciatura em Química (SBS).

É, então, em razão de sua aprofundada experiência no campo da formação de professores (inicial e continuada) que a Univille acredita reunir todas as condições para a oferta do curso de licenciatura em Educação Especial.

Ademais, não é prolixo afirmar que a relevância da oferta do referido curso pela Univille também reside no fato da Instituição poder combinar a sua expertise institucional com as vivências de “ensino, pesquisa e extensão” de um corpo docente com elevado nível de formação acadêmica, muitos dos quais encontram-se vinculados a programas de pós-graduação (PPG em Educação e PPG em Patrimônio Cultural e Sociedade). Aliando competência institucional na oferta e manutenção de suas licenciaturas à experiência acadêmica de seus docentes, será garantido aos estudantes de Educação Especial da Univille:

I - Sólida formação teórico, metodológica e pedagógica no campo da Educação Especial, promovendo a compreensão crítica e interativa do contexto, a estrutura e a

diversidade e o desenvolvimento de competências e habilidades adequadas ao exercício da docência da Educação Especial;

II - Sólida formação acadêmico-científica, com vistas à investigação e à análise da educação especial em suas diversas manifestações no tempo, no espaço e nas culturas;

III - O desenvolvimento da ética profissional nas relações com a diversidade cultural e social;

Diante de tais informações, parece-nos evidente a necessidade de oferta de um curso de graduação em Educação Especial, visando atender o contexto da Educação Básica catarinense, em especial a demanda de profissionais com essa formação para atuar junto aos sistemas educativos e às redes públicas situadas nas regiões norte e nordeste de Santa Catarina.

3.6 Proposta filosófica da Instituição e do curso

A Univille é uma instituição educacional que tem a missão de “Promover, enquanto universidade comunitária, formação humanística, científica e profissional para a sociedade por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, comprometida com a sustentabilidade socioambiental”. Com base nisso, suas atividades estão fundamentadas nos princípios filosóficos e técnico-metodológicos apresentados na sequência que constam no Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2026:

3.6.1 Educação para o século XXI

Desde a década de 1990 ocorrem discussões nacionais e internacionais sobre a educação para o século XXI e o compromisso com a aprendizagem dos estudantes, compreendida como o processo de desenvolvimento de competências para fazer frente aos desafios do mundo contemporâneo. Em termos gerais, com base nos pilares delineados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, do inglês United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) para a educação do século XXI, pode-se considerar que tais

competências incluem, de forma não exclusiva, a capacidade do estudante de (DELORS, 2000):

- **Aprender a conhecer:** inclui as capacidades de formular problemas, definir objetivos e especificar e aplicar metodologias, técnicas e ferramentas na solução de problemas;
- **Aprender a fazer:** implica ser capaz de empregar conceitos, métodos, técnicas e ferramentas próprios de determinado campo profissional;
- **Aprender a conviver:** abrange a capacidade de se comunicar de forma eficaz, trabalhar em equipe, respeitar as normas de convívio social levando em conta os direitos e deveres individuais e coletivos;
- **Aprender a ser:** diz respeito a ser capaz de agir eticamente e comprometido com o respeito aos direitos humanos.

Decorridas mais de duas décadas do início do século XXI, a proposição dos pilares precisa considerar as transformações pelas quais o mundo do trabalho vem passando e as novas exigências em termos de habilidades para o exercício da cidadania e a inserção no mundo do trabalho contemporâneo. Entre os estudos internacionais que discutem tais mudanças, é possível citar o realizado pelo Institute for The Future (IFTF), um grupo ligado à University of Phoenix que se dedica a pesquisas sobre mudanças sociais e no mercado de trabalho. O relatório *Future work skills 2020* apontou seis grandes indutores de mudanças disruptivas com impactos sobre as habilidades para o trabalho no século XXI (IFTF, 2011):

- **Extrema longevidade:** ocorre um aumento da população com idade acima dos 60 anos, sobretudo nos Estados Unidos, na Europa e em países como o Brasil. A perspectiva é de que tal fenômeno influencie as percepções sobre idade/velhice, bem como sobre as carreiras profissionais, a inserção no mercado de trabalho e a forma de proporcionar serviços de saúde e bem-estar para as pessoas idosas;
- **Ascensão de sistemas e máquinas inteligentes:** o avanço tecnológico, especialmente da microeletrônica e da tecnologia da informação e comunicação, proporciona a disponibilização de um grande número de máquinas e sistemas inteligentes (*smart*) não apenas nas fábricas e

escritórios, mas também nos serviços médico-hospitalares e educacionais, nos lares e na vida cotidiana. Isso implicará um novo tipo de relacionamento dos seres humanos com as máquinas e sistemas, o que exigirá domínio de habilidades tecnológicas e compreensão das modalidades de relacionamentos sociais mediadas por essas tecnologias;

- **Mundo computacional:** a difusão do uso de sensores para a captação de dados e o incremento no poder de processamento e de comunicação por meio de diferentes objetos de uso cotidiano (*internet of things* – IoT) abrem a oportunidade de desenvolvimento de sistemas pervasivos e ubíquos em uma escala que anteriormente era impossível. Uma das consequências disso é a disponibilização de uma enorme quantidade de dados (*big data*) que por meio de modelagem e simulação propicia a compreensão de uma variedade de fenômenos e problemas nas mais diferentes áreas e em diferentes níveis de abrangência. Isso exige a capacidade de coletar e analisar grandes volumes de dados com o intuito de identificar padrões de relacionamento e comportamento, tomar decisões e projetar soluções;
- **Ecologia das novas mídias:** novas tecnologias de multimídia transformam os modos de comunicação, desenvolvendo novas linguagens e influenciando não apenas a maneira com que as pessoas se comunicam, mas também como se relacionam e aprendem. Tais mudanças exigem outras formas de alfabetização além da textual e uma nova compreensão dos processos de aprendizagem e construção do conhecimento;
- **Superestruturas organizacionais:** novas tecnologias e plataformas de mídia social estão influenciando a maneira como as organizações se estruturam e como produzem e criam valor. O conceito de rede passa a ser uma importante metáfora para a compreensão da sociedade e das organizações. Essa reestruturação implica ir além das estruturas e dos processos tradicionais para considerar uma integração em escala ainda maior, ultrapassando as fronteiras organizacionais e físicas com o objetivo de propiciar a colaboração entre pessoas, grupos e instituições. Isso influencia e transforma conceitos organizacionais e de gestão que passam a

considerar aspectos das áreas de *design*, computação, neurociências, psicologia, antropologia cultural e sociologia;

- **Mundo conectado globalmente:** o aumento da interconectividade global faz repensar as relações entre as nações, e um novo contexto social e político desenha-se à medida que Estados Unidos e Europa deixam de ser lideranças em termos de criação de empregos, inovação e poder político e econômico. As organizações multinacionais já não têm necessariamente suas sedes na Europa, no Japão e nos EUA e, além disso, passam a usar a conectividade global para potencializar o papel de suas subsidiárias em países como Índia, Brasil e China. Como algumas das consequências dessa transformação, cresce a importância de saber lidar com a diversidade humana em todos os seus aspectos e dispor da capacidade de adaptação a diferentes contextos sociais e culturais.

O IFTF (2011) identificou um conjunto de habilidades para o mundo do trabalho com base nas mudanças caracterizadas anteriormente. Tais habilidades são representadas na figura 10:

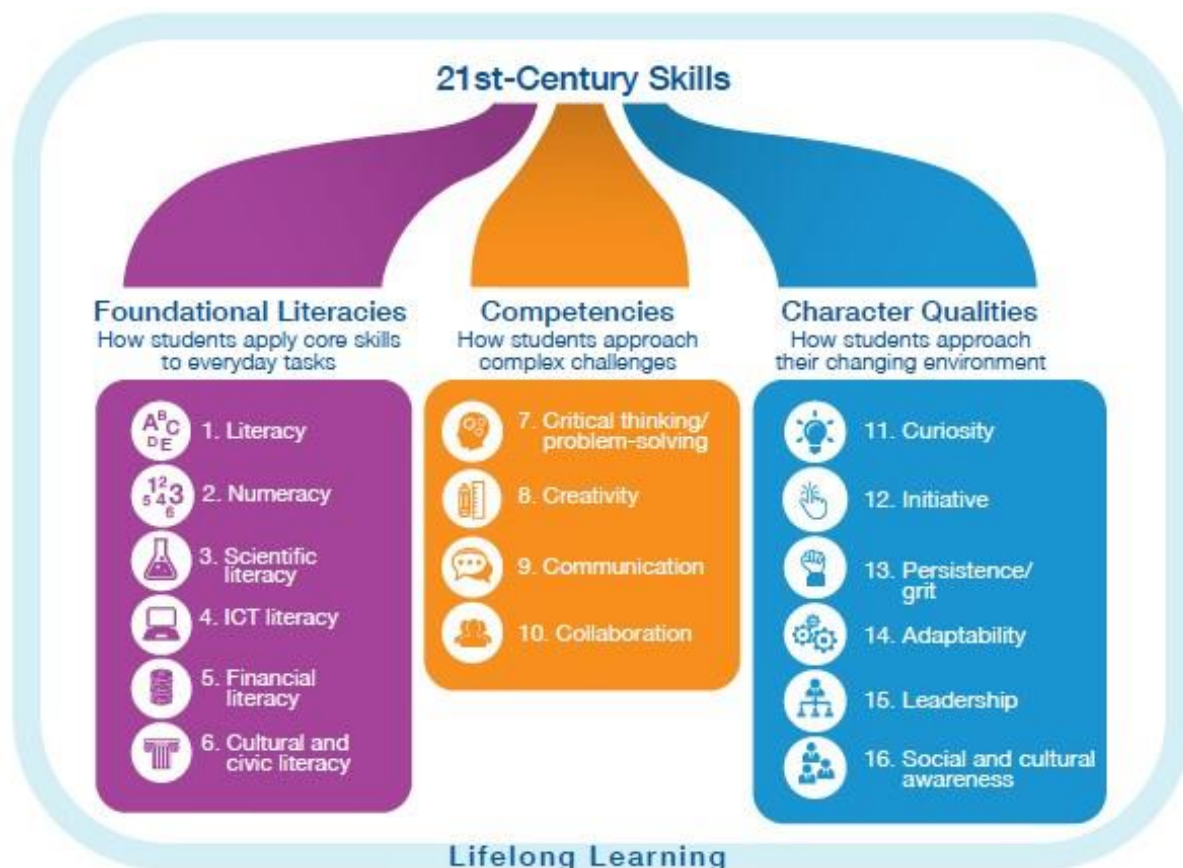
Figura 10 – Dez habilidades para a força de trabalho no futuro

Fazer sentido	• Ser capaz de determinar o sentido ou significado mais profundo do que está sendo expresso
Inteligência social	• Ser capaz de se conectar aos outros de uma forma direta e profunda para sentir e estimular reações e interações desejadas
Pensamento inovador e adaptativo	• Ser capaz de pensar e propor soluções e respostas para além do que é baseado em regras
Competência transcultural	• Ser capaz de agir em diferentes contextos culturais
Pensamento computacional	• Ser capaz de traduzir uma grande quantidade de dados em conceitos abstratos e raciocinar baseado em dados
Fluência em novas mídias	• Ser capaz de avaliar e desenvolver criticamente conteúdo para uso em novas formas de mídia e empregar em comunicação persuasiva
Transdisciplinaridade	• Ser capaz de entender conceitos transversais a múltiplas disciplinas
Mentalidade projetual	• Ser capaz de representar e desenvolver tarefas e processos de trabalho para a obtenção de resultados desejados
Gestão da carga cognitiva	• Ser capaz de discriminar e filtrar informação pela análise de sua importância, e entender como maximizar o funcionamento cognitivo usando diversas ferramentas e técnicas
Colaboração virtual	• Ser capaz de trabalhar produtivamente, engajar-se e demonstrar presença em uma equipe virtual

Fonte: Adaptado de IFTF (2011)

Mais recentemente, o Fórum Econômico Mundial (WEFORUM, 2015) publicou pesquisa sobre uma nova visão para a educação com o emprego de novas metodologias e tecnologias de aprendizagem. O estudo enfatiza a concepção de uma educação ao longo de toda a vida que tem por objetivo o desenvolvimento de competências e habilidades (figura 12) necessárias para que se possam enfrentar as transformações no mundo do trabalho e no contexto social (WEFORUM, 2015).

Figura 11 – Competências e habilidades para o século XXI



Fonte: WEFORUM (2015 apud PDI 2022 – 2026)

Conforme o Weforum (2015), as competências e habilidades para o século XXI abrangem três grupos:

- **Habilidades fundamentais** – relacionadas às habilidades aplicadas no cotidiano e que podem ser subdivididas em: leitura e escrita; numéricas; aplicação do pensamento científico; utilização de tecnologias da informação e comunicação; gestão das finanças pessoais; atuação no contexto cultural e no exercício da cidadania;
- **Competências** – relacionadas à abordagem de problemas complexos que incluem: pensamento crítico e solução de problemas; criatividade; comunicação; colaboração (os quatro cês);
- **Características pessoais** – dizem respeito a atitudes e habilidades empregadas em situações de mudança e que abrangem: curiosidade; iniciativa; persistência e resiliência; adaptabilidade; liderança; consciência social e cultural.

No Brasil, o Plano Nacional de Educação (PNE) é referência importante na discussão sobre educação. Foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), tem vigência de dez anos e conta com as seguintes diretrizes:

- erradicação do analfabetismo;
- universalização do atendimento escolar;
- superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- melhoria da qualidade da educação;
- formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;
- estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, como proporção do PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- valorização dos profissionais da educação;
- promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

O PNE é um conjunto de compromissos com o intuito de: eliminar desigualdades por meio de metas orientadas para enfrentar as barreiras de acesso e permanência à educação; erradicar as desigualdades educacionais levando em conta as especificidades regionais; promover a formação para o trabalho com base nas realidades locais; e fomentar o exercício da cidadania (MEC, 2014). O PNE foi elaborado com base em um amplo debate promovido pela Conferência Nacional de Educação ocorrida em 2010 e pelas discussões no Congresso Nacional, resultando em 20 metas, as quais, em uma análise transversal podem ser agrupadas com o intuito de compreender a articulação proposta pelo PNE. A figura 12 apresenta o

agrupamento das metas conforme proposto pelo documento “*Planejando a próxima década*”: *conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação (MEC, 2014)*:

Figura 12 – Agrupamento das metas do PNE 2014-2024

Metas 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10 e 11	• Metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais.
Metas 4 e 8	• Metas que dizem respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade.
Metas 15, 16, 17, 18	• Metas que dizem respeito à valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as demais metas sejam atingidas.
Metas 12, 13 e 14	• Metas que dizem respeito ao ensino superior.
Metas 19 e 20	• Metas que dizem respeito a gestão, financiamento e investimento na educação.

Fonte: PDI, 2022-2026 (Univille, 2022)

É importante destacar o papel das universidades para o alcance das metas relacionadas ao ensino superior. As ações a serem desenvolvidas pelas instituições de ensino superior incluem:

- Expansão do acesso à graduação pela oferta de vagas em diferentes modalidades de ensino com o intuito de contribuir para o aumento das taxas de matrícula;
- Expansão do acesso à pós-graduação *stricto sensu* pela oferta de vagas com o intuito de contribuir para o aumento do número de mestres e doutores e a consequente melhoria da pesquisa no país;

- Melhoria da qualidade da educação superior pelo investimento em: qualificação e profissionalização dos profissionais da educação; inovação pedagógica e curricular; infraestrutura.

Dessa forma, com base na contextualização dos desafios da educação para o século XXI e nas metas do PNE 2014-2024, é possível discutir o papel da Univille, como Universidade, e seus compromissos com uma formação humanística, científica e profissional perante os desafios do mundo contemporâneo.

3.6.2 Universidade

Inicialmente, é importante que se ratifique a relevância da formação humanística, científica e profissional oferecida pela Univille nesses seus 60 anos de existência. Isso permite compreender o conhecimento sempre como possibilidade de discussão e diálogo para a formação inicial, integral e continuada de todos os sujeitos envolvidos nesse processo: estudantes, profissionais da educação, pessoal administrativo e comunidade externa. Como diz Morin (2004, p. 55), “todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana”. Daí a importância de analisar e perceber os movimentos da sociedade e como vêm se configurando nos tempos atuais.

Para tanto é necessário pensar como o conhecimento tem sido tratado nas instituições formadoras, pois a Universidade deve oportunizar aos seus estudantes e profissionais um processo de aprendizagem por meio da relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Tal relação permite que a Universidade se alimente e retroalimente com os resultados dos conhecimentos gerados por ela mesma e pela comunidade de sua região de abrangência, como forma de se manter sintonizada com essa comunidade e construir um relacionamento colaborativo e relevante com ela.

A posição de Santos (1989) aproxima-se da concepção da Universidade sobre formação:

A concepção humanística das ciências sociais enquanto agente catalisador da progressiva fusão das ciências naturais e ciências sociais coloca a pessoa, enquanto autor e sujeito do mundo, no centro

do conhecimento, mas, ao contrário das humanidades tradicionais, coloca o que hoje designamos por natureza no centro da pessoa. Não há natureza humana porque toda a natureza é humana.

Assim, a educação precisa contribuir para a formação integral da pessoa e para a prática de sua cidadania. “Ser cidadão significa ter uma visão crítico-reflexiva, traduzida em prática transformadora da realidade, de forma autônoma, responsável e ética” (FREIRE, 1998). Eis o caráter estratégico da universidade, na medida em que a formação por ela propiciada contribui para o desenvolvimento, pelo estudante, das competências necessárias para a sua atuação no contexto social e profissional. A Univille, dessa forma, concebe a educação como uma ação comprometida também com o desenvolvimento de competências:

A competência é o conjunto de aprendizagens sociais e comunicacionais nutridas a montante pela aprendizagem e formação e a jusante pelo sistema de avaliações. [...] competência é um saber agir responsável e que é reconhecido pelos outros. Implica saber como mobilizar, integrar e transferir os conhecimentos, recursos e habilidades, num contexto profissional determinado (FLEURY; FLEURY, 2001).

Possibilitar ao estudante e ao futuro profissional a oportunidade de pensar ambientalmente a sociedade em sua dimensão totalizadora, isto é, o ser humano inserido no meio ambiente, faz com que o uso de seus conhecimentos e habilidades ajude a construir uma sociedade socio ambientalmente responsável.

Como instituição comunitária, a Univille percebe a necessidade urgente de promover uma educação com caráter dialógico e integrador, para que, com as relações estabelecidas entre os atores sociais que a compõem, eles pensem criticamente no seu papel com base em valores que incluam cidadania, ética e integração, considerando a importância da inovação e da responsabilidade socioambiental.

3.7 Objetivos do curso

3.7.1 Objetivo geral do curso

Graduar profissionais que sejam capazes de atuar no campo e nos processos de aprendizagem, em diferentes contextos e serviços de Educação Especial, efetivando a intervenção pedagógica para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, linguísticas, psicomotoras e sócio afetivas que contribuam para aquisição de conhecimentos escolares, culturais, sociais e do mundo do trabalho de maneira eticamente comprometida com os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável, com a reflexão sobre as complexidades da vida social, com a produção de conhecimento científico na contemporaneidade e com um processo de ensino-aprendizagem inovador e promotor da autonomia, de forma crítica e criativa, contribuindo para a formação de cidadãos, o desenvolvimento educacional, econômico, social e ambiental.

3.7.2 Objetivos específicos do curso

- . Formar profissionais com visão holística, crítica, consciente, comprometida e responsável, para o exercício da profissão;
- . Ter ampla visão da educação e do trabalho pedagógico, comprometido com a ética e com a transformação da realidade socioambiental;
- . Proporcionar conhecimentos relacionados aos sujeitos apoiados pela educação especial a fim de subsidiar os acadêmicos para a atuação pedagógica na perspectiva da educação inclusiva em espaços escolares ou instituições especializadas;
- . Abordar conhecimentos sobre diferentes alternativas metodológicas que viabilizem a mediação de conhecimentos específicos da formação do profissional de educação especial para atuação em diferentes espaços educacionais;
- . Possibilitar a definição e implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas alternativas, em colaboração com os professores das escolas comuns da educação básica, de modo a garantir a educação escolar e promover o

desenvolvimento das potencialidades do educando que apresente necessidades educacionais específicas;

- . Propor conhecimentos que possibilitem a identificação das necessidades educacionais específicas dos sujeitos apoiados pela educação especial, com vistas a elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade, promovendo a participação e a autonomia dos sujeitos nas atividades escolares, bem como orientação aos professores e famílias sobre a utilização dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

- . Vivenciar instituições de ensino, desde os primeiros semestres do curso, viabilizando o conhecimento da gestão escolar, estabelecendo parcerias com as áreas intersetoriais para o trabalho em rede na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

- . Produzir ações pedagógicas visando as diferentes áreas de conhecimento da educação especial de modo a atender as necessidades de aprendizagem individuais dos sujeitos apoiados pela educação especial;

- . Disponibilizar recursos e serviços, bem como orientar quanto a sua utilização em escolas de ensino regular, escolas ou centros especializados e espaços não escolares;

- . Possibilitar estágios acadêmicos em diferentes espaços educacionais incentivando práticas de cultura colaborativa;

- . Construir momentos de integração curricular, articulando diferentes conteúdos e metodologias de ensino-aprendizagem, de modo a valorizar, dinamizar e fortalecer práticas pedagógicas interdisciplinares durante o percurso formativo dos estudantes;

- . Propiciar diálogos interdisciplinares visando a compreensão complexa e crítica da sociedade contemporânea, seus percursos históricos e seus projetos para o presente e o futuro;

- . Proporcionar uma aprofundada formação interdisciplinar, com destaque para a fundamentação teórica sociopolítica e cultural do estudante para o seu futuro exercício profissional;

- . Oportunizar aos estudantes uma formação superior que, por meio de conhecimentos geográficos, forneça instrumentos teórico-metodológicos de análise, compreensão e atuação reflexiva na sociedade contemporânea e, sobretudo, no campo da Educação;
- . Garantir oportunidades para o efetivo ensino-aprendizado de competências fundamentais ao futuro exercício profissional dos estudantes;
- . Promover práticas vivenciadas que possibilitem ao estudante a reflexão crítica, sócio e ambientalmente responsável, assim como eticamente comprometida com o seu exercício profissional, reconhecendo e respeitando as diversidades culturais na sociedade combatendo a discriminação e quaisquer formas de proselitismo no contexto social e educacional;
- . Dominar as abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento, compreendendo e aplicando as abordagens e métodos envolvidos na produção e comunicação dos saberes na área do conhecimento;

3.8 Perfil profissional do egresso e campo de atuação

3.8.1 Perfil profissional do egresso

A formação do licenciado em Educação Especial é orientada por um conjunto de diretrizes que garantem tanto a base comum a todos os professores quanto as especificidades necessárias para o trabalho com o público desta modalidade de ensino. Deste modo, segue-se, na construção deste perfil as DCNs e normativos complementares como:

- *DCNs para a Educação Especial na Educação Básica: A Resolução CNE/CEB nº 2, de 2001 (e as diretrizes operacionais da Resolução CNE/CEB nº 4, de 2009)* que estabelece diretrizes para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais em todas as etapas e modalidades da educação básica, servindo, desta forma para o curso como base para a atuação do profissional licenciado.

- *DCNs para a Formação de Professores: Resolução CNE/CP nº 4, de 2024*, que revoga a de 2019 e define a estrutura, carga horária e princípios para todos os cursos de formação de professores, incluindo a preparação para a inclusão e o atendimento à diversidade, deste modo entende-se como sendo a formação inicial em nível superior de profissionais do magistério (cursos de licenciatura)
- *Legislação Complementar*: Decretos e políticas nacionais.

Levando em conta o conjunto da legislação pertinente à educação especial, o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Projeto Pedagógico Institucional e os Projetos Pedagógicos dos cursos de Licenciatura da Univille, o profissional licenciado em Educação Especial deverá:

- ✓ Apresentar uma sólida formação geral, humanística, crítica, teórica e metodológica e reflexiva, pautada em princípios ético e democrático com competências para identificar as necessidades educacionais especiais dos estudantes, valorizando a educação inclusiva.
- ✓ Ser um profissional comprometido com a educação, que abordará de modo sistemático – individualmente ou em equipes multidisciplinares – com responsabilidade técnica e social, questões pertinentes ao seu campo de atuação, com formação crítica, criativa e prática, envolvido na resolução de problemas em diálogo com a sociedade e na defesa de uma escola democrática.
- ✓ Saber flexibilizar a ação pedagógica com definição e implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimento didático pedagógico e práticas alternativas, adequadas às diferentes necessidades do público-alvo da educação especial e demais necessidades que, porventura, dependam desta intervenção.
- ✓ Acompanhar e avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais observadas nos estudantes nas diferentes áreas de conhecimento, de modo adequá-las às necessidades especiais de aprendizagem.
- ✓ Saber trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe regular nas práticas para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais com a compreensão de estratégias pedagógicas que viabilizem a transmissão do conhecimento ao longo da educação básica.

- ✓ Desenvolver práticas necessárias para aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes em classe especial, escola especial ou recursos especializados, sempre que não for possível sua inclusão em classe regular.

No que concerne à ênfase em processos de investigação científica, o egresso deste curso será capaz de:

- ✓ formular questões de investigação científica no campo da Educação Especial, vinculando-as a decisões metodológicas quanto à escolha, coleta e análise de dados em projetos de pesquisa;
- ✓ definir, planejar, executar, controlar e avaliar projetos de investigação científica na área da Educação Especial de forma coerente e com referenciais éticos, teóricos e metodológicos;
- ✓ elaborar artigos e outras comunicações de caráter acadêmico-científico.

Ainda com o intuito de possibilitar a atuação profissional, o egresso deve dispor de competências humanas, competências de gestão, competências técnico-profissionais gerais para além das competências técnico-profissionais específicas escritas anteriormente:

COMPETÊNCIAS HUMANAS: o egresso deverá ser capaz de:

- ✓ Gerar ideias inovadoras e aplicá-las em soluções viáveis para problemas da sua área de atuação profissional;
- ✓ Expressar ideias de forma clara empregando técnicas de comunicação escrita, oral e gráfica;
- ✓ Criar e trabalhar em equipes multidisciplinares;
- ✓ Avaliar o impacto das atividades da sua área de atuação no contexto político, social, econômico e ambiental;
- ✓ Atuar segundo códigos de ética profissional e princípios éticos à vida e à cidadania;
- ✓ Assumir a postura de permanente busca de atualização profissional.

COMPETÊNCIAS TÉCNICO-PROFISSIONAIS GERAIS: Considerando outros aspectos previstos nas DCNs para os cursos de licenciatura o egresso deverá ser capaz de:

- ✓ Analisar o campo de atuação profissional e seus desafios contemporâneos;
- ✓ Analisar o contexto em que atua profissionalmente em suas dimensões institucional e organizacional, explicitando a dinâmica das interações entre os seus agentes sociais;
- ✓ identificar e analisar necessidades de natureza sensorial, física, psicológica e cognitiva dos estudantes em seu espaço de atuação;
- ✓ relacionar-se com o outro de modo a propiciar o desenvolvimento de vínculos interpessoais requeridos na sua atuação profissional;
- ✓ buscar e empregar o conhecimento científico necessário à atuação profissional, assim como gerar conhecimento por meio da prática profissional.

Para além do exposto, rotineiramente, a Coordenação do Curso procura levantar junto ao mercado de trabalho onde o Licenciando atua, se há necessidade de um perfil diferenciado do que estamos nos propondo a formar.

3.8.2 Campo de atuação profissional

O egresso do curso de Educação Especial da Univille poderá atuar profissionalmente:

- ✓ Na docência em instituições públicas e privadas, na educação básica, o licenciado em Educação Especial poderá também atuar em funções do magistério como coordenação e assessoramento pedagógico.
- ✓ O licenciado em Educação Especial pela Univille pode continuar sua formação acadêmica em cursos de pós-graduação *lato sensu* e/ou *stricto sensu*, com o intuito de especializar-se profissionalmente ou ingressar na carreira de pesquisa.

3.9 Estrutura curricular e conteúdos curriculares

A estrutura e os conteúdos curriculares dos cursos da Univille, de acordo com o Projeto Pedagógico Institucional, têm como principal função materializar as intenções e funções sociais das profissões e, conseqüentemente, dos cursos. Diante de uma sociedade em contínua transformação e das demandas sociais, os currículos devem proporcionar uma formação que permita ao estudante:

- uma visão ampla e contextualizada da realidade social e profissional;
- o desenvolvimento de competências profissionais e humanas;
- o contato com diferentes conteúdos e situações de aprendizagem por meio da flexibilização curricular, incluindo-se aqui a curricularização da extensão;
- a construção do pensamento crítico e reflexivo;
- o aprimoramento de uma atitude ética comprometida com o desenvolvimento social;
- o acesso a diferentes abordagens teóricas e a atualizações e inovações no campo de saber do curso;
- o contato com diferentes realidades sociais e profissionais por intermédio da internacionalização curricular.

O curso de Licenciatura em Educação Especial atende aos grupos previstos no artigo 11 da Diretriz Curricular Nacional para formação inicial de professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) da seguinte forma:

Grupo I	
Unidade Curricular	CH (h)
Filosofia	80
Eixo Institucional II - Cidadania, Direitos Humanos e Contemporaneidade	60
Eixo IV - Metodologia da Pesquisa e Pensamento Científico	60
História da Educação	40
Diversidade	40
Didática	80
Psicologia da Educação	80

Eixo I - Ética e Competências Socioemocionais	60
Legislação Educacional	40
Libras e Códigos de Comunicação	80
Gestão Escolar	40
Metodologias Ativas em Educação	40
Comunicação escrita	40
Eixo III - Sociedade, Meio Ambiente e Sustentabilidade	60
Total	800

Grupo II	
Unidade Curricular	CH (h)
Arte e Educação Especial	80
Fundamentos e políticas públicas da Educação Especial	40
Ludicidade e Estimulação na Educação Especial	40
Neuropsicomotricidade e Aprendizagem	80
Transtorno do neurodesenvolvimento I	80
Deficiência Física	80
Deficiência Visual	80
Alfabetização e Letramento na educação especial	80
Altas Habilidades/Superdotação	40
Atelier Pedagógico e Educação Especial	40
Transtorno do neurodesenvolvimento II	80
Cotidiano e prática da educação especial	40
Deficiência Auditiva	80
Ciências da natureza na Educação Especial	40
Transtorno do neurodesenvolvimento III	80
Deficiência intelectual	80
Matemática e Educação Especial	40
Neurociência da aprendizagem	80

Atendimento Educacional Especializado	40
Tecnologias Assistivas e Práticas na Educação Especial	80
Ciências Humanas na Educação Especial	40
Língua Portuguesa e Educação Especial	80
Fundamentos de neuroanatomia e Psicofarmacologia	80
Deficiência Múltipla	40
Processos de Avaliação e acompanhamento	80
Total	1600

Grupo III	
Unidade Curricular	CH (h)
Estágio Curricular Supervisionado I	100
Estágio Curricular Supervisionado II	100
Estágio Curricular Supervisionado III	100
Estágio Curricular Supervisionado IV	100
Vivências de Extensão I	80
Vivências de Extensão II	80
Vivências de Extensão III	80
Vivências de Extensão IV	80
Vivências de Extensão V	80
Total	800

As intenções curriculares deste Projeto Pedagógico do Curso (PPC), construído coletivamente por professores, estudantes e comunidade, estão em sintonia com o PPI, as diretrizes curriculares nacionais e outras orientações legais.

3.9.1 Matriz curricular

A matriz curricular do curso Educação Especial está apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 – Matriz curricular do curso de Educação Especial

Matriz Licenciatura em Educação Especial		Atividade Presencial	Atividade Presencial	Atividade Assíncrona	Atividade Assíncrona	Atividade Presencial	Atividade Assíncrona	Total da Carga Horária		
Sem.	Unidade Curricular	Carga Horária Teórica Presencial (h/a)	Carga Horária Prática (h/a)	Carga Horária 100% EaD(h/a)	Carga Horária 50% EaD(h/a)	Carga Horária Vivências de Extensão (h/a)	Carga Horária Auto-Estudo (h/a)	Total da Carga Horária (h/a)	Total da Carga Horária (Horas)	Carga Operacional (h/a)
1º	Vivências de Extensão I					96		96	80	18
	Filosofia	40			40		16	96	80	40
	Arte e Educação Especial	80					16	96	80	80
	Fundamentos e políticas públicas da Educação Especial	40					8	48	40	40
	Ludicidade e Estimulação na Educação Especial	40					8	48	40	40
	Eixo II - Cidadania, Direitos Humanos e Contemporaneidade			72				72	60	36
	Total do 1º Semestre	200	0	72	40	96	48	456	380	254
2º	Neuropsicomotricidade e Aprendizagem	80					16	96	80	80
	Eixo I - Ética, Profissão e Sociedade Contemporânea			72				72	60	36
	História da Educação	20			20		8	48	40	20
	Vivências de Extensão II					96		96	80	18

	Diversidade	20			20		8	48	40	20
	Transtorno do neurodesenvolvimento I	80					16	96	80	80
	Total do 2º Semestre	200	0	72	40	96	48	456	380	254
3º	Deficiência Física	40			40		16	96	80	40
	Deficiência Visual	80					16	96	80	80
	Didática	40			40		16	96	80	40
	Alfabetização e Letramento ne educação especial	80					16	96	80	80
	Altas Habilidades/Superdotação	40					8	48	40	40
	Total do 3º Semestre	280	0	0	80		72	432	360	280
4º	Psicologia da Educação	40			40		16	96	80	40
	Atelier Pedagógico e Educação Especial	20			20		8	48	40	20
	Eixo IV - Metodologia da Pesquisa e Pensamento Científico			72				72	60	36
	Transtorno do neurodesenvolvimento II	80					16	96	80	80
	Vivências de Extensão III					96		96	80	18
	Cotidiano e prática da educação especial	20			20		8	48	40	20
	Total do 4º Semestre	160	0	72	80	96	48	456	380	214
5º	Deficiência Auditiva	80					16	96	80	80
	Ciências da natureza na Educação Especial	20			20		8	48	40	20
	Legislação Educacional	20			20		8	48	40	20
	Estágio Curricular Supervisionado I	100			20			120	100	72

	Libras e Códigos de Comunicação	40			40		16	96	80	40
	Vivências de Extensão IV					96		96	80	18
	Total do 5º Semestre	260	0	0	100	96	48	504	420	250
6º	Estágio Curricular Supervisionado II	120						120	100	72
	Transtorno do neurodesenvolvimento III	80					16	96	80	80
	Deficiência intelectual	40			40		16	96	80	40
	Matemática e Educação Especial	40					8	48	40	40
	Neurociência da aprendizagem	40			40		16	96	80	40
	Vivências de Extensão V					96		96	80	18
	Total do 6º Semestre	320	0	0	80	96	56	552	460	290
7º	Estágio Curricular Supervisionado III	120						120	100	72
	Atendimento Educacional Especializado	40					8	48	40	40
	Tecnologias Assistivas e Práticas na Educação Especial	80					16	96	80	80
	Gestão Escolar	20			20		8	48	40	20
	Ciências Humanas na Educação Especial	20			20		8	48	40	20
	Metodologias Ativas em Educação	20			20		8	48	40	20
	Língua Portuguesa e Educação Especial	40			40		16	96	80	40
	Total do 7º Semestre	340	0	0	100	0	64	504	420	292
8º	Estágio Curricular Supervisionado IV	120						120	100	72
	Fundamentos de neuroanatomia e Psicofarmacologia	40			40		16	96	80	40

	Comunicação escrita	20			20		8	48	40	20
	Deficiência Múltipla	20			20		8	48	40	20
	Processos de Avaliação e acompanhamento	40			40		16	96	80	40
	Eixo III - Sociedade, Meio Ambiente e Sustentabilidade			72				72	60	36
	Total do 8º Semestre	240	0	72	120	0	48	480	400	228
Subtotal do Curso (h/a)		2.000	0	288	640	480	432	3.840	3.200	2.062
Carga Horária Total do Curso (h/a)		2.000	0	288	640	480	432	3.840	3.200	2.062

3.9.2 Ementas e referencial bibliográfico

A seguir a ementa e as referências básica e complementar de cada unidade curricular da matriz curricular.

1º SEMESTRE

Unidade Curricular	Arte e Educação Especial
Ementa	Interlocuções de experiências nas artes (visual, sonora e corporal) e possibilidades na educação especial. Vida e Arte na educação especial: atravessamentos na imaginação, criação e percepção. Arte como potência: experiências estéticas e seus imbricamentos no viver. Planejamento e educação especial: materiais, estratégias e registros. As linguagens e expressões da arte como veículo de vivências sensoriais (tato, olfato, paladar, audição, visão).
Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>MARLY, Meira e Silvia Pillotto. Arte, afeto e educação: a sensibilidade na ação pedagógica. Porto Alegre, Editora Mediação, 2010.</p> <p>ALIAS, Gabriela. Desenvolvimento da aprendizagem na educação especial princípios, fundamentos e procedimentos na educação inclusiva. São Paulo Cengage Learning 2016</p> <p>OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de. Educação especial: formação de professores para a inclusão escolar. São Paulo: Editora Contexto, 2022.</p> <p>Referência complementar:</p> <p>HEIMANN, Maria Teresinha. Arte na escola: desafios na arte educação. Blumenau, SC: Nova Letra, 2015.</p> <p>ROSSI, Maria Helena Wagner. Imagens que falam: leitura da arte na escola. Porto Alegre: Mediação, 2003</p> <p>BUORO, Anamelia Bueno. O olhar em construção: uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola. 8. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2009.</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Carga horária	96h/a

Unidade Curricular	Eixo 2 - Cidadania, Direitos Humanos e Contemporaneidade
Ementa	Direitos humanos e cidadania. A sociedade, as instituições sociais e o Estado. Os direitos previstos na Constituição brasileira e em documentos internacionais. A história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. A diversidade humana, a inclusão e o convívio social. Cidadania e Educação para os Direitos Humanos.
Bibliografia	<p>Bibliografia Básica</p> <p>COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 11 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2017.</p> <p>PIOVESAN, Flávia. Temas de direitos humanos. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2024.</p> <p>CASTILHO, Ricardo dos Santos. Direitos humanos. 7. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. 1 recurso online (0 p. ISBN 9786555599589.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>GUERRA, Sidney. Curso de Direitos Humanos. 9. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2025.</p> <p>LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Manual de direitos humanos. 3. ed. Grupo GEN, 2014.</p> <p>VALLE, S.R.C.; DORETO, D.D.T.; SÍLVIA, Z.; BARBOSA, S.A. Direitos humanos e diversidade. Porto Alegre: SAGAH, 2018</p>
Carga horária	72h/a

Unidade Curricular	Filosofia
Ementa	Conceito e reflexão. Modelos de reflexão filosófica: epistemologia, ética e educação. As relações entre filosofia, educação e sociedade. A filosofia da educação.
Bibliografia	<p>Referências básicas:</p> <p>BONJOUR, Laurence; BAKER, Ann. Filosofia. Porto Alegre: ArtMed, 2010.</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>CHAUÍ, M. Convite à filosofia. 14. ed. São Paulo: Ática, 2012.</p> <p>RUSSELL, B. História do pensamento ocidental. 21. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2017.</p> <p>DIONIZIO, Mayara; ARAKAKI, Fernanda F. S; OLIVEIRA, Marco A. Filosofia contemporânea. 1. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2019.</p> <p>Referências complementares:</p> <p>CAREL, Havi; GAMEZ, David (Org.). Filosofia contemporânea em ação. Porto Alegre: Artmed, 2009</p> <p>DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é a filosofia? 3. ed. São Paulo: 34, 2007.</p> <p>MATOS, O. C. Filosofia: a polifonia da razão. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2006.</p> <p>REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da filosofia. São Paulo: Paulus, 1992.</p> <p>ROBINET, J. F. O tempo do pensamento. São Paulo: Paulus, 2004.</p>
Carga horária	96 h/a

Unidade Curricular	Fundamentos e Políticas Públicas da Educação Especial
Ementa	A relação da Educação Especial entre prática e teoria; a formação do professor frente ao trabalho com o aluno com deficiência; Educação Especial: princípios, conceitos e pressupostos; diferentes abordagens de ensino para o discente com deficiência; o planejamento e as adaptações curriculares.
Bibliografia	<p>Referências básicas:</p> <p>BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 24 de junho, 2021.</p> <p>MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação especial no Brasil – história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.</p> <p>MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Sumus, 2007.</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>Referências complementares:</p> <p>Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2008. https://gedh-uerj.pro.br/documentos/politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva/</p> <p>Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos político-legais da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, DF, 2010. Disponível em; https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192</p> <p>BAPTISTA, Claudio Roberto; JESUS, Denise Meyrelles de. Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.</p>
Carga horária	48 h/a

Unidade Curricular	Ludicidade e Estimulação na Educação Especial
Ementa	Fundamentos básicos de estimulação e da ludicidade. Desenvolvimento humano de idade nas diferentes concepções. Níveis de prevenção. Sinais de alerta. A ludicidade na formação humana. Concepções e conceitos de jogo, brinquedo e brincadeira. A importância do brincar no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos sujeitos. Estratégias de estimulação cognitiva perceptiva-motora e a diversidade sociocultural. Sistemas de avaliação.
Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e cultura. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>HUIZINGA, Johan. Homo Ludens. São Paulo: Perspectiva, 2007.</p> <p>TISI, Laura. Estimulação precoce para bebês. Rio de Janeiro: Sprint 2004.</p> <p>Referência complementar:</p> <p>BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Educacionais sobre Estimulação Precoce: O portador de necessidades educacionais especiais. Brasília. 1995. Disponível em: https://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/me002557.pdf Acesso em 17/06/2025.</p> <p>WINNICOTT, D. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975.</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>HORN, Cláudia Inês et al. Pedagogia do brincar. Porto Alegre: Mediação, 2012. 176 p.</p> <p>KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogos infantis: o Jogo, a Criança e a Educação. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.</p>
Carga horária	48h/a

Unidade Curricular	Vivências de Extensão I
Ementa	Orientação sobre a execução das vivências de extensão. Planejamento e organização das atividades. Ambientação e pesquisa diagnóstica em unidade escolar e ou em espaços de educação não formal, para identificação de situação problema e ou demanda, para elaboração de proposição de intervenção e aplicação. Sistematização, organização e apresentação dos resultados. Seminário.
Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. – 1. ed. – Brasília: Ministério da Educação, 2009. Disponível em:</p> <p>http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cad_mais_educacao_2.pdf</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em:</p> <p>http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf</p> <p>MONTEIRO, Silas Borges. Coleção Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino: Diversidade e tecnologias digitais, v.3 / Silas Borges Monteiro; Polyana Olini. (organizadores). Cuiabá-MT: EdUFMT/Editora Sustentável, 2019. Disponível em https://static.wixstatic.com/ugd/f3286f_eb9d325ab9f84a58ab50099fc19e26da.pdf</p> <p>SANTA CATARINA. Currículo Base da educação Infantil e do ensino Fundamental do Território Catarinense. Disponível em:</p> <p>http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/sc_curriculo_santacatarina.pdf</p> <p>Referência Complementar:</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>TRILLA, Jaume; ARANTES, Valéria Amorim (org.). Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2008.</p> <p>WEFFORT, Helena Freire; ANDRADE, Julia Pinheiro; COSTA, Natacha Gonçalves da. Currículo e educação integral na prática: como fazer. - 1. Ed. – São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2019. Disponível em:</p> <p>https://educacaointegral.org.br/curriculo-na-educacao-integral/wp-content/uploads/2019/01/caderno-2-como-fazer-final.pdf</p> <p>SÍVERES, Luiz (Org.). A extensão universitária como um principio de aprendizagem. Brasília: Liber Livro, 2013.</p>
Carga horária	96 h/a

2º SEMESTRE

Unidade Curricular	Diversidade
Ementa	<p>Marcos legais: DUDH, CF, LDB, ECA, BNCC E CBTC; Diversidade como princípio formativo: sujeitos da diversidade, princípios e dimensões pedagógicas da diversidade; política pelo direito à diversidade; Diversidade no currículo. Desafios contemporâneos da escola em relação à vivência das diferenças.</p>
Bibliografia	<p>Referências básicas:</p> <p>CENGAGE LEARNING. Diversidade, currículo e projetos pedagógicos: a nova dinâmica da escola atual. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda, 2016.</p> <p>MIRANDA, Shirley Aparecida de. Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.</p> <p>SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Educação de Educação. Proposta curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. Disponível em: Disponível em: https://nucleo1.paginas.ufsc.br/files/2014/12/Proposta_Curricular-de-Santa-Catarina.pdf</p> <p>Torres, MARCO Antonio. A diversidade sexual na educação e nos direitos de cidadania LGBT na escola. – 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>Referências complementares:</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf</p> <p>GOMES, Nilma Lino. Indagações sobre o currículo: diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf</p> <p>KRONBAUER, Selenir C. G.; STRÖHER, Marga Janete. Educar para a convivência na diversidade: desafio à formação de professores. São Paulo: Paulinas, 2009.</p> <p>SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Educação de Educação. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. Disponível em: https://uaw.com.br/pagflip/pdf.php?pag=portifolio&cod=35</p> <p>TEIXEIRA, Cintia Maria. Gênero e diversidade: formação de educadores/es. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.</p>
Carga horária	48 h/a

Unidade Curricular	Eixo 4 - Metodologia da Pesquisa e Pensamento Científico
Ementa	Fundamentos da ciência. Tipos de conhecimento. Abordagens e instrumentos de pesquisa. Ética em Pesquisa. Linguagem e escrita científica. Normas para elaboração de trabalhos técnico-científicos. Base de dados. O projeto de pesquisa. IES como campo de ciência.
Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>KOLLER. Silvia H. et al. Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014.</p> <p>LOZADA. Gisele. Metodologia científica. Porto Alegre: SAGAH, 2019.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. - 9. ed. São Paulo : Atlas, 2021.</p> <p>MATIAS-PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica / José Matias-Pereira. – 4. ed. - [3. Rempr.]. – São Paulo: Atlas, 2019.</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>Referência Complementar</p> <p>RODRIGUES. Viviane Maria. Processo de trabalho em serviço social. Porto Alegre: SAGAH, 2018.</p> <p>SANTOS. Pricila Kohls dos. Tecnologia da informação no ensino de ciências. Porto Alegre: Sagah, 2018.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. São Paulo Atlas 2019</p>
Carga horária	72h/a

Unidade Curricular	História da Educação
Ementa	Principais movimentos educacionais ao longo da História. História da Educação no Brasil. Tendências e perspectivas da educação contemporânea. Contribuição dos principais teóricos da educação na formação docente. História da Educação no Brasil.
Bibliografia	<p>Referências básicas:</p> <p>HILSDORF, Maria Lucia Spedo. História da educação brasileira. São Paulo: Cengage Learning, 2003.</p> <p>História da educação [recurso eletrônico] / Max Elisandro dos Santos Ribeiro... [et al.] ; [revisão técnica : Wilian Junior Bonete]. – Porto Alegre: SAGAH, 2018.</p> <p>MANACORDA, Mario Alighiero, 1914-2013. História da educação [livro eletrônico] : da antiguidade aos nossos dias / Mario Alighiero Manacorda; tradução de Gaetano Lo Monaco ; revisão técnica da tradução e revisão geral Paolo Nosella. – São Paulo : Cortez, 2022.</p> <p>MASSCHELEIN, Jan; MAARTEN, Simons. Em defesa da escola: uma questão pública. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.</p> <p>SHIGUNOV NETO, Alexandre. História da educação brasileira: do período colonial ao predomínio das políticas educacionais neoliberais. São Paulo: Salta, 2015.</p> <p>Referências complementares:</p> <p>ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2020.</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>GHIRALDELLI JR., Paulo. História da educação brasileira. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2016.</p> <p>GONÇALVES, Diana; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (org.). Brasil 500 anos: tópicos em história da educação. São Paulo: EDUSP, 2001.</p> <p>MONTEIRO, A. Reis. História da educação: uma perspectiva. Portugal: Porto, 2005.</p>
Carga horária	48 h/a

Unidade Curricular	Neuropsicomotricidade e Aprendizagem
Ementa	Os conceitos de neuropsicomotricidade e suas implicações no desenvolvimento e aprendizagem. As funções da motricidade ampla, fina, do tônus, da lateralidade na aprendizagem. Os exercícios psicomotores precoces e reeducadores. O sistema nervoso e a psicomotricidade. O desenvolvimento emocional e a psicomotricidade.
Bibliografias	<p>Referência básica:</p> <p>OLIVEIRA, Gislene de Campos. Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque piscopedagógico. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2013</p> <p>FONSECA, Vitor da. Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem. Porto Alegre ArtMed 2011</p> <p>GONÇALVES, Maria Augusta Salin. Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação. 15. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2017.</p> <p>Referência complementar</p> <p>FARREL, Michael. Deficiências sensoriais e incapacidade física. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>GONÇALVES, Fátima. Psicomotricidade & educação física: quem quer brincar põe o dedo aqui: a utilização das linguagens do movimento como suporte na formação psicomotora de crianças da Educação Infantil e Fundamental I. São Paulo: Cultural RBL, 2010.</p> <p>GALLAHUE, David L.; OZMUN, John C.; GOODWAY, Jacqueline D.; SALES, Denise Regina de. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Carga horária	96h/a
---------------	-------

Unidade Curricular	Transtorno do Neurodesenvolvimento I
Ementa	Transtornos do neurodesenvolvimento: conceito, histórico e caracterização. Transtorno do espectro autista. Prevalência, diagnóstico diferencial. áreas : intervenção precoce, interação social, comunicação, comportamento. Dificuldades em habilidades cognitivas. Como ensinar nos quadros de TEA. Diálogos com equipe multidisciplinar.
Bibliografia	<p>Referência básica</p> <p>HYPÓLITO, Mariana Paes Leme. Estimulação da linguagem no transtorno do espectro autista, TEA exercícios e atividades. Rio de Janeiro Thieme Revinter 2018</p> <p>SILVA, Antônio Geraldo da; AGUIAR, Cláudia; JR., Francisco B. Assumpção. Autismo: Conceito, Diagnóstico, Intervenção e Legislação. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2024.</p> <p>KHOURY, Lais Pereira; TEIXEIRA, Maria Cristina Trigueiro Veloz.; CARREIRO, Luis Renato Rodrigues.; SCHWARZTMAN, José Salomão.; RIBEIRO, Adriana de Fátima; CANTIERI, Carla Nunes. Manejo Comportamental de Crianças com Transtorno do Espectro do Autismo em Condição de Inclusão Escolar: guia de orientação a professores. [Livro eletrônico]. São Paulo: Memnon, 2014. Disponível em: https://memnon.com.br/produto-detalle/manejo-comportamental-de-criancas-com-transtornos-do-espectro-do-autismo-em-condicao-de-inclusao-escolar</p> <p>Referência complementar:</p> <p>AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-V). Porto Alegre: Artmed, 2014.</p> <p>PORCIUNCULA, R. A. L. Investigação precoce do transtorno do espectro autista: sinais que alertam a intervenção. In: ROTTA, BANKS-LEITE, L.; GALVÃO, I. A educação de um selvagem: as experiências pedagógicas de Jean Itard. São Paulo: Cortez Editora, 2000.</p> <p>BRIDI FILHO, BRIDI, (Orgs.). Neurologia e aprendizagem: abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2016</p> <p>ASSUMPÇÃO JUNIOR, Francisco B; KUCZYNSKI, Evelyn. Autismo infantil: novas tendências e perspectivas. São Paulo, SP: Atheneu, 2009.</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>BAPTISTA, Claudio Roberto; BOSA, Cleonice. Autismo e Educação Reflexões e propostas de intervenção. 2. Porto Alegre Grupo A 2007</p> <p>FARRELL, Michael. Dificuldades de comunicação e autismo. Porto Alegre ArtMed 2008</p>
Carga horária	96h/a

Unidade Curricular	Vivências de Extensão II
Ementa	Orientações para a realização das vivências da extensão. Planejamento e organização das atividades. Ambientação e levantamento diagnóstico em unidade escolar e ou espaços de educação não formal, para identificação de uma situação problemática ou uma demanda para elaboração de atividades educativas, com aplicação e avaliação dos resultados. Sistematização, organização e apresentação dos resultados. Seminário.
Bibliografia	<p>Referência básica</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. – 1. ed. – Brasília: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cad_mais_educacao_2.pdf</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file</p> <p>SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica (2014). Disponível em: https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Proposta_Curricular_2014-final.pdf</p> <p>Referência complementar:</p> <p>TRILLA, Jaume; ARANTES, Valéria Amorim (org.). Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2008.</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>WEFFORT, Helena Freire; ANDRADE, Julia Pinheiro; COSTA, Natacha Gonçalves da. Currículo e educação integral na prática: como fazer. - 1. Ed. – São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2019. Disponível em: https://educacaointegral.org.br/curriculo-na-educacao-integral/wp-content/uploads/2019/01/caderno-2-como-fazer-final.pdf</p> <p>SÍVERES, Luiz (Org.). A extensão universitária como um princípio de aprendizagem. Brasília: Liber Livro, 2013.</p>
Carga horária	96 h/a

3º SEMESTRE

Unidade Curricular	Alfabetização e Letramento na Educação Especial
Ementa	Alfabetização e letramento. O ato de alfabetizar na educação especial. As contribuições de diferentes autores sobre o processo de alfabetização. Saberes necessários à alfabetização. A alfabetização como um compromisso sociopolítico.
Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>ALIAS, Gabriela. Desenvolvimento da aprendizagem na educação especial princípios, fundamentos e procedimentos na educação inclusiva. São Paulo Cengage Learning 2016</p> <p>SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.</p> <p>SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016</p> <p>Referência complementar:</p> <p>SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A criança na fase inicial da escrita a alfabetização como processo discursivo. 13. São Paulo Cortez 2017</p> <p>Glossário CEALE: https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/</p> <p>BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos ideologias e práticas pedagógicas. 3. São Paulo Autêntica 2007</p> <p>BELINTANE, Claudemir. Oralidade e alfabetização uma nova abordagem da alfabetização</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	e do letramento. São Paulo Cortez 2014
Carga horária	96h/a

Unidade Curricular	Altas Habilidades/Superdotação
Ementa	Compreendendo o Conceito de Altas Habilidades/Superdotação; Precocidade, Talento, Criatividade e Genialidade. Organização, enriquecimento e aprofundamento curricular. Procedimentos Didáticos – Metodológicos: para o ensino da pessoa com Altas Habilidades/Superdotação;
Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>SCHIPPER, Carla Maria de et al. Ensino da pessoa com altas habilidades / superdotação. Porto Alegre SAGAH 2020</p> <p>GUENTHER, Zenita Cunha. Crianças dotadas e talentosas: não as deixem esperar mais. Rio de Janeiro: LTC, 2012.</p> <p>SABATELLA, Maria Lucia Prado. Talento e Superdotação: Problema ou Solução? São Paulo: Ibpex, 2009.</p> <p>VIRGOLIM, Angela M. R. Altas Habilidades / Superdotação: encorajando potenciais. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília, DF, 2007. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/altashab1.pdf. Acesso em 17 de junho 2025.</p> <p>Referência complementar:</p> <p>FLEITH, D. S.(Org.). A Construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades/Superdotação - volume 3: O aluno e a Família. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/semesp/altashab4.pdf. Acesso em 17 de junho 2025.</p> <p>STOLTZ, Tania (Coord.). Altas habilidades/superdotação, talento, dotação e educação. Curitiba: Juruá Ed., 2012.</p> <p>FLEITH, D. S.(Org.). A Construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades/Superdotação - volume 1: orientação a professores. Brasília: Ministério da</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/semesp/altashab2.pdf</p> <p>MADUREIRA, Gilza Helena. (AANEE) atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais. São Paulo Cengage Learning 2015</p>
Carga horária	48 h/a

Unidade Curricular	Deficiência Física
Ementa	<p>Deficiência Física: aspectos conceituais, características fisiológicas, neuro anatômicas e etiológicas. A deficiência física e a inclusão escolar. Adaptação curricular e Acessibilidade. Mobilidade reduzida. Procedimentos Didáticos Metodológicos na classe comum e no Atendimento Educacional Especializado a alunos com deficiência física.</p>
Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>BERSCH, Rita; MACHADO, Rosangela. Atendimento educacional especializado do aluno com deficiência física. São Paulo, Moderna, 2010</p> <p>SCHMIDT, Richard A.; WRISBERG, Craig A. Aprendizagem e performance motora: uma abordagem da aprendizagem baseada na situação. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 415 p. ISBN 9788536318486</p> <p>CAMPOS, Eri Cristina dos Anjos; CARON, Lurdes. Formação continuada e permanente de professores do atendimento educacional especializado para práticas pedagógicas inclusivas. Sao José, SC: ICEP, 2016.</p> <p>Referência complementar</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.</p> <p>SEESP/SEED/MEC. Atendimento educacional especializado: deficiência física. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_df.pdf. Acesso em 17/06/2025</p> <p>DINIZ, Margareth. Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas avanços e desafios. São Paulo Autêntica 2012</p> <p>BUENO, José Geraldo Silveira; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; SANTOS, Roseli Albino dos (Org.). Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise. Araranguá: Junqueira & Marin, 2008.</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	NELSEN, Jane; FOSTER, Steven; RAPHAEL, Arlene. Disciplina positiva para crianças com deficiência como criar e ensinar todas as crianças a se tornarem resilientes, responsáveis e respeitadas. Barueri Manole 2019
Carga horária	96h/a

Unidade Curricular	Deficiência Visual
Ementa	Compreendendo Deficiência Visual: avaliação funcional da visão; Recursos ópticos e não ópticos específicos; Sistema e Função visual - Conceituação e Classificação de Deficiência Visual. Desenvolvimento visual e aprendizagem; Procedimentos Didáticos – Metodológicos para o ensino da pessoa com baixa visão/cego.
Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes. Compreendendo o Cego: uma visão psicanalítica da cegueira por meio de desenhos-estórias. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.</p> <p>MASINI, Elcie F. Salzano. O perceber de quem está na escola sem dispor da visão. São Paulo Cortez 2014</p> <p>SÁ, Elizabet Dias de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina; SIMÃO, Valdirene Stiegler. Atendimento educacional especializado: do aluno com deficiência visual. São Paulo: Moderna, 2010</p> <p>MASINI, Elcie F. Salzano (Org.). A pessoa com deficiência visual: um livro para educadores. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2007.</p> <p>Referência complementar:</p> <p>BENAZZI, Luciane Eloisa Brandt. A cegueira no contexto histórico. Portal Educação, 09 dez. 2015. Disponível em: https://blog.portaleducacao.com.br/a-cegueira-no-contexto-historico/</p> <p>MORININGO, Andréia Reis Bacha. Deficiência visual: estratégias educacionais para o trabalho de inclusão. São Paulo: Know how, 2012.</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>DEFICIÊNCIA visual: perspectivas na contemporaneidade. São Paulo: Vetor, 2009.</p> <p>BRASIL, Ministério da Educação. Grafia Braille para a Língua Portuguesa. Brasília: MEC, /SEESP, 2018. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104041-anexo-grafia-braille-para-lingua-portuguesa/file. Acesso em 17 de junho de 2025</p>
Carga horária	96h/a

Unidade Curricular	Didática
Ementa	<p>Didática: aspectos conceituais e seus pressupostos. Documentos Oficiais: BNCC: conhecimento, competências e habilidades; Currículo Catarinense: princípios básicos e percursos formativos. Planejamento e seus elementos fundamentais. Avaliação: instrumentos e critérios. A didática e as novas tecnologias. Ensinar e aprender: abordagens contemporâneas</p>
Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_E_F_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em 17/06/2025</p> <p>FERREIRA, Vania de Souza; KUCYBALA, Fabíola dos Santos; BES, Pablo. Didática. 1. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2018</p> <p>MEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar? Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.</p> <p>SACRISTÁN, Gimeno J. Educar por competências: o que há de novo? Tradução: Carlos Henrique Lucas Lima. Porto Alegre: Artmed, 2011.</p> <p>SANTA CATARINA. Currículo Base da educação Infantil e do ensino Fundamental do Território Catarinense. Disponível em: https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/VERSAO-WEB-CURRICULO-BASE-DA-EDUCACAO.pdf</p> <p>Referência complementar:</p> <p>SANTOS, Ana Maria Rodrigues dos. Planejamento, Avaliação e Didática. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2015. <i>E-book</i>.</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>GOODSON, Ivor. O currículo em Mudança. Estudos na construção Social do Currículo. Porto: Porto, 2001.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos Didática [livro eletrônico] / José Carlos Libâneo. — 2. ed. — São Paulo : Cortez, 2017.</p>
Carga horária	96h/a

4º SEMESTRE

Unidade Curricular	Atelier Pedagógico e Educação Especial
Ementa	Atelier pedagógico definições, princípios e práticas. Cultura do ateliê: encontro com a qualidade das coisas. Dimensão estética: ativadora de aprendizagem. Diálogo com o lugar: escuta empática. Contribuições para a educação especial. Criação de espaços/ materiais afetivo/criativos.
Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. 2. ed.. São Paulo: Martins Fontes, 2012.</p> <p>EDWARDS, Carolyn, GANDINI, Lella, FORMAN, George. As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artmed, 2008. GANDINI, Leila [et al] . O papel do ateliê na educação infantil: a inspiração de Reggio Emilia. Porto Alegre: Penso, 2012.</p> <p>HERNÁNDEZ, Fernando. Catadores da cultura visual: transformando fragmentos em nova narrativa educacional. Porto Alegre: Mediação, 2007.</p> <p>Referência complementar:</p> <p>Ceppi, Giulio, e Michele Zini. Crianças, espaços, relações. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2013.</p> <p>RINALDI, Carlina. Diálogos com Reggio Emilia: Escutando, Pesquisando e Aprendendo. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2024.</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	MEIRA, Marly Ribeiro; PILOTTO, Silvia Sell Duarte. Arte, afeto e educação : a sensibilidade na ação pedagógica. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2022
Carga horária	48 h/a

Unidade Curricular	Cotidiano e Prática da Educação Especial
Ementa	A criança como sujeito de direitos. Organizadores da prática pedagógica: espaços, tempos, materiais, agrupamentos. Propostas pedagógicas inovadoras e o protagonismo dos público alvo da Educação Especial. O trabalho do professor da educação básica com os alunos público alvo da Educação Especial. Documentos normativos e o cotidianos na educação básica. Cotidiano(s) e Educação Especial: análise do percurso formativo
Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>BAPTISTA, C. R. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.17, p.59-76, maio/ago. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/B4mkmTPHqg8HqYsLYxb6tXb/?format=pdf&lang=pt</p> <p>GARCIA, Regina Leite; ZACCUR, Edwiges (Orgs.). Cotidiano e diferentes saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.</p> <p>BARRETO, Maria Angela de Oliveira Champion; BARRETO, Flávia de Oliveira Champion. Educação inclusiva . 1. São Paulo Erica 2014</p> <p>Referência complementar:</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf</p> <p>SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Currículo base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense / Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. – Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2019. Disponível em: https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/VERSAO-WEB-CURRICULO-BASE-DA-EDUCACAO.pdf</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	ALMEIDA, Maria Amélia; MENDES, Enicéia Gonçalves; HAYASHI, Maria Cristina P. Innocentini (org.). Temas em educação especial: conhecimentos para fundamentar a prática. Brasília, DF: CAPES - PROESP, 2008.
Carga horária	96h/a

Unidade Curricular	Eixo 1 - Ética, Profissão e Sociedade Contemporânea
Ementa	História, Epistemologia e conceito de ética. Ética, moral e valores. Ética, fatores/competências socioemocionais, aprendizagem e autonomia. Ética nas relações de trabalho. Escolhas e carreira profissional. Ética, política e sociedade contemporânea.
Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>ARRUDA, Maria Cecília Coutinho, WHITAKER, Maria do Carmo; RAMOS, José Maria Rodriguez. Fundamentos de ética empresarial e econômica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>CRISOSTOMO, Alessandro Lombardi, et al. Ética. [recurso eletrônico] Porto Alegre: SAGAH, 2018.</p> <p>PINEDA, Eduardo Soto; CÁRDENAS, José Antônio. Ética nas empresas. [recurso eletrônico] Uma tradução de Miguel Cabrera. Porto Alegre: AMGH, 2011.</p> <p>SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional. Atualização René Armand Dentz Junior. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2019.</p> <p>SROUR, Robert Henry. Ética empresarial. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.</p> <p>Referência complementar:</p> <p>BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2012.</p> <p>FURROW, Dwight. Ética: conceitos-chave em filosofia. Porto Alegre: ARTMED, 2007.</p> <p>LA TAILLE, Yves de. Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas. [recurso eletrônico] Porto Alegre: ARTMED, 2007.</p> <p>SROUR, Robert Henry. Casos de ética empresarial. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Carga horária	72h/a
---------------	-------

Unidade Curricular	Psicologia da educação
Ementa	Processo histórico das relações entre Psicologia e a Educação. Desenvolvimento e aprendizagem, suas relações com fatores socioculturais e suas implicações. Contribuições da psicologia da educação aos processos educacionais. Especificidades/Singularidades no processo ensino-aprendizagem.
Bibliografia	<p>Referências Básicas:</p> <p>COLL, Cesar; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, Álvaro (org.). Desenvolvimento Psicológico e educação: psicologia da educação escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.</p> <p>GAMEZ, Luciano. Psicologia da educação. Rio de Janeiro: LTC, 2013.</p> <p>LEONT'EV, Aleksei Nikolaevich et al. Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2017.</p> <p>SANTROCK, John W. Psicologia educacional. 3. ed. Porto Alegre: AMGH, 2010.</p> <p>Referências complementares:</p> <p>BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.</p> <p>CASTORINA, José A.; BAQUERO, Ricardo J. Dialética e psicologia do desenvolvimento: o pensamento de Piaget e Vygotsky. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>COLL, César et al. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.</p> <p>MAHONEY, Abigail; ALMEIDA, Laurinda ramalho (org.). Henri Wallon: psicologia e educação. São Paulo: Loyola, 2010.</p>
Carga horária	96 h/a

Unidade Curricular	Transtorno do Neurodesenvolvimento II
--------------------	--

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ementa	Características, conceitos, prevalência e diagnóstico do TDAH, transtornos de comunicação e transtornos motores. Aspectos da intervenção pedagógica. Transtornos e o desenvolvimento das potencialidades. Diálogos com a equipe multidisciplinar.
Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>FRUG, Chrystianne Simões. Educação motora em portadores de deficiência: formação da consciência corporal. 3. ed. São Paulo: Plexus, 2001.</p> <p>LOUZÃ NETO, Mário Rodrigues. TDAH ao longo da vida. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p> <p>NARDI, Antonio Egídio; QUEVEDO, João; SILVA, Antonio Geraldo. Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade. Porto Alegre: Artmed, 2015.</p> <p>NUNES, L.R.O.P et al. (Org.). Comunicar é preciso: em busca das melhores práticas na educação do aluno com deficiência. Marília: ABPEE, 2011. Disponível em: (link no comentário)</p> <p>Referência complementar:</p> <p>BARKLEY, Russell A. TDAH - Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade. São Paulo: Grupo Autêntica, 2020.</p> <p>MONTENEGRO, Maria Augusta. Nem tudo é déficit de atenção. 3. ed. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2021.</p> <p>ROTTA, Newra Tellechea; BRIDI FILHO, César Augusto; BRIDI, Fabiane de Souza. Neurologia e aprendizagem. Porto Alegre ArtMed 2016</p>
Carga horária	96h/a

Unidade Curricular	Vivências de Extensão III
Ementa	Orientações para a realização das vivências da extensão. Planejamento e organização das atividades. Ambientação e levantamento diagnóstico sobre os potenciais educativos em unidade escolar da educação básica, para identificação de uma situação problema ou uma demanda para elaboração de diferentes roteiros como: pesquisa, de atividades de campo, de práticas de laboratório, projetos intradisciplinares, interdisciplinares e multidisciplinares.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	Validação dos roteiros e aplicação. Sistematização, organização e apresentação dos resultados. Seminário.
Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. – 1. ed. – Brasília: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cad_mais_educacao_2.pdf</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf Acesso em 17 de junho de 2025.</p> <p>SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica (2014). Disponível em: https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Proposta_Curricular_2014-final.pdf.</p> <p>WEFFORT, Helena Freire; ANDRADE, Julia Pinheiro; COSTA, Natacha Gonçalves da. Currículo e educação integral na prática: como fazer. - 1. Ed. – São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2019. Disponível em: https://educacaointegral.org.br/curriculo-na-educacao-integral/wp-content/uploads/2019/01/caderno-2-como-fazer-final.pdf</p> <p>Referência complementar:</p> <p>TRILLA, Jaume; ARANTES, Valéria Amorim (org.). Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2008.</p> <p>ALIAS, Gabriela. Diversidade, currículo escolar e projetos pedagógicos: a nova dinâmica na escola atual [recurso eletrônico] / Cengage Learning. – São Paulo, SP : Cengage Learning, 2016.</p> <p>SÍVERES, Luiz (Org.). A extensão universitária como um princípio de aprendizagem. Brasília: Liber Livro, 2013.</p>
Carga horária	96h/a

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

5º SEMESTRE

Unidade Curricular	Ciências da Natureza na Educação Especial
Ementa	Educação especial e o ensino das Ciências da Natureza; Relação entre Materiais e o ensino das Ciências da Natureza; modelos didáticos alternativos para o ensino das Ciências da Natureza.
Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>DELIZOICOV, D. e outros. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos. São Paulo, Cortez, 2011.</p> <p>MANTOAN, Maria Teresa Egler. Inclusão Escolar: O que é? Por que? Como fazer?. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.</p> <p>GONÇALVES, Adriana Fernandes (org.). Metodologia do ensino de ciências. Porto Alegre SER - SAGAH 2016</p> <p>Referência complementar:</p> <p>BRASIL. Base nacional comum curricular. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf</p> <p>AMARAL, Alison Vanessa M et al. Intervenções em sala de aula estratégias e manejo. Santana do Parnaíba Manole 2023</p> <p>DINIZ, Margareth. Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas avanços e desafios. São Paulo Autêntica 2012</p> <p>VILELA, Eveline Borges; BENITE, Ana Maria Canavaro. A Educação inclusiva na percepção dos professores de química. Ciência & Educação, v. 16, n. 3, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/pf3LShhPBRJRbgtYlp3XxSC/?format=pdf&lang=pt</p>
Carga horária	48h/a

Unidade Curricular	Deficiência Auditiva
--------------------	-----------------------------

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ementa	O desenvolvimento e aprendizagem dos alunos surdos, no que tange aos aspectos cognitivos, afetivos e sociais, características do processo de aprendizagem. Princípios da Educação bilíngue para surdos; Procedimentos Didáticos – Metodológicos: para o ensino da pessoa com surdez
Bibliografias	<p>Referência básica:</p> <p>LOPES, Maura Corcini. Surdez & educação. São Paulo Autêntica 2007</p> <p>GESSER, Audrei. Libras - que língua é essa? São Paulo: Lerlivros, 2017.</p> <p>BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos ideologias e práticas pedagógicas. 3. São Paulo Autêntica 2007</p> <p>SILVA, Marília da Piedade Marinho. A construção de sentidos na escrita do aluno surdo. 3. ed. São Paulo: Plexus, 2001.</p> <p>Referência complementar:</p> <p>CORRÊA, Ygor; CRUZ, Carina Rebello (org.). Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais. Porto Alegre Penso 2019</p> <p>PEREIRA, Rachel de Carvalho. Surdez aquisição de linguagem e inclusão social. 2. Rio de Janeiro Thieme Revinter 2017</p> <p>PEREIRA, M.C da C (Org). LIBRAS: Conhecimento Além dos Sinais. 1ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.</p>
Carga horária	96 h/a

Unidade Curricular	Estágio Curricular Supervisionado I (ECS)
Ementa	O Estágio como exercício profissional. Execução de projetos de intervenção pedagógica. Conhecimentos conceituais, atitudinais e procedimentais: o processo de ensino como intervenção produtiva no processo de aprendizagem e desenvolvimento. Orientação (individual e em grupos) para planejamento e acompanhamento das etapas iniciais do estágio na Educação infantil e nos Anos Iniciais. O processo da docência na formação inicial. Produção de atividades e reflexão sobre as estratégias didáticas como um dos pilares constitutivos da prática pedagógica. Orientações e acompanhamento das atividades de estágio em Centro de educação Infantil e Escolas de Educação básicas, especificamente, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>BACICH, Lilian; MORÁN, José (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.</p> <p>GOMES, Marineide de Oliveira (org.). Estágios na formação de professores: possibilidades formativas entre ensino, pesquisa e extensão. São Paulo: Loyola, 2011.</p> <p>JARMENDIA, Amélia Maria. Formação de professores e estágios supervisionados: fundamentos e ações. Rio de Janeiro: Terracota, 2009.</p> <p>Referência complementar:</p> <p>BARRETO, Flavio Chame. ALMEIDA, Nadia Josiane Rockenback de. Educação escolar: evolução histórica, teorias, práticas docentes e reflexões. -- 1. ed. -- São Paulo: Érica, 2014. (didática)</p> <p>BORDENAVE, Juan Díaz e PEREIRA, Adair Martins. Estratégias de ensino-aprendizagem. 33ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf</p> <p>CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella; SEMEGHINI-SIQUEIRA. Idméa. Da educação infantil ao ensino fundamental: formação docente, inovação e aprendizagem significativa. -- São Paulo: Cengage Learning, 2015. (didática)</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11 ed. São Paulo: Cortez, 2016.</p> <p>TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2014.</p>
Carga horária	120h/a

Unidade Curricular	Legislação Educacional
Ementa	A educação na Constituição de 1988. Reformas educacionais, BNCC e CBTC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: princípios, finalidade, estrutura, organização, níveis e modalidades, financiamento e a formação dos profissionais. Direitos fundamentais

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	das crianças e dos adolescentes. Diretrizes curriculares da educação básica. Lei do sistema estadual de educação. Lei dos Planos Nacionais de Educação. Órgãos de gestão da educação.
Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>BRASIL. Lei n.º 9394/96, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 15 mar. 2019.</p> <p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 mar. 2019.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014 Acesso em: 04 out. 2023</p> <p>Brasil. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 15 mar. 2019.</p> <p>SANTA CATARINA. Lei Complementar n.º 170, de 7 de agosto de 1998. Florianópolis, 1998. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1998/170_1998_lei_complementar.html . Acesso em: 15 mar. 2019.</p> <p>Referências complementares:</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>SANT`ANNA, Geraldo José. Planejamento, gestão e legislação escolar. São Paulo: Érica, 2014.</p> <p>SILVA, Janaina Almeida da Costa. Qualidade na educação. São Paulo: Cengage, 2016.</p> <p>VEIGA-NETO, Alfredo et al. Políticas organizativas e curriculares: educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.</p>
Carga horária	48h/a

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Unidade Curricular	Libras e Códigos de Comunicação
Ementa	Língua, sociedade e cidadania. Língua e poder. Processos de comunicação e recursos mediadores para o ensino. Língua Brasileira de Sinais (Libras). Sistema Braile, <i>Sorobã</i> e Tecnologia Assistiva.
Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>SÁ, Elizabet Dias de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina; SIMÃO, Valdirene Stiegler. Atendimento educacional especializado: do aluno com deficiência visual. São Paulo: Moderna, 2010 64 p (Cotidiano escolar. Ação docente). ISBN 9788516042011.</p> <p>CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walquiria Duarte. Novo Deit - Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira baseado em linguística e neurociências cognitivas. São Paulo: EUSP, 2008.</p> <p>PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org.). Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2013.</p> <p>QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>VIEIRA-MACHADO, Lucienne Matos da Costa. Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais. Vitória: Editora da UFES, 2012.</p> <p>Referências complementares:</p> <p>BARRETO, Maria Ângela de Oliveira Champion. Educação Inclusiva: contexto social e histórico, análise das deficiências e o uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. São Paulo: Érica, 2014.</p> <p>FELIPE, Tanya Amara. Libras em contexto: curso básico: livro do estudante. 8. ed. Distrito Federal: WalPrint, 2007.</p> <p>STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.</p>
Carga horária	96 h/a

Unidade Curricular	Vivências de Extensão IV
--------------------	---------------------------------

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ementa	Orientações para a realização das vivências da extensão. Planejamento e organização das atividades. Ambientação e levantamento diagnóstico sobre os recursos didáticos em unidade escolar da educação básica, para identificação de uma situação problema ou uma demanda para utilização de diferentes recursos didáticos e ferramentas digitais. Validação dos roteiros e aplicação. Sistematização, organização e apresentação dos resultados. Seminário.
Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. – 1. ed. – Brasília: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cad_mais_educacao_2.pdf</p> <p>MORIGI, Valter. Cidades educadoras: possibilidades de novas políticas públicas para reinventar a democracia. Porto Alegre: Sulina, 2016.</p> <p>WEFFORT, Helena Freire; ANDRADE, Julia Pinheiro; COSTA, Natacha Gonçalves da. Currículo e educação integral na prática: como fazer. - 1. Ed. – São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2019. Disponível em: https://educacaointegral.org.br/curriculo-na-educacao-integral/wp-content/uploads/2019/01/caderno-2-como-fazer-final.pdf</p> <p>SOARES, Cristine. Metodologias ativas [livro eletrônico]: uma nova experiência de aprendizagem / Cristine Soares. – 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2021.</p> <p>Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média / Amelia Domingues de Castro, Anna Maria Pessoa de Carvalho, organizadoras ... [et al.] ; Daniel Gil Perez ... [et al.]. – 2. ed. – São Paulo, SP : Cengage, 2018. Recurso digital.</p> <p>Referência complementar:</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf</p> <p>SANTA CATARINA. SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO. Proposta Curricular de Santa Catarina. Disponível em: https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Proposta_Curricular_2014-final.pdf</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Carga horária	96h/a

6º SEMESTRE

Unidade Curricular	Deficiência Intelectual
Ementa	Compreendendo a deficiência intelectual: concepções, definições, diagnóstico diferencial entre deficiência e dificuldade de aprendizagem; causas e incidência. Concepção de desenvolvimento e aprendizagem que embasam a educação das pessoas com deficiência intelectual; Procedimentos Didáticos – Metodológicos para o ensino da pessoa com deficiência intelectual.
Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>ARMSTRONG, T. As inteligências múltiplas na sala de aula. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.</p> <p>COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades especiais. Tradução: Fátima Murad. 2ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>PADILHA, A. M. L. Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. 3ª edição. Campinas: Autores Associados e FAPESP, 2007 (Coleção Educação Contemporânea)</p> <p>Referência complementar:</p> <p>ROPOLI, E. A. et. al. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão escolar, v. 1) Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/25849/1/A_Escola_Comum_Inclusiva.pdf</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. Disponível em: https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Proposta_Curricular_2014-final.pdf</p> <p>OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de. Educação especial formação de professores para a inclusão escolar. São Paulo Contexto 2022</p>
Carga horária	96h/a

Unidade Curricular	Estágio Curricular Supervisionado II (ECS)
Ementa	<p>O Estágio como exercício profissional. Execução de projetos de intervenção pedagógica. Conhecimentos conceituais, atitudinais e procedimentais: o processo de ensino como intervenção produtiva no processo de aprendizagem e desenvolvimento. Orientação (individual e em grupos) para planejamento e acompanhamento das etapas iniciais do estágio nos Anos Finais e Ensino Médio. O processo da docência na formação inicial. Produção de atividades e reflexão sobre as estratégias didáticas como um dos pilares constitutivos da prática pedagógica. Orientações e acompanhamento das atividades de estágio em Escolas de Educação básicas, especificamente, nos Anos Finais do Ensino Fundamental II e Ensino Médio.</p>
Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>GOMES, Marineide de Oliveira (org.). Estágios na formação de professores: possibilidades formativas entre ensino, pesquisa e extensão. São Paulo: Loyola, 2011.</p> <p>BACICH, Lilian; MORÁN, José (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.</p> <p>PASSINI, E.Y.; PASSINI, R.; MALYSZ, S. T. . Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado. - São Paulo: Contexto, 2007.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes; 2014.</p> <p>SANT`ANNA, Geraldo José. Planejamento, gestão e legislação escolar. São Paulo: Érica, 2014.</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>SOARES, Cristine. Metodologias ativas [livro eletrônico]: uma nova experiência de aprendizagem / Cristine Soares. – 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2021.</p> <p>Referência complementar:</p> <p>BARRETO, Flavio Chame. ALMEIDA, Nadia Josiane Rockenback de. Educação escolar: evolução histórica, teorias, práticas docentes e reflexões. -- 1. ed. -- São Paulo: Érica, 2014. (didática)</p> <p>BORDENAVE, Juan Díaz e PEREIRA, Adair Martins. Estratégias de ensino-aprendizagem. 33ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.</p> <p>CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella; SEMEGHINI-SIQUEIRA. Idméa. Da educação infantil ao ensino fundamental: formação docente, inovação e aprendizagem significativa. -- São Paulo: Cengage Learning, 2015. (didática).</p> <p>SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica (2014). Disponível em: https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Proposta_Curricular_2014-final.pdf</p>
Carga horária	120h/a

Unidade Curricular	Matemática e Educação Especial
Ementa	Conteúdos de matemática na educação básica e o desenvolvimento do Pensamento Matemática na educação especial. Metodologias e teorias para análise dos processos de ensino e aprendizagem da Matemática na educação especial. Análise e construção de práticas pedagógicas para possíveis espaços de aprendizagem na educação especial.
Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>VIANA, Elton de Andrade; MANRIQUE, Ana Lúcia. Educação matemática e educação especial. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.</p> <p>PAIS, Luiz C. Ensinar e Aprender Matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2006</p> <p>PARRA, Cecília; SAIZ, Irma (orgs). Didática da Matemática: Reflexões Psicopedagógicas trad. Juan Acuña Llorens. 2 ed – Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>SMOLE, Katia S.; DINIZ, Maria I.; et. al. Resolução de Problemas. – Porto Alegre: Penso, 2015. (Coleção matemática de 0 a 6)</p> <p>Referência complementar:</p> <p>NACARATO, Adair Mendes; MENGALI, Brenda Leme da Silva; PASSOS, Cármen Lúcia Brancaglioni. A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental tecendo fios do ensinar e do aprender. São Paulo Autêntica 2017</p> <p>BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Construção do Sistema de Numeração Decimal / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2014. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/obeducpacto/files/2019/08/Unidade-3-4.pdf</p> <p>SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez. Ler, escrever e resolver problemas habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre ArtMed 2011</p> <p>WEISZ, Telma; SANCHEZ, Ana. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. 2. Ed. São Paulo: Ática, 2011.</p>
Carga horária	48h/a

Unidade Curricular	Neurociência da Aprendizagem
Ementa	<p>Processos psicológicos básicos como atenção e memória, suas bases neurobiológicas e sua relação com a aprendizagem. Funções executivas. Inteligência e funções executivas. Modelos e instrumentos de avaliação. Aspectos genéticos e ambientais relacionados à inteligência e as funções executivas. Programas de intervenção para desenvolvimento das Funções Executivas na educação especial.</p>
Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>BEAR, Mark F., CONNORS, Barry W., PARADISO, Micheal A. Neurociências: desvendando o sistema nervoso. 3ª.Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>COSENZA, Ramon M., GUERRA, Leonor B. Neurociência e educação: Como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.</p> <p>LENT, Roberto. Neurociência da mente e do comportamento. 2. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2023.</p> <p>Referência complementar:</p> <p>MALLOY-DINIZ, Leandro F. Avaliação neuropsicológica. 2. Porto Alegre ArtMed 2018</p> <p>ROTTA, N. T; BRIDI FILHO, C. A; BRIDI, F. R. Neurologia e Aprendizagem: abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2016.</p> <p>ROTTA, N. T; BRIDI FILHO, C. A; BRIDI, F. R. Plasticidade cerebral e aprendizagem: abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2018.</p> <p>CORSO, H. V. JOU, G. I.; SPERB, T. M.; SALLES, J. F. Metacognição e funções executivas: relações entre os conceitos e implicações para a aprendizagem. Psicologia: teoria e pesquisa, vol.29, 2013, p.21-29. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ptp/a/SzJ3qv7qDLqdncBNfnz4Xnb/?format=pdf&lang=pt</p> <p>CORSO, H. V.; Funções cognitivas: convergências entre neurociências e epistemologia genética. Educação e Realidade, v.34, 2009, p.225-246. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/3172/317227055016.pdf</p> <p>FONSECA, V.; Papel das funções cognitivas, conativas e executivas na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica. Revista Psicopedagogia, vol.31, n.96, 2014. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v31n96/02.pdf</p>
Carga horária	96 h/a

Unidade Curricular	Transtornos do Neurodesenvolvimento III
Ementa	Definição e diferenciação entre dificuldade e distúrbio. Relação entre alterações na aprendizagem e dificuldades, transtornos específicos e transtornos relacionados. Definição de dificuldades de leitura, escrita e aritmética; transtornos de aprendizagem (dislexia, disgrafia, disortografia, discalculia)
Bibliografia	Referência básica: SALLES, Jerusa Fumagalli de; HAASE, Vitor Geraldi; MALLOY-DINIZ, Leandro F. Neuropsicologia do desenvolvimento. Porto Alegre ArtMed 2016

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>SISTO, Fermino Fernandes et al. (Org.). Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.</p> <p>GARCIA SÁNCHEZ, Jesús-Nicasio. Manual de dificuldades de aprendizagem: linguagem, leitura, escrita e matemática. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p> <p>Referência complementar:</p> <p>AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - 5.ed. DSM-V. Porto Alegre: Artmed, 2013.</p> <p>COLL, Cesar.; MARCHESI, Álvaro ; PALACIOS, Jesus. Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtorno de Desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais. Porto Alegre, v.3, n.2, Artmed, 2004.</p> <p>RELVAS, Marta Pires. Neurociência e transtornos de aprendizagem: as múltiplas eficiências para uma educação inclusiva. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011.</p> <p>SANS, Anna Sans Fitó. Por que é tão difícil aprender?: o que são e como lidar com os transtornos de aprendizagem. São Paulo: Paulinas, 2014</p>
Carga horária	96h/a

Unidade Curricular	Vivências de Extensão V
Ementa	<p>Orientações para a realização das vivências da extensão. Planejamento e organização das atividades. Ambientação e levantamento diagnóstico sobre os recursos didáticos em unidade escolar da educação básica, para identificação de uma situação problema ou uma demanda sobre o desenvolvimento de diferentes linguagens que promovam interação e engajamento no cotidiano escolar; o aproveitamento do tempo pedagógico e atividades que promovam a formação integral e as competências. Elaboração de propostas de intervenção. Validação das propostas e aplicação. Sistematização, organização e apresentação dos resultados. Seminário.</p>
Bibliografia	Referência básica:

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>CASTRO, Amélia Domingues de (org.); CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e. – 2. ed. – São Paulo, SP : Cengage, 2018.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. – 1. ed. – Brasília: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cad_mais_educacao_2.pdf</p> <p>MORIGI, Valter. Cidades educadoras: possibilidades de novas políticas públicas para reinventar a democracia. Porto Alegre: Sulina, 2016.</p> <p>SOARES, Cristine. Metodologias ativas: uma nova experiência de aprendizagem. 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2021.</p> <p>WEFFORT, Helena Freire; ANDRADE, Julia Pinheiro; COSTA, Natacha Gonçalves da. Currículo e educação integral na prática: como fazer. - 1. Ed. – São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2019. Disponível em: https://educacaointegral.org.br/curriculo-na-educacao-integral/wp-content/uploads/2019/01/caderno-2-como-fazer-final.pdf</p> <p>Referência complementar:</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.</p> <p>Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio.</p> <p>Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf</p> <p>SANTA CATARINA. SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO. Proposta Curricular de Santa Catarina. Disponível em: https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Proposta_Curricular_2014-final.pdf</p>
Carga horária	96h/a

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Unidade Curricular	Atendimento Educacional Especializado
Ementa	A compreensão do Atendimento Educacional Especializado como modalidade de ensino; A articulação entre os profissionais do AEE e do ensino regular; A organização curricular frente a um modelo inclusivo; Multiplicidade das práticas pedagógicas na educação especial; Salas de recursos multifuncionais, Adaptações curriculares; A importância de jogos e atividades lúdicas com foco nas necessidades educacionais específicas e com intencionalidade pedagógica.
Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>BROWNING, Nádia, SCHIRMER, Carolina R. Rita Bersch, Rosângela, Machado. Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Física. SEESP / SEED / MEC Brasília/DF – 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_df.pdf</p> <p>VALLE, Jan W; CONNOR, David J. Ressignificando a deficiência da abordagem social às práticas inclusivas na escola. Porto Alegre AMGH 2014</p> <p>BARRETO, Maria Angela de Oliveira Champion; BARRETO, Flávia de Oliveira Champion. Educação inclusiva contexto social e histórico, análise das deficiências e uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. 1. São Paulo Erica 2014</p> <p>NUNES, C.; MADUREIRA, I. Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas. Da Investigação às Práticas, 2015. Disponível em: https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/5211/1/84-172-1-SM.pdf</p> <p>Referência complementar:</p> <p>Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Documento Orientador Programa Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais. Diretoria de Políticas em Educação Especial: Brasília, 2013. Disponível em: https://gedh-uerj.pro.br/documentos/documento-orientador-programa-implantacao-de-salas-de-recursos-multifuncionais/</p> <p>PAROLIN, Isabel Cristina Hierro (org.). Aprendendo a incluir e incluindo para aprender. São José dos Campos, SP: Pulso Editorial, 2006.</p> <p>SÁ, Elizabet Dias de. Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado: Deficiência visual. SEESP / SEED / MEC Brasília/DF – 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf</p> <p>SILUK, A.C. PAVÃO, S. M. de O. Portfólios de materiais didáticos e pedagógicos para o Atendimento Educacional Especializado. Santa Maria: UFSM, PRE: Ed. pE.com, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/18204</p>
Carga horária	48h/a

Unidade Curricular	Ciências Humanas na Educação Especial
Ementa	Princípios teóricos e metodológicos dos componentes da área; competências da área e dos componentes e habilidades; unidades temáticas e objetos de conhecimentos; campos de

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	experiência; conceitos e categorias; estratégias de ensino, planejamento e aplicação de práticas didático-pedagógicas; objetos de aprendizagens inclusivos
Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>LESANN, Janine. Geografia no ensino fundamental I. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.</p> <p>BAUER, Caroline Silveira. Conteúdo e metodologia do ensino de História [recurso eletrônico] / Caroline Silveira Bauer, Simone de Oliveira, Ana Cristina Zecchinelli Alves ; [revisão técnica: Wilian Junior Bonete]. – Porto Alegre: SAGAH, 2018.</p> <p>MEDEIROS, Aline Lucia Nogueira et al. Didática da geografia. Porto Alegre SAGAH 2021</p> <p>Referência complementar:</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf</p> <p>SANTA CATARINA. Currículo Base da educação Infantil e do ensino Fundamental do Território Catarinense. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/sc_curriculo_santacatarina.pdf</p>
Carga horária	48 h/a

Unidade Curricular	Estágio Curricular Supervisionado III (ECS)
Ementa	<p>Execução e controle do projeto de atuação e intervenção na organização educacional que atendem pessoas com transtornos do neurodesenvolvimento e Síndrome de Down.</p> <p>Avaliação dos resultados de projeto de atuação e intervenção na organização educacional.</p> <p>Elaboração e apresentação de um relatório e de artigo científico de conclusão de estágio.</p>
Bibliografia	Referência básica:

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>GOMES, Marineide de Oliveira (org.). Estágios na formação de professores: possibilidades formativas entre ensino, pesquisa e extensão. São Paulo: Loyola, 2011.</p> <p>BACICH, Lilian; MORÁN, José (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.</p> <p>SANT'ANNA, Geraldo José. Planejamento, gestão e legislação escolar. São Paulo: Érica, 2014.</p> <p>SOARES, Cristine. Metodologias ativas [livro eletrônico]: uma nova experiência de aprendizagem / Cristine Soares. – 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2021.</p> <p>Referência complementar:</p> <p>BARRETO, Flavio Chame. ALMEIDA, Nadia Josiane Rockenback de. Educação escolar: evolução histórica, teorias, práticas docentes e reflexões. -- 1. ed. -- São Paulo: Érica, 2014. (didática)</p> <p>CAIADO, Kátia Regina Moreno.; JESUS, Denise Meirelles de.; BAPTISTA, Claudio Roberto. (org.) Professores e Educação Especial: formação em foco. Porto Alegre: Mediação/CDV/FACITEC, 2011. vol.1.</p> <p>FONTES, Rejane de Souza. Ensino colaborativo: uma proposta de educação inclusiva. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2009.</p> <p>PACHECO, José et al Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2010</p> <p>SANTA CATARINA. Currículo Base do Território Catarinense. Disponível em: https://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense</p>
Carga horária	120h/a

Unidade Curricular	Gestão Escolar
Ementa	Educação básica: Legislação, Normas, Etapas e Modalidades; Políticas Públicas: Programas e Projetos; Financiamento. Estrutura, Organização e Gestão Escolar (Função dos Conselhos). Projeto Político Pedagógico e a implementação do CBTC.
Bibliografia	Referência básica: APPEL, Michel; BEAN, James. Escolas democráticas. São Paulo: Cortez, 2011.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>BALL, Sthephen; MAINARDES, Jefferson. Políticas educacionais, questões e dilemas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2022.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Educação escolar, políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>MONTEIRO, Eduardo. Gestão escolar: perspectivas, desafios e função social. Rio de Janeiro: LTC, 2013.</p> <p>PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Cortes editora, 2017.</p> <p>Referência complementar:</p> <p>THURLER, Monica G; MAULINI, Olivier. A organização do trabalho: uma oportunidade para repensar a escola. – Porto Alegre: Penso, 2012.</p> <p>PINTO, Umberto de Andrade. Pedagogia escolar [livro eletrônico] : coordenação pedagógica e gestão educacional / Umberto de Andrade Pinto. -- 1. ed. -- São Paulo : Cortez, 2013.</p> <p>PARO, Vitor Henrique. Administração escolar introdução crítica. 17. São Paulo Cortez 2022</p>
Carga horária	48h/a

Unidade Curricular	Língua Portuguesa e Educação Especial
Ementa	Reflexões sobre língua e linguagem. A diversidade linguística em sala de aula. Práticas de leitura e de escrita, de oralidade e de análise linguística no ensino da Língua Portuguesa. O Sistema Gráfico da Língua Portuguesa. O trabalho com gêneros discursivos. O ensino da Língua Portuguesa nos documentos oficiais de educação. O ensino da Língua Portuguesa na Educação Especial.
Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.</p> <p>DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.</p> <p>LARROSA, Jose e SKLIAR, Carlos. Habitantes de Babel. Políticas e Poéticas da Diferença. Belo Horizonte; Autêntica, 2001.</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p> <p>Referência complementar:</p> <p>MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). Manual de linguística. São Paulo: Editora Contexto, 2013.</p> <p>MORAIS, Artur Gomes de. Consciência fonológica na educação infantil e no ciclo de alfabetização. São Paulo Autêntica 2019</p> <p>LEAL, Telma Ferraz; SUASSUNA, Livia. Ensino de língua portuguesa na educação básica. São Paulo Autêntica 2014</p>
--	--

Unidade Curricular	Metodologia Ativa em Educação
Ementa	<p>BNCC e os fundamentos – formação integral e competências. Metodologias Ativas de ensino e aprendizagem. Sala de aula invertida. Aprendizagem baseada em problemas e projetos. Aprendizagem por pares e times. Aprendizagem maker (DIY). Ensino e aprendizagem por gameificação. Recursos pedagógicos com ênfase no ensino e aprendizagem criativos. Objetos digitais de aprendizagem. Competências de aprendizagem ativa: autonomia, autogestão do tempo, proatividade e colaboração. Recursos digitais para uma sala de aula colaborativa.</p>
Bibliografia	<p>Referências básicas:</p> <p>BACICH, Lilian; MORÁN, José (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.</p> <p>LEAL, Edvalda Araújo; MIRANDA, Gilberto José; NOVA, Silvia Pereira de Castro Casa. Revolucionando a sala de aula: como envolver o estudante aplicando as técnicas de metodologias ativas de aprendizagem. São Paulo: Atlas, 2018.</p> <p>SOARES, Cristine. Metodologias ativas [livro eletrônico]: uma nova experiência de aprendizagem / Cristine Soares. – 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2021.</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>Referências complementares:</p> <p>FILATRO, Andrea. Metodologias Inov-ativas na educação presencial, a distância e corporativa. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.</p> <p>CARMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018.</p> <p>FAVA, Rui. Educação para o século XXI: a era do indivíduo digital. São Paulo: Saraiva, 2016.</p>
Carga horária	48h/a

Unidade Curricular	Tecnologias Assistivas e Práticas na Educação Especial
Ementa	<p>Tecnologia da informação e processos educativos. As TIC's e a educação inclusiva. Modelos pedagógicos e ambientes digitais de aprendizagem na Educação Especial. A Tecnologia Assistiva em prol da inclusão social e educativa; O objetivo e a importância da Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA: objetivos; usuários; indicações; recursos em hardware e recursos em software; Planejamento e práticas de aprendizagem com o uso das tecnologias assistivas; Práticas interativas e de mediação didático-pedagógicas com as tecnologias assistivas.</p>
Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>BERSCH, Rita. Introdução à Tecnologia Assistiva. Tecnologia e Educação, 2017. Porto Alegre, RS. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf acessado em 27 de jun 2021</p> <p>GIROTO, Claudia R.M. POKER, Rosimar B. OMOTE. Sadão (orgs). As Tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas. Editora: Cultura Acadêmica, 2012. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/as-tecnologias-nas-praticas_e-book.pdf</p> <p>MORAN, José Manuel., MASETTO, Marcos T., BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas Tecnologias e mediação pedagógica. 17. Ed. São Paulo: Editora Papirus, 2010.</p> <p>SONZA, Andréa Poletto; KADE, Adrovane; FAÇANHA, Agebson; REZENDE, André Luiz Andrade; NASCIMENTO, Gleison Samuel do; ROSITO, Maurício Covolan; BORTOLINI, Sirlei; FERNANDES, Woquiton Lima (Org.). Acessibilidade e tecnologia assistiva: pensando a inclusão sociodigital de pessoas com necessidades especiais, 2013.</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>https://cta.ifrs.edu.br/livro-acessibilidade-e-tecnologia-assistiva-pensando-a-inclusao-sociodigital-de-pessoas-com-necessidades-especiais/ acessado em 27 de jun 2021</p> <p>SONZA. Andréa Poletto et all. Conexões Assistivas: Tecnologia Assistiva e Materiais Didáticos Acessíveis. Erechim: Graffoluz editora, 2021. Disponível em: https://cta.ifrs.edu.br/conexoes-assistivas-tecnologia-assistiva-e-materiais-didaticos-acessiveis/</p> <p>Referência complementar:</p> <p>SANTAROSA, Lucila Maria Costi; CONFORTO, Débora (Org); VIEIRA, Maristela Compagnoni (Org.). Tecnologia e acessibilidade: passos em direção à inclusão escolar e sociodigital. Porto Alegre: EVANGRAF, 2014.</p> <p>GALVÃO FILHO, Teófilo. A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios. Revista Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade, Salvador, v. 2, n. 1, p.25-42, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/7064/6550. Acesso em 07 abr. 2022.</p> <p>TAJRA, Sanmya Feitosa. Informática na educação o uso de tecnologias digitais na aplicação das metodologias ativas. 10. São Paulo Erica 2018</p>
Carga horária	96 h/a

8º SEMESTRE

Unidade Curricular	Comunicação Escrita
Ementa	Leitura e análise de textos em sua intertextualidade, observando as diferentes funções e análise dos elementos estruturais; Instrumentalização da língua portuguesa; Leitura e produção de parágrafos coerentes e coesos; Produção e análise de textos diversos, observação de suas qualidades da concisão, da progressividade, da lógica e da criatividade
Bibliografia	Referência básica: ABREU, Antônio Suárez. Curso de redação . 11. ed. São Paulo: Ática, 2001.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>RÉ, Alessandra Del; PAULA, Luciane de; ROMERO, Marcia. Explorando o discurso da criança. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014</p> <p>BASTOS, Lúcia Kopschitz. A produção escrita e a gramática. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p> <p>FIORIN, J. L.; SAVIOLI, L. P. Para entender o texto. São Paulo: Ática, 1991</p> <p>Referência complementar:</p> <p>FARACO, Carlos Alberto, TEZZA, Cristóvão. Prática de Texto: Língua portuguesa para estudantes universitários. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.</p> <p>WEISZ, Telma. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Ática, 2001.</p> <p>MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português instrumental. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2019</p>
Carga horária	48h/a

Unidade Curricular	Deficiência Múltipla
Ementa	Compreendendo a deficiência múltipla. Conceituação. Surdocegueira como múltipla deficiência sensorial. Procedimentos Didáticos – Metodológicos: classe comum e Atendimento Educacional Especializado. Abordagem multidisciplinar para alunos deficiências múltiplas.
Bibliografia	<p>Referência complementar:</p> <p>VALLE, Jan W.; CONNOR, David J. Ressignificando a deficiência. Porto Alegre: Grupo A, 2014.</p> <p>FARRELL, Michael. Deficiências sensoriais e incapacidades físicas: estratégias educacionais em necessidades especiais : guia do professor. Porto Alegre: Artmed, 2008</p> <p>MASINI, Elcie Salzano. Pesquisas sobre surdocegueira e deficiências sensoriais múltiplas. In: Revista Construção Psicopedagógica, vol. 19, nº 18, São Paulo, 2011, p. 64-72. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542011000100007</p> <p>GODOI, Ana Maria de. Educação infantil : saberes e práticas da inclusão : dificuldades acentuadas de aprendizagem : deficiência múltipla. 4. ed. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deficienciamultipla.pdf</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>Referência complementar:</p> <p>ARÁOZ, Suzana Maria Mana de. Inclusão de alunos com deficiência múltipla: análise de um programa de apoio. 2009. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2860/2805.pdf?sequence=1&isAllowed=y</p> <p>LOPES, Joseuda B C.; LOPES, Daiane D.; LEITE, Vania A M.; et al. Educação inclusiva. Porto Alegre: Grupo A, 2018</p> <p>VILLELA, Tereza Cristina Rodrigues. Uma criança com deficiência visual e múltipla: análise da comunicação e interação social. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3106/4499.pdf?sequence=1&isAllowed=y</p>
Carga horária	48h/a

Unidade Curricular	Eixo 3 - Sociedade, Meio Ambiente e Sustentabilidade
Ementa	Sociedade, Meio Ambiente e Sustentabilidade. Políticas de Educação Ambiental. Economia: circular, criativa, de compartilhamento e regenerativa. Desenvolvimento humano e responsabilidade social. A agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Tecnologias emergentes.
Bibliografia	<p>Referência complementar:</p> <p>JR., A. P.; PELICIONI, M. C. F. Educação Ambiental e Sustentabilidade – Barueri, SP: Editora Manole, 2014.</p> <p>OLIVEIRA, S. V. W. B.; LEONETI, A.; CEZARINO, L. O. Sustentabilidade: princípios e estratégias - Barueri, SP: Editora Manole, 2019.</p> <p>ROSA, A. H.; FRACETO, L. F.; MOSCHINI, C. V. Meio ambiente e sustentabilidade – Porto Alegre: Bookman</p> <p>Referência complementar</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>AMATO, Leonardo; MOTA, Graziela Borguignon. Os novos olhares para a economia criativa. Rio de Janeiro: UVA, 2020. Disponível em: http://leoamato.com/wp-content/uploads/2020/06/Ebook_CRIA_EconomiaCriativa_2020.pdf</p> <p>AKABANE, Getulio K.; POZO, Hamilton. Inovação, tecnologia e sustentabilidade: histórico, conceitos e aplicações. São Paulo: Érica, 2020.</p> <p>BERLIM, L. G. Ética, responsabilidade social e sustentabilidade nos negócios: (des)construindo limites e possibilidades - São Paulo: Editora Saraiva Educação, 2019.</p> <p>DIAS, Reinaldo. Responsabilidade social: fundamentos e gestão. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>JR., A. P.; REIS, L. B. Energia e sustentabilidade - Barueri, SP: Editora Manole, 2016.</p> <p>MIHELIC, J. R. Engenharia ambiental: fundamentos, sustentabilidade e projeto - Rio de Janeiro: Editora LTC, 2018.</p> <p>REIS, Ana Carla Fonseca; DEHEINZELIN, Lala (orgs.). Cadernos de Economia Criativa: Economia Criativa e Desenvolvimento Local. SEBRAE: Vitória, s/d. Disponível em: https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/8f6a3644c3f6ae55034838b41a021a7b/\$File/19286.pdf</p> <p>SACOMANO, José Benedito Sacomano [et al.] (orgs.). Indústria 4.0: conceitos e fundamentos. São Paulo: Blucher, 2018.</p> <p>SILVA C. L. D., Casagrande Junior, E. F., Lima, I. A. D., Silva, M. C. D., Agudelo, L. P. P., & Pimenta, R. B. (2012). Inovação e sustentabilidade. Curitiba: Aymará Educação, 2012.</p>
Carga horária	72h/a

Unidade Curricular	Estágio Curricular Supervisionado IV (ECS)
Ementa	Execução e controle do projeto de atuação e intervenção na organização educacional que atendem pessoas com deficiência visual, auditiva, motora e intelectual. Avaliação dos resultados de projeto de atuação e intervenção na organização educacional. Elaboração e apresentação de um relatório e de artigo científico de conclusão de estágio.
Bibliografia	Referência básica:

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>ALIAS, G. Desenvolvimento da aprendizagem na educação especial: princípios, fundamentos e procedimentos na educação inclusiva. São Paulo: Cengage Learning, 2016.</p> <p>FREITAS, Marcos Cezar de. Deficiências e diversidades: educação inclusiva e o chão da escola. São Paulo: Cortez, 2022.</p> <p>OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de. Educação especial: Formação de professores para a inclusão escolar. São Paulo: Editora Contexto, 2022.</p> <p>Referência complementar:</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf</p> <p>CAIADO, Kátia Regina Moreno.; JESUS, Denise Meirelles de.; BAPTISTA, Claudio Roberto. (org.) Professores e Educação Especial: formação em foco. Porto Alegre: Mediação/CDV/FACITEC, 2011. vol.1.</p> <p>SANTA CATARINA. Currículo Base do Território Catarinense. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/sc_curriculo_santacatarina.pdf</p>
Carga horária	120h/a

Unidade Curricular	Fundamentos de Neuroanatomia e Psicofarmacologia
Ementa	<p>Características e organização das estruturas anatômicas básicas do Sistema Nervoso. Funcionamento de células nervosas e de estruturas básicas do Sistema Nervoso. · Relações entre estruturas anatômicas do Sistema Nervoso e processos de aprendizagem. Relações entre o funcionamento da organização neurológica, processos psicológicos e deficiências. Introdução a psicofarmacologia. Mecanismos fisiopatológicos de doenças que afetam o SNC. Noções básicas sobre farmacocinética e farmacodinâmica dos principais psicofármacos no contexto da educação especial.</p>
Bibliografia	Referência básica:

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>COSENZA, Ramon M. Fundamentos de neuroanatomia. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S/a, 2005.</p> <p>CROSSMAN, A. R; NEARY, David. Neuroanatomia ilustrada. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011</p> <p>STAHL, Stephen. M. Psicofarmacologia: base neurocientífica e aplicações práticas. 2. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2002.</p> <p>Referência complementar:</p> <p>CORDIOLI, Aristides Volpato. Psicofármacos: consulta rápida. 6. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2023.</p> <p>ELISABETSKY, Elaine; HERRMANN, Ana P.; PIATO, Angelo; LINCK, Viviane de M. Descomplicando a psicofarmacologia. São Paulo: Editora Blucher, 2021.</p> <p>ARAÚJO, Aloisio (coord.). Aprendizagem infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2011.</p>
Carga horária	96h/a

Unidade Curricular	Processos de Avaliação e Acompanhamento
Ementa	Estudo da avaliação segundo as concepções de aprendizagem educação especial. Aspectos, instrumentos e finalidades da avaliação com enfoque nos diferentes segmentos que compõem a educação especial. Adaptações nas situações de testes e provas. Plano de atendimento individual (PAI). Rubricas e as avaliações descritivas
Bibliografia	<p>Referência básica:</p> <p>BEYER, Hugo Otto. Inclusão e Avaliação na Escola de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2005.</p> <p>HOFFMANN, J. M. L. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 26ª ed. Porto Alegre: editora Mediação, 2006.</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	<p>LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar passado, presente e futuro. São Paulo Cortez 2021</p> <p>Referência complementar:</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf</p> <p>GLAT, Rosana. Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. 2 ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.</p> <p>FREITAS, Marcos Cezar de. O aluno incluído na educação básica: avaliação e permanência. v.9. (Coleção educação & saúde). São Paulo: Cortez, 2014.</p>
Carga horária	96h/a

3.9.3 Integralização do curso

A integralização curricular do curso inclui a aprovação em unidades curriculares previstas na matriz curricular e atividades obrigatórias previstas neste PPC, conforme se detalha na sequência.

a) Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) compreende as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e de trabalho em seu meio, sendo realizado na comunidade em geral ou junto de pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino – Univille.

As atividades a serem desenvolvidas pelo estudante no campo de estágio deverão ser pertinentes aos objetivos do curso e ao perfil do egresso.

São objetivos do ECS:

- a. possibilitar ao estudante o contato com o ambiente de trabalho, por meio da prática de atividades técnicas e sociais, pré-profissionalizantes, sob supervisão adequada e obedecendo a normas específicas, sendo a sua realização condição obrigatória para a integralização curricular do curso;
- b. proporcionar ao estudante oportunidades de desenvolver suas atitudes, conhecimentos e habilidades, analisar situações e propor mudanças no ambiente organizacional;
- c. complementar o processo de ensino-aprendizagem por meio da conscientização das deficiências individuais e do incentivo à busca do aprimoramento pessoal e profissional;
- d. atenuar o impacto da passagem da vida acadêmica para a vida profissional, abrindo ao estudante mais oportunidades de conhecimento das organizações e da comunidade;
- e. facilitar o processo de atualização de conteúdos, permitindo adequar aqueles de caráter profissionalizante às constantes inovações tecnológicas a que estão sujeitos;
- f. promover a integração entre Universidade/curso-empresa-comunidade.

O ECS compreende:

- a. opção por um campo de estágio pelo estudante;
- b. participação do estudante nas atividades desenvolvidas no campo de estágio;
- c. elaboração pelo estudante de um projeto de estágio a ser desenvolvido no campo de estágio;
- d. execução do estágio pelo estudante;

- e. acompanhamento do estágio pela Univille;
- f. elaboração do Relatório de Estágio pelo estudante.
- g. supervisão, orientação e avaliação do estágio de acordo com regulamentações da Universidade.

O Estágio Curricular Supervisionado - ECS – do Curso de Educação Especial é obrigatório e tem uma carga horária total de 480 hora/aula, ou seja, 400 horas. Vale lembrar que esta matriz foi aprovada em 2022, sendo atualizada em 2025, e a composição do Estágio Curricular Supervisionado passou a ser ofertada desde o 1º semestre. O ECS é regido pelas resoluções vigentes na Univille, dispositivos legais relativos ao tema, bem como por meio do regulamento específico do curso. Para a realização do ECS na Educação especial, a Univille mantém convênio com as redes de ensino e escolas especializadas.

O ECS no curso está estruturado em diferentes áreas e públicos de atuação. No ECS I, são acompanhados segundos professores em salas regulares. O ECS II envolve Salas de AEE. No ECS III o público está no TEA, e DI ou outro transtorno de neurodesenvolvimento e no ECS IV prioriza-se baixa visão ou cegueira.

A Comissão Orientadora de ECS é composta pelo Coordenador do curso, Professores atuantes naquele semestre letivo.

O Plano de ECS é composto pelos planos de ensino e aprendizagem de ECS e cronograma de reuniões da Comissão Orientadora de ECS.

Constituem-se campos de estágio as Unidades de ensino nas redes públicas e privadas, as instituições educacionais especializadas que tenham condições de proporcionar vivência efetiva de situações concretas de vida e trabalho, dentro do campo profissional da Educação Especial.

O estudante poderá realizar o ECS na instituição em que trabalha, desde que sejam garantidas as condições necessárias para o desenvolvimento de um Projeto de Estágio relacionado ao campo profissional da Educação Especial e seja disponibilizado um Supervisor de Estágio.

O ECS é regido pelas resoluções vigentes da Univille, por dispositivos legais relativos ao tema, bem como por meio de um regulamento que integra o PPC, que se encontra no anexo I deste PPC.

b) Atividades práticas do curso de Educação Especial

As atividades práticas incluem aulas de campo, atividades em laboratório e atividades extraclasse conforme o PPC e são previstas no Planejamento de Ensino e Aprendizagem (PEA) da unidade curricular, que é elaborado pelo professor e aprovado pela coordenação do curso. Essas atividades oportunizam a articulação entre teoria e prática, além de constituírem momentos de aproximação de estudantes e professores com a realidade. Constituem-se em atividades práticas as seguintes ações:

- a) Desenvolvimento de sondagem com vistas a reconhecer a familiaridade do grupo com a temática;
- b) Desenvolvimento de atividades aplicadas em pequenos grupos ou a uma situação determinada com devolutiva sobre os resultados apresentados;
- c) Participação na organização e no desenvolvimento da semana acadêmica e na organização das aulas de campo;
- d) Análise de material didático, tais como livros didáticos, aplicativos e programas disponíveis na internet;
- e) Realização de seminários com apresentação de resultados de diferentes atividades de estudo, aulas de campo e vivências de extensão;
- f) Aplicação de atividades práticas em diferentes unidades curriculares como: didática, diversidade, metodologia do ensino, entre outras. Algumas atividades focalizam diretamente o fazer pedagógico, abordando materiais que acompanham a ação docente, como livro didático, entre outros materiais que auxiliam o processo de ensino aprendizagem da educação especial;
- g) Aplicação de metodologias ativas a partir dos estudos realizados em ambiente virtual, discutindo a possibilidade de aplicação da metodologia na educação básica;
- h) Realização de aulas de campo integrando os componentes do semestre, com atividades de observação para aplicação de conceitos, bem como convidando pessoas com práticas relevantes na área da educação especial. As iniciativas arroladas

propiciam vivências coletivas integradoras e o protagonismo estudantil, propiciando ao estudante por meio da vivência, compreender que é possível agir com criatividade nos mais diversos espaços, especialmente no processo educativo, no ambiente escolar.

3.9.4 Abordagem dos temas transversais: educação ambiental, educação das relações étnico-raciais e educação em direitos humanos

O tratamento da educação ambiental, da educação das relações étnico-raciais e direitos humanos, no âmbito do curso, vai ocorrer pela oferta de unidades curriculares que abordam especificamente a temática de forma transversal e sob o entendimento de que são práticas sociais que interagem e se situam no campo dos direitos humanos e da cidadania.

Reforçam esse entendimento no tocante à educação ambiental os princípios enunciados no artigo 4.º da Lei n.º 9.795 de 27 de abril de 1999:

- I. o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II. a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III. o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV. a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V. a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI. a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII. a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII. o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (BRASIL, 1999).

No que diz respeito à educação para as relações étnico-raciais, destaca-se o Parecer CNE/CP n.º 003 de 10 março de 2004 (BRASIL, 2004), com ênfase para os princípios que indicam:

- a) o reconhecimento da igualdade da pessoa humana como sujeito de direitos;
- b) a necessidade de superação da indiferença e da injustiça com que os negros e os povos indígenas vêm sendo tratados historicamente;
- c) a importância do diálogo na dinâmica da sociedade brasileira, essencialmente pluriétnica e que precisa ser justa e democrática;
- d) a necessidade de valorização da história e da cultura dos povos africanos e indígenas na construção histórica da sociedade brasileira;
- e) a indispensável implementação de atividades que expressem a conexão de objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando aprendizagens vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancos no conjunto da sociedade.

A Educação em Direitos Humanos, conforme Resolução n.º 1 de 30 de maio de 2012 do CNE, é entendida como um processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direito. Portanto, além de propor momentos específicos para o estudo da temática, o PPC está fundamentado nos princípios:

- I. dignidade humana;
- II. igualdade de direitos;
- III. reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV. laicidade do Estado;
- V. democracia na educação;
- VI. transversalidade, vivência e globalidade;
- VII. sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2012).

As principais estratégias para a inserção das temáticas compreendem a oferta de unidades curriculares e atividades transversais. No primeiro caso, estão inseridas:

a) Educação ambiental

A educação ambiental é desenvolvida no Eixo III Sociedade Meio-Ambiente e Sustentabilidade e na unidade curricular Ciências da Natureza na Educação Especial,

onde os alunos desenvolvem atividades planejadas com foco na *sustentabilidade socioambiental*.

b) Educação das relações étnico-raciais

A educação das relações étnico-raciais é abordada na unidade curricular Diversidade oferecida no 2º semestre do curso, entre outras unidades curriculares, além dos Estágios que trabalham este tema de modo transversal, visando a formação do egresso como cidadão integrado à sociedade e apto a lidar com a diversidade e pluralidade.

c) Educação em direitos humanos

A educação em direitos humanos é abordada nas seguintes unidades curriculares, como no Eixo II Cidadania, Direitos Humanos e Contemporaneidade e Filosofia ofertadas no 1º semestre e Eixo I - Ética, Profissão e Sociedade Contemporânea, no 1º e 4º semestres, respectivamente, além dos Estágios que trabalham as questões de modo transversal, visando a formação do egresso como cidadão integrado à sociedade e apto a lidar com a diversidade e pluralidade. Ao final dos últimos semestres do curso é promovido um seminário de estágio, considerando cada uma das temáticas desenvolvidas nos campos. As apresentações são feitas com a participação dos docentes e discentes do curso.

Para além disso, a temática é trabalhada de forma transversal, sob o entendimento de que são práticas educacionais e sociais que interagem e se situam no campo dos direitos humanos e da cidadania como no Projeto Integrado Beco do Caminho Curto.

Essas temáticas são tratadas também em eventos institucionais, como o Colóquio das Licenciaturas, previsto no calendário acadêmico institucional, quando todos os acadêmicos podem participar, com vistas a estabelecer relações entre a educação em direitos humanos e a educação das relações étnico-raciais; compreender a dinâmica da sociedade brasileira atual, particularmente no que se refere aos direitos

que conformam uma vida cidadã e sistematizar e construir sínteses e formas de intervenção com base nos temas abordados e experiências vividas.

As temáticas também serão discutidas de forma transversal, conforme explicitado nos dispositivos legais e normativos.

Os estudantes poderão participar de palestras, exposições e oficinas ofertadas pelos programas e projetos de extensão que abordam essas temáticas.

Dessa forma, os estudantes terão a oportunidade de vivenciar práticas que os levem a:

- estabelecer conexões entre a educação ambiental e a educação das relações étnico-raciais;
- compreender a dinâmica da sociedade brasileira atual, particularmente no que se refere aos direitos que conformam uma vida cidadã;
- sistematizar e construir sínteses e formas de intervenção com base nos assuntos estudados e nas experiências vividas.

3.9.5 Atividades extracurriculares

Além das atividades obrigatórias, os estudantes podem realizar outras atividades que propiciem o enriquecimento curricular:

a) Unidades extracurriculares

O acadêmico regularmente matriculado poderá requerer matrícula em unidades curriculares ofertadas em outros cursos de graduação da Univille na forma de unidade extracurricular, com vistas ao seu enriquecimento curricular.

São condições para o deferimento do requerimento:

- Oferta da unidade curricular em turma regular no período letivo em que o acadêmico está pleiteando a matrícula;

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

- Não ocorrer coincidência de horários entre a unidade curricular e as demais atividades didático-pedagógicas do curso em que o aluno está matriculado originalmente;
- Ter disponibilidade de vaga na turma/unidade curricular em que o aluno está requerendo matrícula;
- O aluno arcar com os custos da unidade extracurricular.

O aluno poderá requerer matrícula em unidade extracurricular de outros cursos de graduação da Univille, incluindo Libras. Para obter aprovação, deverá cumprir os requisitos previstos no regimento da Universidade. Obtendo aprovação, a unidade será registrada como extracurricular no seu histórico. Em caso de reprovação, não haverá registro no histórico escolar, e o aluno também não estará obrigado a cursar a unidade em regime de dependência.

A Univille também dispõe da plataforma “Espaço de Mobilidade Virtual no Ensino Superior (e-Movies)”, uma iniciativa liderada pela Organização Universitária Interamericana (OUI), com o objetivo de fornecer soluções que promovam a cooperação acadêmica internacional, da qual a Univille é membro. O acadêmico regularmente matriculado poderá requerer matrícula em unidades ofertadas por meio da plataforma e-Movies, na forma de unidade curricular optativa ou atividades extracurriculares.

São condições para o deferimento do requerimento:

- Oferta da unidade curricular em turma regular no período letivo em que o acadêmico está pleiteando a matrícula;
- Não ocorrer coincidência de horários entre a unidade curricular e as demais atividades didático-pedagógicas do curso em que o aluno está matriculado originalmente;
- Ter disponibilidade de vaga na turma/ unidade curricular em que o aluno está requerendo matrícula.

Os detalhes sobre o funcionamento do *e-movies* podem ser obtidos no site da Assessoria Internacional da Univille: <https://www.univilleinternational.com/>

b) Estágio não obrigatório

Além do ECS, os estudantes podem realizar estágios não obrigatórios, os quais seguem a legislação e as regulamentações institucionais e são formalizados por meio de convênios estabelecidos entre a Universidade e as organizações e termos de compromisso de estágio entre o estudante, o campo de estágio e a Universidade. Esta oferece suporte aos estudantes por meio do Escritório de Empregabilidade e Estágio (EEE).

3.10 Metodologia de ensino-aprendizagem

A proposta metodológica para o processo de ensino e aprendizagem na Universidade aponta para um paradigma de educação que privilegie o papel e a importância do estudante, que deve estar no centro do processo. Tal proposta visa construir uma educação de qualidade tendo como princípios:

- a mobilização e o desafio para o desenvolvimento de atitudes científicas e de autonomia;
- a pesquisa, o que implica considerar o conhecimento como ferramenta de intervenção na realidade;
- a relação entre teoria e prática;
- a interdisciplinaridade, com o intuito de promover o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento na compreensão da realidade;
- o desenvolvimento de habilidades, conhecimento e atitudes de maneira integrada;
- o uso das tecnologias de informação e comunicação como forma de potencializar a aprendizagem, contemplar as diferenças individuais e contribuir para a inserção no mundo digital;
- a interprofissionalidade, com o intuito de aprender sobre a sua profissão e as demais que podem interagir nos espaços de atuação profissional, de maneira a estimular a colaboração e a busca por objetivos comuns.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Diferentes estratégias viabilizam o processo de ensino e aprendizagem com ênfase em metodologias de aprendizagem ativa, entre as quais é possível mencionar o estudo de caso, a aprendizagem baseada em problemas, a aprendizagem baseada em projetos, a sala de aula invertida, entre outras.

O Projeto Pedagógico do Curso de Educação Especial *do Campus Joinville* adota os princípios da Política de Ensino da Univille e a concepção de inovação pedagógica e curricular que tem sido debatida na Instituição, operacionalizando-os pela adoção de estratégias ou metodologias de ensino e aprendizagem diversificadas, conforme demonstrado no quadro 2, respeitando os objetivos de aprendizagem de cada unidade curricular, as peculiaridades dos conteúdos a serem abordados e a autonomia docente. Entre as diferentes estratégias, é possível considerar:

Quadro 2 – Estratégias de ensino e aprendizagem no curso de Educação Especial

N.º	Denominação	Descrição
1	Exposição dialogada	Exposição do conteúdo com participação dos estudantes. A estratégia pode partir de leitura de textos ou apresentação de situações-problema. Utilizam-se <i>software</i> de apresentação e computador conectado a projetor multimídia e à internet/Web.
2	Palestra	O professor pode convidar um profissional a proferir uma palestra sobre tema pertinente ao curso. Os estudantes podem ser solicitados a elaborar relatório ou responder questões sobre a palestra.
3	Estudo de texto	Exploração das ideias de um autor com base na leitura e análise do texto, gerando resumos ou resenhas.
4	Estudo dirigido	Estudo orientado de um texto com base em um roteiro ou questões de estudo propostas pelo professor.
5	Resolução de problemas	Apresentação de uma situação nova aos estudantes, que deverão proceder à análise do problema e propor uma solução. Na área de computação é comum o emprego dessa estratégia, sobretudo na resolução de problemas com apresentação de soluções algorítmicas e/ou computacionais.
6	Seminário	Atividade em grupo em que é apresentado um tema ou problema pelo professor e os estudantes devem formar grupos, levantar informações, discutir o tema/problema e apresentar um relatório com as conclusões.

N.º	Denominação	Descrição
7	Estudo de caso	Atividade em grupo em que o professor apresenta uma determinada situação real ou fictícia e os estudantes, individualmente ou em grupos, devem proceder à análise e indicar soluções às questões propostas na forma de um seminário ou de um relatório.
8	Aulas de laboratório	Emprega laboratórios de informática para a realização de uma série de atividades em diferentes unidades curriculares. Tais atividades incluem o treinamento/prática e aprimoramento do saber desenvolvido em sala de aula.
9	Pesquisa bibliográfica	Com base em um tema/problema apresentado pelo professor, os estudantes realizam, individualmente ou em grupos, pesquisa bibliográfica e elaboram relatório de pesquisa bibliográfica, que pode ser apresentado na forma de simpósio ou seminário.
10	Pesquisa de campo	Com base em um tema/problema apresentado pelo professor, os estudantes realizam, individualmente ou em grupos, pesquisa de campo e elaboram relatório da pesquisa, que pode ser apresentado na forma de simpósio ou seminário.
11	Saídas a campo	Os estudantes são levados a vivenciar a prática da aplicação dos conteúdos trabalhados em sala de aula.

Fonte: Coordenação do Curso de Educação Especial (2025)

3.11 Inovação pedagógica e curricular

Na Univille a inovação pedagógica e curricular é compreendida como um procedimento de mudança planejado e passível de avaliação que leva a processos de ensino e aprendizagem centrados no estudante, mediados pelo professor e que apresentam as seguintes características:

- Prática pedagógica planejada, cooperativa e reflexiva;
- A mobilização e o desafio, por meio de metodologias de aprendizagem ativa, para o desenvolvimento de atitudes científicas e de autonomia com base na problematização da realidade e do conhecimento existente a seu respeito;

- A pesquisa, o que pressupõe considerar o conhecimento como ferramenta de intervenção na realidade;
- A relação entre teoria e prática;
- A interdisciplinaridade, com o intuito de promover o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento na compreensão da realidade;
- A interprofissionalidade, que permite aprender sobre a sua profissão e a profissão de outros em busca de objetivos comuns e que estimulam as práticas colaborativas;
- O desenvolvimento de habilidades, conhecimento e atitudes de maneira integrada;
- O uso das tecnologias de informação e comunicação como forma de potencializar a aprendizagem, contemplar as diferenças individuais e contribuir para a inserção no mundo digital;
- A avaliação sistemática da aprendizagem, que contemple tanto o aspecto formativo quanto o somativo do processo de ensino e aprendizagem;
- O comportamento ético e democrático de professores e estudantes.

A Universidade instituiu o Centro de Inovação Pedagógica (CIP) com a missão de promover a inovação pedagógica e curricular nos cursos da Univille por meio de ações relacionadas à organização didático-pedagógica dos projetos pedagógicos dos cursos, à profissionalização docente continuada e à melhoria contínua da infraestrutura empregada no processo de ensino e aprendizagem (Univille, 2009).

A atuação do CIP, tendo em vista a inovação pedagógica e curricular, está pautada nos seguintes princípios:

- A promoção da autonomia dos estudantes no que diz respeito ao seu processo de aprendizagem;
- A contínua profissionalização e construção da identidade docente;
- A melhoria contínua da qualidade do processo de ensino e aprendizagem;
- A sustentabilidade dos cursos;
- A integração dos cursos por meio do compartilhamento de concepções educacionais, metodologias de ensino e aprendizagem e recursos didático-pedagógicos;

- A integração de suas ações com os processos de avaliação de cursos da Instituição;
- O alinhamento de suas ações ao PPI e ao PDI da Univille. O CIP tem como objetivo promover ações que contribuam para a inovação pedagógica e curricular dos cursos da Univille, atuando nos seguintes eixos:
- Organização didático-pedagógica proposta e operacionalizada por meio do PPC;
- Profissionalização docente que contemple concepções educacionais, metodologias de ensino e aprendizagem e recursos didático-pedagógicos conforme a perspectiva da inovação preconizada pelo PPI da Univille;
- Melhoria e adequação da infraestrutura necessária à inovação nos processos de ensino e aprendizagem.

Os serviços oferecidos pelo CIP compreendem:

- Assessoramento às coordenações nos processos de criação de cursos e estruturação, reestruturação e alteração do PPC;
- Assessoramento às coordenações nos processos de inovação pedagógica e curricular;
- Planejamento, execução, acompanhamento e avaliação do Programa de Profissionalização Docente (PPD);
- Planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos de assessoramento pedagógico aos docentes mediante demanda das coordenações de cursos;
- Planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos de prospecção e implantação de tecnologias de informação e comunicação aplicáveis aos processos de ensino e aprendizagem presenciais, semipresenciais e a distância.

O público-alvo do CIP engloba os profissionais da educação e as coordenações dos cursos da Univille.

3.12 Flexibilização curricular

A flexibilização curricular pode ocorrer ao se efetivar o aproveitamento de estudos e experiências anteriores do estudante com base no artigo 41 da LDB n.º 9.394/1996, que, de maneira bastante ampla, dispõe: o conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

A sistemática de avaliação prevista pelo curso compreende estratégias como o exame de proficiência, que, segundo a Resolução do Conselho Universitário, se destina à avaliação de potencialidades, conhecimentos e experiência profissional anteriores do estudante, propiciando-lhe o avanço nos estudos, mediante comprovada demonstração do domínio do conteúdo e das habilidades e competências requeridas por unidade curricular do seu curso por meio de avaliação teórica, prática ou teórico-prática.

A partir de 2020 a Instituição implementou a Resolução nº 78/20 do Conselho de Administração que permite ao estudante flexibilizar a matrícula em componentes curriculares semestrais, não realizando a matrícula em uma ou mais unidades curriculares, observados os prazos de integralização.

Além disso, por meio das abordagens de temas transversais e por meio das atividades extracurriculares, a Instituição proporá atividades que viabilizem a flexibilidade curricular.

3.13 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem

A avaliação da aprendizagem é um ato necessário, que abriga em seu movimento uma crítica pedagógica, a qual inclui desempenho e posturas docentes e discentes, expressando abertura para redimensionar as suas ações em face do desempenho dos acadêmicos no decorrer do processo.

Essa concepção implica um processo contínuo, sistemático e transparente fundamentado nos princípios institucionais e no projeto pedagógico do curso, que delineia o perfil do egresso e solicita a avaliação de habilidades, conhecimentos e atitudes. Deve equilibrar aspectos quantitativos e qualitativos, além de favorecer a

formação científica, profissional e cidadã do acadêmico, tanto no seu percurso individual quanto no coletivo.

A avaliação do desempenho acadêmico no curso é feita por unidade curricular e tem como critérios: a frequência; a avaliação da aprendizagem nos estudos, expressa em notas.

Para cada unidade curricular serão atribuídas 2 (duas) Médias Bimestrais (MB1 e MB2), devendo cada média ser composta por, no mínimo, 2 (duas) notas. A Média Final (MF) será a média aritmética simples das médias bimestrais (MB1 e MB2), apurada pela fórmula $MF = (MB1 + MB2)/2$;

O estudante que obtiver Média Final igual ou superior a 6 (seis) estará aprovado desde que obtenha frequência mínima de 75% da carga horária lecionada em cada unidade curricular com atividades presenciais e/ou síncronas mediadas.

Portanto, a aprovação do estudante em cada unidade curricular de cada período letivo dependerá do cumprimento, concomitantemente, das seguintes condições:

- I- obtenção de frequência mínima de 75% da carga horária lecionada nas unidades curriculares;
- II - obtenção na avaliação de aprendizagem de Média Final mínima de 6 (seis):

O acadêmico que não fizer avaliações parciais ou finais ou não apresentar trabalhos acadêmicos previstos nas datas fixadas poderá requerer segunda chamada em cinco dias úteis, quando o motivo da falta estiver previsto em lei ou houver outro motivo justificável.

A frequência da Unidade Curricular será apurada:

- I – Nas unidades curriculares totalmente presenciais: por meio da presença, a cada aula ministrada registrada no Diário de Classe;
- II – Nas unidades curriculares 50% presencial e 50% assíncrona: por meio da presença nas aulas presenciais, a cada aula ministrada registrada no Diário de Classe e pela entrega das atividades/avaliações nas aulas assíncronas;

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

III – Nas unidades curriculares 50% síncrona mediada e 50% assíncrona: por meio da presença nas aulas síncronas mediadas registradas no Diário de Classe e pela entrega das atividades/avaliações nas aulas assíncronas;

IV – Nas unidades curriculares totalmente assíncronas: por meio da entrega das atividades/avaliações nas aulas assíncronas registrada no ambiente virtual de aprendizagem.

Independentemente dos demais resultados obtidos, considerar-se-á reprovado o acadêmico que não obtiver frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária lecionada em cada unidade curricular.

Nas unidades curriculares com carga horária parcial ou integral a distância, pelo menos uma das avaliações deverá:

I - Ser presencial;

II – Ter peso majoritário na composição da nota final da unidade curricular;

III – Incluir elementos discursivos que estimulem análise e síntese, com peso mínimo de 1/3 na avaliação ou realizar avaliação por meio de atividade prática.

Nos trabalhos de conclusão de curso ou estágio curricular supervisionado, poder-se-á exigir frequência superior ao fixado neste artigo, desde que previsto no respectivo Regulamento do Curso, aprovado pelo Conselho Universitário. Todas as provas e/ou trabalhos escritos devem ser devolvidos ao estudante depois de avaliados pelo professor.

A divulgação das notas é feita de acordo com o Calendário Acadêmico, disponível no *site* www.univille.br.

Outros detalhamentos da avaliação, como peso e periodicidade, serão especificados no Planejamento de Ensino e Aprendizagem (PEA), elaborado por cada professor quando do início do período letivo.

3.14 Apoio ao discente

As condições de atendimento ao discente decorrem principalmente de um dos objetivos do Planejamento Estratégico da Univille: expandir o acesso e favorecer a permanência do estudante na Instituição de modo sustentável. Esse objetivo é desdobrado na estratégia relativa à dimensão Sustentabilidade, que diz respeito a facilitar o acesso e a permanência do estudante. É com tal finalidade estratégica que a Univille desenvolve ações, projetos e programas para o atendimento aos discentes, conforme descrito no PDI.

3.14.1 Central de Relacionamento com o Estudante

Responsável por promover ações que busquem o desenvolvimento contínuo de um ambiente que favoreça a melhoria da qualidade das relações entre os estudantes e a Instituição, além de oferecer oportunidades de desenvolvimento de habilidades e competências, de integração e de inserção profissional, visando ao sucesso acadêmico. Entre os serviços da CRE estão o atendimento pedagógico, psicológico, social, atividades de nivelamento (reforço em conteúdo de unidades curriculares exatas, língua portuguesa e química), divulgação de vagas, controle e acompanhamento dos vínculos de estágios, acompanhamento de estudantes com necessidades especiais e/ou deficiência, programas de bolsas de estudo, além de outros projetos a serem desenvolvidos em parcerias com as coordenações de cursos.

- a) O atendimento psicológico é realizado por profissional habilitado e oferecido gratuitamente mediante agendamento prévio. Para as orientações individuais são realizadas de 3 a 5 sessões. São realizadas ainda orientações para grupos, palestras ou conversas em sala de aula, dependendo da demanda dos cursos.
- b) O atendimento pedagógico tem como foco a orientação nos casos de dificuldades de adaptação aos estudos, metodologia das unidades curriculares, utilização do tempo, organização pessoal, entre outras necessidades apresentadas

pelos estudantes e que influenciam no seu desempenho acadêmico. Os atendimentos também são realizados por profissional habilitado e de forma gratuita.

c) No caso do atendimento social, os estudantes podem solicitar contato com a profissional disponível na CRE para orientações financeiras, de bolsas de estudo, dificuldades de integração na IES e dificuldades na renovação da matrícula por falta de recursos.

d) As atividades de nivelamento têm objetivo de oportunizar aos estudantes a revisão e aprimoramento de conteúdos da Língua Portuguesa, Matemática, Física e Química com vistas a melhorar seu desempenho acadêmico na Universidade.

e) A CRE mantém relação direta com as empresas e estudantes interessados em divulgar/realizar estágio. Para os estágios não obrigatórios todas as empresas podem cadastrar suas vagas no Banco de Oportunidades Univille – BOU e todos os estudantes da Univille podem cadastrar seu currículo e se candidatar nas vagas divulgadas. A partir da definição do estagiário pela empresa, os documentos específicos são elaborados, assinados e mantidos sob guarda do setor para eventuais consultas. Além disso, a regularização do estágio obrigatório por meio da emissão do termo de compromisso para os estudantes em fase de final do curso também é realizada pela CRE.

f) O acompanhamento dos estudantes com necessidades especiais e/ou deficiência está previsto no Programa de Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais (PROINES). A partir da realização da matrícula, os estudantes são orientados a apresentar um laudo médico que ateste a sua situação em termos de necessidades especiais. Visando auxiliar o estudante, a CRE realiza o mapeamento dos estudantes, informando aos cursos quais as necessidades que são apresentadas, sejam elas voltadas a acessibilidade arquitetônica ou a pedagógica. Por meio do PROINES, a CRE também viabiliza a contratação de intérprete de libras e monitores para acompanhar os estudantes em suas atividades, bem como realiza ações de sensibilização da comunidade acadêmica. O acompanhamento dos estudantes pelo PROINES é contínuo, durante o período em que estiverem na Instituição. Como forma de avançar em suas ações afirmativas, a CRE conta com o Laboratório de

Acessibilidade – LABAS que está equipado com tecnologias assistivas como impressora a braile e computadores com sintetizador de voz para auxiliar acadêmicos com deficiência visual. Além disso, há um escâner que transforma imagem em textos.

g) Os programas de bolsas são regidos por legislação própria e pelas regulamentações institucionais. A CRE é responsável por repassar as informações e orientações sobre esses programas e divulgar para a comunidade acadêmica por meio de folders e cartazes, bem como por e-mail e no Portal da Univille.

Os programas de bolsas de estudo que a Univille disponibiliza para os estudantes serão detalhadas num item mais à frente.

3.14.2 Central de Atendimento Acadêmico

A Central de Atendimento Acadêmico (CAA) tem como objetivo facilitar o atendimento aos discentes, englobando as informações relevantes para a vivência acadêmica. Nela o acadêmico encontrará, entre outros serviços disponíveis, informações financeiras, acadêmicas e sobre crédito universitário. A CAA responde pelo serviço de expediente, registro e controle acadêmico dos cursos de graduação da Univille. Nesse sentido, gerencia e executa os processos de matrícula e rematrícula, mantém dados e documentos acerca do desenvolvimento das atividades dos cursos e emite documentos sobre a vida acadêmica dos estudantes.

Cabem também à CAA a responsabilidade do planejamento, da organização, da coordenação, da execução e do controle das atividades financeiras, a administração do fluxo de caixa, contas a pagar, contas a receber, cobrança, cadastro, contratos e a administração dos recursos financeiros da Univille.

Além disso, fica a seu encargo a administração dos programas de crédito universitário.

3.14.3 Programas de bolsa de estudo

Os programas de bolsas de estudo são regidos por legislação própria e pelas regulamentações institucionais. Além disso, a Instituição mantém comissões de acompanhamento e fiscalização da concessão de bolsas.

As informações e orientações sobre os programas de bolsas de estudo são divulgadas na comunidade acadêmica por meio de pôsteres e cartazes, bem como por e-mail, redes sociais e no Portal da Univille.

A Instituição mantém uma série de oportunidades de bolsas de estudo, opções de financiamento estudantil e programa de incentivos conforme descrito em <https://universo.univille.br/bolsas>

3.14.5 Assessoria Internacional

A Assessoria Internacional da Univille tem como missão promover a internacionalização curricular da comunidade acadêmica, por meio de projetos e programas desenvolvidos com base nos macroprocessos da Política de Internacionalização da Instituição. São eles: Mobilidade *Outgoing* e *Incoming*, Estágio e Pesquisa Internacional, *Short Term Programs* e *Internationalization at Home* (IaH). Os objetivos da Assessoria Internacional são:

- articular a troca de experiências entre estudantes, professores, pesquisadores e pessoal administrativo com seus pares de instituições estrangeiras parceiras;
- promover intercâmbios, cursos, eventos e estágios no âmbito internacional;
- intensificar a interação da Universidade com as diversas áreas de governo, com instituições de ensino superior, instituições de pesquisa, desenvolvimento e/ou inovação e com a iniciativa privada, com o propósito de fomentar iniciativas de internacionalização;
- buscar a interlocução e a articulação com as agências nacionais e internacionais de financiamento ao desenvolvimento da cooperação e do intercâmbio acadêmico-científico internacional;
- viabilizar ações de internacionalização de currículo “em casa”;
- incentivar a participação da comunidade acadêmica em diferentes tipos de atividades acadêmico-científicas e culturais internacionais;
- promover e divulgar as atividades da Univille no exterior;

- fortalecer a posição da Univille como universidade de referência regional nas articulações internacionais.

São atribuições da Assessoria Internacional:

- coordenar as ações relacionadas à cooperação internacional;
- identificar novas oportunidades de parcerias internacionais de potencial interesse para o desenvolvimento da Instituição, verificando seus mecanismos de funcionamento e formas de acesso;
- gerir convênios internacionais e prospectar novos projetos de colaboração com instituições já conveniadas;
- prospectar e divulgar oportunidades de intercâmbio, estágio, curso extracurricular, bolsa de estudo, trabalho e evento internacional;
- organizar visitas e missões internacionais, a fim de identificar potencialidades para o desenvolvimento de projetos conjuntos de interesse institucional;
- assessorar a comunidade acadêmica da Univille a respeito de atividades acadêmicas e científicas no exterior;
- apoiar, em parceria com os setores competentes da Instituição, a preparação e o encaminhamento de projetos às diferentes agências de fomento nacionais e internacionais, com o intuito de obter recursos financeiros para atividades de cooperação internacional;
- responder pelos contatos internacionais da Univille e pelas articulações internas com os setores acadêmico e administrativo para a viabilização das atividades;
- coordenar a recepção de visitantes estrangeiros na Univille;
- recepcionar estudantes, professores e pesquisadores estrangeiros e participantes de programas de mobilidade acadêmica internacional, assim como oferecer-lhes orientações gerais;
- coordenar o Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional da Univille;
- representar a Univille no que tange às ações internacionais.

O público-alvo da Assessoria Internacional são os estudantes, docentes, pesquisadores, o pessoal administrativo e a comunidade (nas ações de internacionalização na Extensão). O setor está ligado à Reitoria e é composto por um assessor com conhecimentos e vivência nas áreas da internacionalização e mobilidade, bem como por técnicos administrativos responsáveis pela operacionalização das ações de mobilidade acadêmica.

3.14.6 Diretório Central dos Estudantes e representação estudantil

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) é a entidade representativa dos acadêmicos da Univille, cuja eleição se dá pelo voto direto dos alunos. O DCE é entidade autônoma, possui estatuto próprio e organiza atividades sociais, culturais, políticas e esportivas voltadas à comunidade estudantil. O DCE tem direito a voz e voto nos conselhos superiores da Furj/Univille, conforme disposto nas regulamentações institucionais.

De acordo com os estatutos e regimentos da Furj/Univille, a representação estudantil compõe 30% do colegiado dos cursos. Anualmente as turmas indicam um representante e um vice-representante de classe entre os estudantes regularmente matriculados na turma. Esses estudantes participam das reuniões do colegiado do curso com direito a voto. Além disso, a coordenação realiza entrevistas e reuniões com os representantes e vice-representantes com vistas a obter informações sobre o andamento das atividades curriculares e informar as turmas sobre assuntos pertinentes à vida acadêmica.

3.14.7 Coordenação e Área

A coordenação do curso de graduação é o órgão executivo que coordena as atividades do curso de graduação. Suas ações incluem planejamento, organização, acompanhamento, controle e avaliação dos projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso. Para tanto, deve considerar a integração com os demais cursos do Comitê de Área e com a Instituição e estar em consonância com a legislação educacional, o PDI, as políticas, os estatutos, os regimentos e as regulamentações institucionais.

A Instituição promove a integração dos cursos por áreas, com vistas a propiciar ações de melhoria contínua da qualidade. Cada área dispõe de atendimento aos estudantes por meio de uma equipe administrativa.

As coordenações de curso efetuam o atendimento a estudantes e grupos de estudantes. As demandas individuais e de grupo são analisadas e encaminhadas aos setores competentes. As situações relativas à gestão didático-pedagógica são discutidas, e os encaminhamentos são realizados por meio de reuniões administrativas e pedagógicas com o colegiado, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), os professores de determinada turma ou ainda com os professores de forma individual. As decisões e as ações são balizadas pela legislação interna e externa, pelo Projeto Pedagógico do Curso e pela busca da melhoria contínua da qualidade e da sustentabilidade do curso.

3.14.8 Outros serviços oferecidos

Os estudantes dos cursos de graduação da Univille também têm acesso a outros serviços, conforme discriminado no quadro 3 a seguir:

Quadro 3 – Serviços disponibilizados aos estudantes

Outros serviços disponibilizados aos estudantes	Descrição
Serviço de Psicologia	Os serviços oferecidos pelo Serviço de Psicologia (SPsi) da Univille compreendem: <ul style="list-style-type: none">• serviço de atendimento clínico psicológico;• serviço de psicologia educacional;• serviço de psicologia organizacional e do trabalho;• programas e projetos nas diversas áreas de aplicação da Psicologia. O SPsi tem como público-alvo as comunidades interna e externa da Univille. Dispõe de um psicólogo responsável e conta com uma equipe formada pelos professores e estudantes da última série do curso de Psicologia da Univille.
Ouvidoria	É um serviço de atendimento à comunidade interna e externa com atribuições de ouvir, registrar, acompanhar e encaminhar críticas e sugestões, em busca de uma solução. É uma forma acessível e direta, sem burocracia, à disposição da comunidade geral e universitária.
Centro de Atividades Físicas	É um programa de extensão institucional que tem por objetivo propiciar aos estudantes da Univille e à comunidade em geral a oportunidade de participar de atividades físicas e recreativas que contribuam para o desenvolvimento pessoal e profissional, valorizando o bem-estar físico e mental e a promoção da saúde e da qualidade de vida. Conta com uma infraestrutura que inclui piscina, academia de musculação, tatame, sala de ginástica, pista de

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

	atletismo. O CAF oferece turmas regulares em diversas modalidades esportivas e de saúde, incluindo musculação, ginástica e natação.
Serviços de reprografia	O Campus Joinville da Univille conta com o fornecimento de serviços de reprografia por meio de empresa terceirizada. Essa estrutura é composta por: 1) centro de reprografia: localizado no Bloco B, que oferece serviços de fotocópia e encadernação nos turnos matutino, vespertino e noturno; 2) áreas de fotocópias: uma localizada no Bloco E, próximo do CAF, e outra no prédio da Biblioteca Central, as quais fornecem serviço de fotocópia nos três turnos. O Campus São Bento do Sul e as demais unidades da Univille também contam com o fornecimento de serviços de reprografia por meio de empresa terceirizada.
Serviços de alimentação	O Campus Joinville da Univille conta com o fornecimento de serviços de alimentação por meio de empresas terceirizadas. Essa estrutura é composta por: 4 lanchonetes, uma localizada no Bloco C, outra no Bloco E, uma no Bloco D e um café no Coworking único localizado no piso térreo da Biblioteca Universitária. Os estabelecimentos fornecem serviço de lanchonete e cafeteria e funcionam nos três turnos. O Campus São Bento do Sul também conta com o fornecimento de serviços de alimentação por meio de uma lanchonete localizada no prédio principal do campus.
Serviços médicos e odontológicos	A instituição mantém convênio com empresa de atendimento de emergência que disponibiliza ambulância e atendimento de paramédicos quando da ocorrência de situações graves e de encaminhamento a hospitais. O serviço de emergência prevê o atendimento em todos os campi e unidades da Univille. As clínicas odontológicas do curso de Odontologia funcionam no Bloco C do Campus Joinville e atendem a comunidade em sistema de agendamento de consultas. Os estudantes da Univille podem utilizar os serviços mediante triagem realizada pela coordenação das clínicas odontológicas.
Serviços assessoramento jurídico	Os cursos de Direito da Univille, em Joinville e São Bento do Sul, mantêm escritórios de práticas jurídicas nos respectivos campi. Os escritórios atendem a comunidade em sistema de agendamento e os estudantes da Univille utilizam os serviços mediante triagem realizada pelas coordenações dos escritórios.

Fonte: PDI 2022-2026 (UNIVILLE, 2024)

3.15 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

A Política de Avaliação Institucional da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam os processos de autoavaliação de atividades,

processos, projetos e programas desenvolvidos pela Universidade e a gestão da participação da Instituição nos processos de avaliação externa promovidos pelos órgãos governamentais de avaliação, regulação e supervisão da educação.

Tal política considera os seguintes macroprocessos:

- a) Monitoramento do IGC;
- b) Autoavaliação institucional;
- c) Gestão da avaliação externa institucional;
- d) Gestão da autoavaliação de curso de graduação;
- e) Gestão da avaliação externa de curso de graduação;
- f) Gestão da autoavaliação de programas e cursos de pós-graduação;
- g) Gestão da avaliação externa de programas e cursos de pós-graduação;
- h) Avaliação contínua do desempenho docente;
- i) Gestão da participação e dos resultados do Enade.

As diretrizes gerais a serem observadas nos macroprocessos da Avaliação Institucional são: integração com ensino, pesquisa e extensão; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; representatividade e participação; qualidade; transparência; legalidade; acompanhamento; comunicação; imparcialidade; equidade; melhoria contínua.

A gestão da autoavaliação de curso de graduação tem por objetivo obter nas coordenações um relatório que sintetize os resultados do processo auto avaliativo. Esse relatório visa promover a reflexão e a discussão sobre a qualidade percebida e identificada pelos instrumentos de avaliação, bem como estimular o NDE a analisar os resultados e propor ações que visem à melhoria do curso. Tais ações devem ser apresentadas no Relatório de Autoavaliação do Curso, o qual subsidia a gestão do curso e alimenta o processo de autoavaliação institucional, de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

A gestão da avaliação externa de curso de graduação tem por objetivo viabilizar as providências necessárias para a realização do processo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de curso de graduação. A Coordenação de

Planejamento, Avaliação e Regulação Institucional é responsável pelo processo, e a sua operacionalização cabe às coordenações de cursos de graduação, com o assessoramento da Pró-Reitoria de Ensino. O processo abrange definição, planejamento, execução e acompanhamento das providências necessárias para o reconhecimento e a renovação do reconhecimento dos cursos, o que engloba a articulação com demais instâncias institucionais, considerando a legislação e os instrumentos de avaliação vigentes. Inicialmente é realizada a adequação do PPC, o qual deve ser discutido e aprovado no colegiado e nos conselhos. Em seguida, o PPC é postado no sistema e-MEC e, no caso de ter diligências, estas devem ser respondidas, a fim de obter o despacho saneador e o agendamento das visitas *in loco*. Com o agendamento da visita, ocorre a preparação dos documentos solicitados pela comissão, bem como a preparação para a reunião com dirigentes, CPA, docentes, membros do NDE e discentes. Ao final da visita de avaliação *in loco*, recebe-se a devolutiva dos avaliadores e realiza-se, no sistema e-MEC, a avaliação da comissão designada para visita na instituição. Ao receber o relatório da avaliação *in loco*, este é encaminhando à Proen, à gestão institucional, ao coordenador do curso e à Coordenação de Planejamento, Avaliação e Regulação Institucional, os quais avaliam e decidem pela homologação ou impugnação do relatório. O NDE e o colegiado do curso analisam os dados do relatório, realizam a autoavaliação e preparam um plano de ação de melhorias, o qual é encaminhado à CPA.

3.16 Tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem

A proposta metodológica para o processo de ensino e aprendizagem na Universidade aponta para um paradigma de educação que privilegia o papel central do estudante e a mediação e facilitação pelo professor. Essa proposta contempla o emprego de materiais didático-pedagógicos e tecnologia educacional que inclui recursos oferecidos pela tecnologia de informação e comunicação (TIC).

A Univille disponibiliza aos estudantes e profissionais da educação uma infraestrutura de TIC composta por servidores que hospedam os sistemas de informação da Instituição, redes de computadores no âmbito da Universidade, laboratórios de informática e conexão à internet/Web por meio de cabo e *wi-fi*,

atualmente instalados em todas as salas de aula. A Universidade mantém contratos com empresas terceirizadas que fornecem serviços de tecnologia da informação. Além disso, convênios propiciam parcerias entre a Instituição e empresas com vistas a disponibilizar materiais e tecnologias a serem utilizados por docentes e estudantes no desenvolvimento das atividades acadêmicas. Adicionalmente é ofertado suporte aos usuários dos sistemas e das tecnologias por *e-mail* ou presencialmente.

A Univille mantém um portal acadêmico na internet (www.univille.br). Todos os estudantes, profissionais da educação e pessoal administrativo dispõem de uma conta de *e-mail* no domínio [univille.br](http://www.univille.br), bem como usuário e senha de acesso ao portal e às redes internas de computadores da Instituição. O acesso ao portal é customizado de acordo com o perfil do usuário (estudante, profissional da educação, pessoal administrativo). O perfil permite acesso a informações e rotinas administrativas relacionadas à vida acadêmica.

O Enturma consiste em um *Learning Management System* (LMS) disponibilizado e customizado para a Univille por meio de um contrato com a empresa Grupos Internet S.A. (www.gruposinternet.com.br). Ele é organizado em comunidades com uma estrutura hierárquica que parte da comunidade mais ampla, denominada Univille, até comunidades de turma/unidade curricular. Cada comunidade de turma/unidade curricular é formada pelos estudantes e professores da turma da unidade curricular em um período letivo específico. Por meio de ferramentas disponíveis na comunidade virtual, os seus integrantes podem compartilhar materiais didático-pedagógicos, dados e informações, colaborar com a produção de conteúdo, interagir e se comunicar. As ferramentas incluem disco virtual, mural, grupo de discussão, fórum, repositório de aulas, cronograma, trabalhos/atividades, questionários, entre outros. Mediante sistemas específicos integrados ao Enturma, há também recursos relacionados à gestão acadêmica, tais como diário de classe, calendário de provas e boletim de notas. Pelo acesso ao portal e ao Enturma, os usuários podem interagir virtualmente com os integrantes das comunidades a que pertencem e com as diversas áreas institucionais.

Os materiais didático-pedagógicos favorecem o “diálogo didático”, servindo para orientar o aprendizado e proporcionando suporte para a compreensão e apreensão eficaz dos conteúdos, além de espaços para a participação e contextualização

voltados à construção do conhecimento. Os materiais bibliográficos constituem o principal referencial a ser empregado no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e o Planejamento de Ensino e Aprendizagem (PEA) das unidades curriculares da Univille apresentam o referencial bibliográfico básico e complementar de cada unidade curricular. Esse referencial integra o acervo da Biblioteca Universitária (BU) e está disponível para consulta e empréstimo pelos estudantes, profissionais da educação e pessoal administrativo de acordo com regulamentações internas. A Univille também disponibiliza para a comunidade acadêmica o acesso à biblioteca virtual Minha Biblioteca, na forma de *e-books*. Outro recurso disponível é o acesso a bases de dados científicas por meio dos portais Capes e EBSCO.

Além de referencial bibliográfico disponível na BU, docentes e discentes contam com recursos de TIC para produzir materiais como textos e apresentações, os quais podem ser disponibilizados no AVA ou reproduzidos por meio dos serviços terceirizados de reprografia existentes na Instituição.

A Tecnologia da Informação da Univille, subordinada a Pró-Reitoria de Infraestrutura, é responsável por desenvolver, implementar, atualizar e manter soluções computacionais, garantir a segurança da informação, executar projetos de informática, prover recursos audiovisuais, realizar a gestão documental, além de oferecer suporte para a comunidade acadêmica, técnicos administrativos e professores. Esta estrutura atende a todos os Campi, Unidades e Polos que fazem uso dos sistemas de gestão e tecnologia da informação.

Para capacitar os professores na utilização do que é disponibilizado pela instituição em termos de Tecnologias de Informação, anualmente são oferecidas oficinas pelo Programa de Profissionalização Docente.

A Univille também conta com laboratórios nas diferentes áreas do conhecimento, conforme previsto nos PPCs. Nos laboratórios são disponibilizados recursos tecnológicos e materiais didático-pedagógicos a serem empregados nas atividades de ensino de acordo com o PEA, elaborado pelo professor para cada unidade curricular que leciona, a cada início de ano letivo.

A Instituição também possui uma editora, a Editora Univille, que tem como missão disseminar o conhecimento produzido na Instituição e fora dela, visando favorecer a melhoria da qualidade do ensino e o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural de sua região de atuação.

A Editora Univille é responsável pela edição de livros de caráter acadêmico-científico, periódicos da mesma natureza e diversas publicações institucionais. É afiliada à Associação Brasileira de Editoras Universitárias (Abeu) e à Associação Brasileira de Editores Científicos (Abec), além de ser cadastrada no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), responsável pela emissão de *international standard serial number* (ISSN), e na Câmara Brasileira do Livro (CBL), responsável pela emissão de *international standard book number* (ISBN). Está ligada ainda à BU da Univille, que faz a catalogação na fonte das obras que a editora produz. A Editora Univille também tem publicado obras em parceria com o Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura (SimDec) e eventualmente com outras organizações e universidades. Em 2014 a editora foi inserida no contexto dos livros digitais, com a publicação da quarta edição do livro Fazendo pesquisa: do projeto à comunicação científica, disponibilizado com acesso livre e irrestrito na página da editora. Em 2021 realizou sua primeira publicação em e-book.

A estrutura da Editora Univille é composta por um Conselho Editorial, pelo coordenador da área de editora, por revisora, diagramadora e por uma assistente administrativa. O Conselho Editorial reúne-se quadrimestralmente para analisar obras candidatas a publicação e deliberar sobre assuntos específicos da área.

O foco do trabalho editorial abrange obras de:

- caráter didático, de autoria de professores da Instituição ou de outras universidades, de interesse imediato do público acadêmico nas diferentes áreas;
- caráter científico, como teses e dissertações adaptadas ao formato de livro;
- caráter geral, preferencialmente de autores ligados à Instituição, desde que a demanda pela referida obra justifique sua publicação.

O Univille Play é o canal institucional da Universidade na plataforma YouTube, que inicialmente surgiu como uma ferramenta para a divulgação de campanhas de

vestibular, mas que teve um papel importante com a suspensão das atividades acadêmicas por causa da pandemia.

A grande abrangência de público que a plataforma permite propiciou a efetiva comunicação da Universidade com a sua comunidade de duas principais formas: por meio de programas institucionais, apresentando as ações efetivadas pela comunidade acadêmica, e pela realização de eventos temáticos por área de formação, contribuindo com o processo de aprendizagem. O Univille Play também cumpre um papel importante para com os futuros alunos da Instituição, pois com o constante aumento de conteúdo produzido para a plataforma, fornece a alunos concluintes do ensino médio a oportunidade de conhecer um pouco mais das características de formação de cada curso e fazer uma escolha de forma mais acertada.

A Biblioteca Virtual da Univille atualmente conta com mais de 8.000 títulos de diversas editoras (Saraiva, ArtMed, LTC etc.), disponíveis para acesso digital empregando o *login* no Portal Univille. A Biblioteca está disponível para estudantes, professores e pessoal administrativo da Universidade.

A Univille também possui assinatura das bases EBSCO, Science Direct e do Portal de Periódicos Capes, nos quais podemos encontrar diversos periódicos da área do curso.

No curso de Educação Especial os docentes utilizam grande parte dos recursos de TICs, nas suas atividades acadêmicas, para melhorar o sistema de aprendizagem e ensino. Um desses recursos utilizados é o Disco Virtual que permite o compartilhamento de arquivos entre docentes e discentes, recados dos professores, fórum de discussões, sistema de avaliação, enquetes, mural, conselho e diários de classe.

3.17 Ambiente Virtual de Aprendizagem

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utilizado pela Univille desde 2002 é denominado Enturma, fornecido pela empresa Grupos Internet. Ele oferece diversas ferramentas que possibilitam a interação entre tutores, discentes e docentes. No que concerne a conteúdo das unidades curriculares, este pode ser inserido no sistema, organizado em forma de aulas mediante um gerenciador de aulas e disponibilizado

sob o conceito de cronograma com datação para atividades, avaliativas ou não. Quanto à acessibilidade metodológica, docentes, tutores e outros responsáveis pela inserção de conteúdo educacional possuem ferramentas como:

- Fórum – permite discussão assíncrona sobre temas pertinentes à unidade curricular;
- Trabalhos / atividades – possibilita a criação de uma atividade com *upload* de arquivos ou não, para a qual o docente pode dar nota e comentar a(s) resposta(s) do discente;
- Avaliações – ferramenta pela qual é ofertada ao discente uma lista de questões, discursivas, múltipla escolha ou escolha simples, que podem ser avaliativas ou não.

Em nível comunicacional o AVA conta com ferramentas como bate-papo, grupo de discussão, *chat* e mural da unidade curricular. Ainda, o instrumento “diário” permite ao docente registrar notas e disponibilizar os resultados aos discentes. Semestralmente ocorrem atualizações no AVA quanto a melhorias no âmbito de interface e procedimentos de maior complexidade. Correções e pequenas melhorias podem ser disponibilizadas à medida que forem necessárias para otimizar o uso do sistema.

3.18 Material didático

Nas unidades curriculares ofertadas com atividades a distância há produção de material didático-pedagógico, que internamente é denominado Roteiro da Unidade Curricular. Este Roteiro é composto pelas atividades e ações das dez semanas de cada unidade curricular. Para o desenvolvimento do roteiro da unidade curricular é disponibilizado para os professores o acesso ao Sagah, que é um banco de unidades de aprendizagem, que serão selecionadas pelo professor conteudista da unidade curricular para a composição de semana a semana. Em todas as situações, é o próprio o professor que desenvolve tais roteiros, sempre com a assessoria da Equipe da Unidade de Educação a Distância da Univille (UnEaD). Tal Unidade conta com equipe

de professores e técnicos com graduação e pós-graduação em cursos que possuem relação com o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação. A equipe conta com profissionais desenvolvendo as seguintes funções:

Função: Coordenador da UNEaD

Atividades: Coordenação dos projetos da UNEaD, desenho de estratégias de ensino, gestão da equipe e análise do mercado.

Função: Coordenador de Ensino da Unidade de Educação a Distância

Atividades: Coordenação geral do ensino na Unidade EaD, alinhada com os planejamentos e políticas institucionais; Participação em reuniões institucionais; realização de reuniões com os coordenadores de curso, docentes, tutores e equipe multidisciplinar; participação em reuniões de colegiado e NDE; participação no processo de seleção de docentes; realização de devolutivas de avaliação de desempenho de tutores e coordenadores; entre outras atividades que envolvem a reestruturação de cursos, planos de ação corresponde ao ensino de graduação e pós-graduação na modalidade EaD. Realização de reuniões de alinhamento entre os atores da modalidade.

Função: Analista de Serviços Educacionais

Atividades: Receber, corrigir e fazer a devolutiva de guias didáticos enviados pelos professores; Orientar professores na elaboração de seus guias didáticos; Corrigir e fazer a devolutiva de atividades desenvolvidas pelos professores da universidade nos cursos de formação docente; Revisar a ortografia de guias didáticos que são postados no AVA; Orientar e dar suporte pedagógico na elaboração de atividades para cursos de formação docente e de tutores; Desenvolvimento de materiais de aprendizagem; Inserção de objetos de aprendizagem no AVA. Organização de planilhas de pagamento dos materiais.

Função: Analista de Serviços de Ensino

Atividades: Gestão dos pagamentos dos professores, emissão de contratos de direitos autorais; acompanhamento e alinhamento dos indicadores e ações nos polos próprios e terceiros; atendimento aos estudantes, polos e tutores, Seleção e contratação de tutores, acompanhamento dos indicadores de Evasão, apoio nas demandas da

secretaria dos polos; apoio na gestão das novas matrículas. Acompanhamento e alinhamento dos indicadores de resultados, de captação, financeiro e Evasão do EAD.

Função: Analista de Serviços Educacionais Júnior

Atividades: Apoio pedagógico na elaboração de projetos; Suporte aos coordenadores de curso, professores e tutores; Atendimento de estudantes e polos; Apoio às equipes UnEaD e CAA, nas atividades relacionadas ao AVA, Avalia e Lyceum; Suporte pedagógico na elaboração de atividades para cursos de formação docente e de tutores.

Função: Designer

Atividades: Criação e edição de imagens; Desenvolvimento de materiais de aprendizagem; Inserção de objetos de aprendizagem no AVA; Análise e testes de usabilidade do AVA.

Função: Assistente de Produção Audiovisual

Atividades: Edição e produção de vídeos (operar câmeras e gravadores de áudio) (Software Adobe Premiere); Pós-produção vídeos (correção de cor, iluminação, inserir efeitos e texto) (Software Adobe After Effects); Direção de entrevistas e depoimentos.

Função: Auxiliar de Serviços Administrativos

Atividades: Publicação de materiais no AVA e Avalia, atualização de datas e conferência de Unidades de Aprendizagem; atendimento telefônico e presencial, cadastro de planos de ensino no sistema de gestão, envio de certificados de cursos livres, atendimento aos alunos, atendimento do e-mail da UNEaD, cadastro dos professores da Pós-graduação no sistema de gestão, reservas de salas, abertura de chamados, solicitação de materiais, Comunicações Internas de pagamentos e pedidos de contratação, contratos, atualização de planilhas, abertura de chamados e outras atividades pertinentes à função.

Função: Assistente Comercial

Atividades: Captação de novos alunos, auxílio no processo de matrículas e atendimento via WhatsApp aos alunos.

Os materiais didático-pedagógicos favorecem o “diálogo didático”, a interação entre discentes, docentes e tutores, servindo para orientar o aprendizado, proporcionando suporte para a compreensão e apreensão dos conteúdos, além de criar espaços voltados à participação e contextualização da construção do conhecimento.

Além disso, os materiais-didáticos guardam significativa preocupação com a acessibilidade. Alguns dos materiais possuem legendas que auxiliam estudantes acometidos por alguma deficiência auditiva. Igualmente, tutores e professores da Instituição, sempre no início de cada ano letivo, recebem da UnEaD e/ou da Coordenação de seus Cursos, uma listagem contendo os nomes e as classificações dos tipos de deficiência que acometem estudantes integrantes das turmas nas quais eles realizarão atividades. Com isso, podem dimensionar as reais necessidades de materiais didáticos especiais, desenvolvidos em sintonia com o perfil dos estudantes de cada turma.

De outra forma, os materiais bibliográficos constituem-se como referenciais fundamentais para o bom andamento do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, os projetos pedagógicos dos cursos da Univille apresentam um referencial bibliográfico básico e complementar de cada unidade curricular. Esse referencial integra os acervos da Biblioteca Universitária (BU), bem como da Biblioteca Virtual da Univille (BVU), e estão disponíveis para consulta e empréstimo pelos estudantes, professores, tutores e pessoal administrativo, de acordo com regulamentações internas.

Além de referencial bibliográfico disponível na BU e BVU, docentes e discentes contam com recursos de TIC para produzir materiais didáticos, tais como textos, vídeos, *podcast*, esquemas explicativos e apresentações, os quais podem ser disponibilizados no AVA ou reproduzidos por meio dos serviços terceirizados de reprografia existentes na Instituição.

A Univille também conta com laboratórios nas diferentes áreas do conhecimento, como previsto nos PPCs. Nesses laboratórios, são disponibilizados recursos tecnológicos e materiais didático-pedagógicos a serem empregados nas atividades de ensino, pesquisa ou extensão, de acordo com o planejamento de curso

elaborado anualmente pelo professor para cada unidade curricular. Tal planejamento e as atividades que nele foram previstas são aprovados pelo coordenador do curso.

3.19 Número de vagas

O Estatuto da Univille conceitua o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) como um processo cíclico, participativo e contínuo de análise dos ambientes interno e externo à Instituição, direcionando, definindo e monitorando o alcance de objetivos e metas, bem como a execução das estratégias, com vistas a aperfeiçoar a interação da Instituição com o ambiente externo, melhorar os seus resultados e propiciar a consecução de sua missão e a construção de sua visão, levando em conta os valores institucionais (Univille, 2019, p. 19; Univille, 2016, capítulo II, art. 13).

O PEI é um dos macroprocessos que constam da Política de Gestão Institucional, conforme o PDI (Univille, 2024). A Política de Gestão também inclui como macroprocessos a gestão integrada de ensino, pesquisa e extensão; a gestão de pessoas; a gestão financeira e de investimentos; a gestão da infraestrutura; e a gestão da comunicação organizacional.

O processo do PEI resulta na elaboração e atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O PDI, conforme artigo 13 do Estatuto da Univille, tem uma vigência quinquenal e anualmente é atualizado com base no PEI.

Entre outros aspectos, o PDI contempla o cronograma de oferta de cursos de graduação, cuja execução é objeto de análise contínua, levando em conta fatores externos, como a demanda da sociedade em relação à formação a ser oferecida, a evolução de matrículas da educação básica, a evolução da concorrência, a legislação e as oportunidades identificadas pela IES, além de aspectos internos, como infraestrutura existente (salas de aula, laboratórios, acervo bibliográfico etc.), investimentos a serem realizados, corpo docente/pessoal administrativo da Universidade e necessidade de contratações.

Nesse contexto, o número de vagas em um curso de graduação, no ato de criação e ao longo de sua evolução, está fundamentado em estudos quantitativos e

qualitativos efetuados pela Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucional para subsidiar processos decisórios no âmbito da Reitoria, da comissão de criação do curso e da coordenação/NDE/colegiado do curso. A decisão quanto ao número de vagas considera as diretrizes da Política de Gestão citadas anteriormente e leva em conta o dimensionamento do corpo docente e a infraestrutura física. Além disso, tais estudos quantitativos e qualitativos são periódicos e incluem pesquisas na comunidade acadêmica relacionadas a infraestrutura e serviços, avaliação do desempenho docente e pesquisa periódica realizada com egressos.

Além disso, a infraestrutura física e tecnológica é analisada semestralmente, quando é realizada a análise do quadro de cursos e vagas para o ingresso no próximo semestre, verificando salas de aula e laboratórios disponíveis.

Faz-se o acompanhamento periódico de evasão e ociosidade, e essa análise é ponderada no momento de decidir sobre a oferta do curso e das vagas.

Na definição do quadro de cursos e vagas para o período letivo seguinte são consideradas as vivências da equipe de atendimento, a qual estabelece contato com candidatos e alunos dos cursos, buscando entender as necessidades do mercado.

Atualmente o curso de Educação Especial oferece 40 vagas anuais, por meio de processos seletivos.

4. GESTÃO DO CURSO E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Este capítulo versa sobre a gestão do curso e os profissionais de educação envolvidos. Primeiramente é caracterizada a gestão do curso, que, de acordo com as regulamentações institucionais, prevê o colegiado, a coordenação e o núcleo docente estruturante.

4.1 Gestão do curso

De acordo com a legislação vigente e as regulamentações institucionais, ao entrar em funcionamento o curso contará com estrutura administrativo-acadêmica composta por:

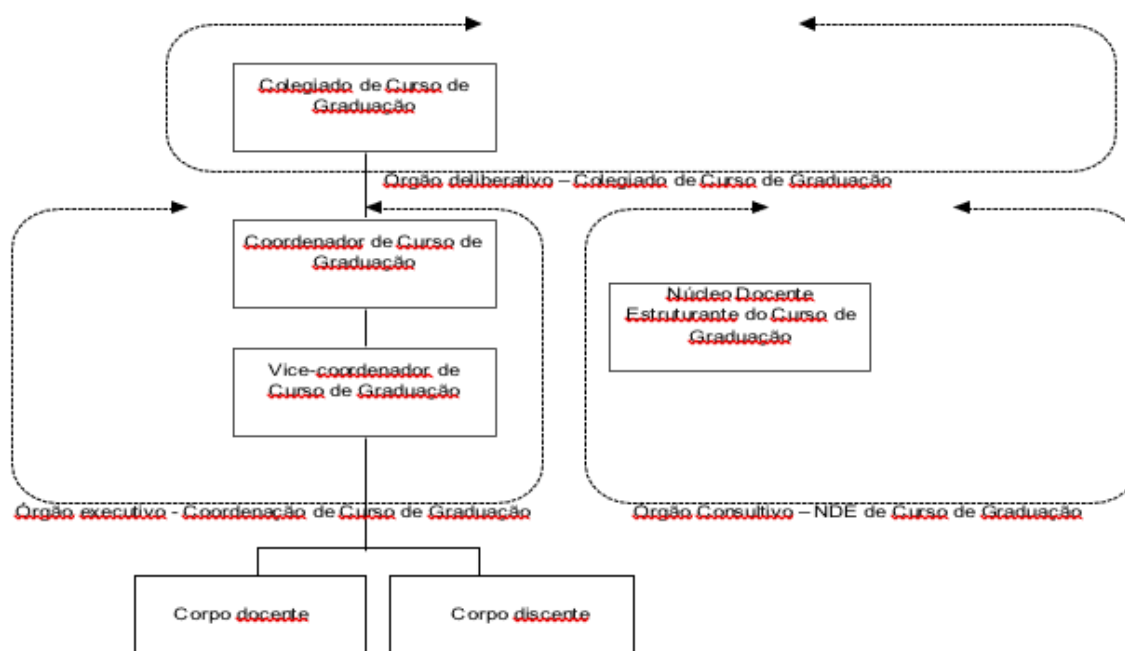
- Colegiado: órgão deliberativo formado por corpo docente, preceptores, se houver, e representação estudantil;
- Coordenação: órgão executivo composto pelo Coordenador, Vice-Coordenador e Coordenador Adjunto, quando houver;
- Núcleo Docente Estruturante (NDE): órgão consultivo composto por docentes que atuam na concepção, no acompanhamento, na consolidação e na avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.

Esses órgãos, bem como o corpo docente e o corpo discente (figura 13), são os atores envolvidos na implementação e no contínuo aperfeiçoamento do curso.

Figura 13 – Estrutura organizacional do curso

Estrutura organizacional de cursos de graduação da Univille

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL



Fonte: PDI 2022-2026 (UNIVILLE, 2024)

4.2 Colegiado do curso

O Colegiado do curso é o órgão deliberativo sobre temas pedagógicos, acadêmico-científicos, didático-pedagógicos e administrativo-financeiros no âmbito do curso, considerando a legislação e as regulamentações institucionais – artigo 19 do Estatuto da Univille (Univille, 2024b) e artigos 30 a 33 do Regimento da Univille (Univille, 2016c). O Colegiado de curso de graduação é constituído por:

- I - Docentes em exercício no curso no período letivo vigente, incluindo os que atuam em unidades curriculares de núcleo comum e núcleo compartilhado;
- II - Docentes responsáveis por unidades curriculares, afastados da unidade curricular conforme regulamentação vigente e que estejam em exercício docente na Univille;
- III - Preceptores em exercício no curso no período letivo vigente;
- IV - Representação estudantil.

O número de membros dos incisos I, II e III corresponde a 70% do Colegiado.

O número de representantes citados no inciso IV corresponde a 30% do Colegiado e será determinado por meio da fórmula $E = (30 \cdot D) / 70$, em que D = número de membros dos incisos I, II e III.

O Colegiado reúne-se com a presença da maioria de seus membros e é presidido pelo coordenador do curso.

As convocações das reuniões do Colegiado são feitas pelo coordenador de curso ou por, no mínimo, 1/3 dos seus membros.

As reuniões ocorrem com a presença, em primeira convocação, da maioria de seus membros e, em segunda, com qualquer número. As deliberações são tomadas pela maioria simples dos votos dos presentes. O encaminhamento das deliberações é feito pelo coordenador do curso. As ações que têm relação com os projetos do Planejamento Estratégico Institucional são registradas em sistema de informação disponível na intranet da Instituição e são acompanhadas pelos supervisores de cada projeto.

O Colegiado tem reuniões ordinárias nos meses de fevereiro, julho e dezembro, porém, conforme a necessidade, poderão ser realizadas reuniões extraordinárias. As reuniões contam com pauta, lista de presença e ata.

O Colegiado também poderá designar comissões de caráter consultivo com vistas a estudar temas pertinentes ao curso de graduação e emitir pareceres que subsidiem as discussões do NDE e as decisões do Colegiado e da coordenação.

4.3 Coordenação do curso

A coordenação do curso de graduação é o órgão executivo que coordena as atividades do curso de graduação. Suas ações incluem planejamento, organização, acompanhamento, controle e avaliação dos projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso. Para tanto, deve considerar a integração com os demais cursos do Comitê de Área e com a Instituição e estar em consonância com a legislação educacional, o PDI, as políticas, os estatutos, os regimentos e as regulamentações institucionais.

Uma das funções da coordenação é acompanhar o progresso do estudante do curso, além de coordenar e supervisionar as atividades dos professores e manter o diálogo com a coordenação da Unidade de Educação à Distância, que é responsável pela equipe multidisciplinar. O desenvolvimento dessas funções baseia-se em indicadores do Programa de Qualificação Docente, do *software* de Gestão da Totvs, da CPA, das matrículas dos processos seletivos, das avaliações externas e internas, inclusive da Avaliação Contínua de Desempenho Docente. A coordenação é exercida por professor com titulação, experiência e regime de trabalho conforme as regulamentações institucionais, a legislação vigente e os adequados níveis de qualidade a serem alcançados pelo curso.

Algumas ações realizadas pela coordenação do curso serão destacadas na sequência.

No início de cada período letivo é definido um plano de ação do NDE, e os itens a serem trabalhados no período são discutidos e acordados pelos docentes do NDE. As ações do plano desdobram-se, em alguns casos, na necessidade de convocar reuniões do Colegiado do curso composto não apenas pelos professores mas também pela representação dos estudantes. Na maioria das reuniões podemos constatar o comparecimento da representação dos estudantes, comprovado pelas listas de presença das reuniões que ficam arquivadas na coordenação.

O coordenador do curso também participa das reuniões do Conselho Universitário da Universidade, nas quais assuntos do âmbito do curso são levados a conhecimento de todos os coordenadores e em alguns casos passam pela aprovação desse conselho. Tais reuniões ocorrem mensalmente e são comprovadas pelas listas de presença e atas arquivadas na Assessoria dos Conselhos da Univille.

Da mesma forma, para tratar de assuntos de interesse do curso ocorrem as reuniões de coordenadores dos cursos (comitês de áreas), em que são discutidos temas relacionados à operacionalização do funcionamento da Universidade e necessidades de cada coordenação. Essas reuniões também são comprovadas por listas de presença.

Outra ação institucionalizada pela Universidade é o Programa de Desenvolvimento Gerencial, em que os coordenadores são convocados para participar de reuniões com vistas a promover a profissionalização da gestão da Universidade. Nessa programação abordam-se temas desde inteligência emocional até reuniões para elaboração do PEI.

Por fim, outra atividade relevante está ligada ao processo de avaliação do desempenho docente. Uma vez concluído o ciclo de avaliação feito pelos discentes por unidade curricular, fica a cargo dos coordenadores analisar o resultado da avaliação e realizar uma reunião de *feedback* com cada professor, apontando pontos positivos e negativos de seu desempenho. O relato dessa reunião e suas conclusões são registrados na ferramenta de registro das devolutivas das reuniões de *feedback*, que fica na intranet da Universidade. A avaliação de desempenho do coordenador de curso é efetuada pela Pró-Reitoria de Ensino. Ainda sobre avaliação, é de responsabilidade do coordenador zelar pelas práticas que permitam a melhoria contínua em cada ciclo avaliativo. Para tanto o plano de ação do NDE define estratégias que envolvem desde a revisão do Projeto Pedagógico do Curso até a elaboração de projetos interdisciplinares para a melhoria da qualidade do ensino. Todas essas ações são discutidas em reuniões do NDE, especificamente com as turmas envolvidas no processo e com o Colegiado.

4.4 Núcleo Docente Estruturante do curso

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo composto pelo coordenador do curso e por docentes que atuam na concepção, no acompanhamento, na consolidação, na avaliação e na atualização periódica do Projeto Pedagógico do Curso, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando o impacto na adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as particularidades do mundo do trabalho. A composição e o funcionamento do NDE ocorrem de acordo com regulamentações institucionais. As reuniões do NDE são convocadas e dirigidas pelo seu presidente, prevendo-se o registro por meio de listas de presença e atas.

O NDE do curso de Educação Especial da Univille é formado por professores atuantes no curso, os quais, por meio desse grupo, buscam garantir a melhoria contínua do processo de ensino e aprendizagem dos discentes, utilizando-se da integração curricular das diferentes unidades curriculares trabalhadas no curso, do incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, da assessoria prestada ao Colegiado nas revisões e melhorias no PPC, do acompanhamento de processos avaliativos, entre outras atividades.

4.5 Equipe Multidisciplinar

A Unidade de Educação a Distância da Univille (UnEaD) conta com uma equipe de trabalho multidisciplinar, integrada por técnicos e profissionais de nível superior, com formações de graduação e pós-graduação nas mais diversas áreas do conhecimento.

Trata-se de uma equipe integrada por aproximadamente quinze empregados (docentes e técnicos), que se encarregam da assessoria pedagógica a discentes, docentes e coordenadores de curso, desde a concepção, produção e disseminação do uso pedagógico de tecnologias digitais na Univille, até a validação dos materiais didáticos digitais utilizados nas aulas a distância da Univille e do fortalecimento de metodologias ativas de ensino-aprendizagem para serem desenvolvidas no transcurso das aulas dos diferentes cursos mantidos pela Instituição.

Um dos pontos a ser destacado é que tal equipe atua segundo um Plano de Trabalho, com duração inicial de cinco anos, o qual, por sua vez, vincula-se Plano de Desenvolvimento Institucional da Univille. O referido Plano encontra-se em andamento, sendo que o primeiro quinquênio foi finalizado em 2021, e em 2022 iniciou o PDI 2022 – 2026. Suas etapas encontram-se organizadas sob o formato de Planos de Ação, com ações, metas e cronograma especificamente pensados para cada uma de suas etapas.

4.6 Corpo docente do curso

Os profissionais da educação superior da Univille são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e por instrumentos coletivos de trabalho. Os docentes admitidos antes de 30/10/2014 são regidos pelo Estatuto do Magistério Superior.

A admissão é feita pela Reitoria, para preenchimento das funções existentes, à vista dos resultados obtidos nos processos de seleção, de acordo com as normativas internas.

De acordo com o Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Educação Superior, o quadro de profissionais da educação superior da Univille é compreendido por integrantes do quadro de carreira e demais contratados.

O quadro de carreira da educação superior é composto por:

- Docentes titulares;
- Docentes adjuntos;
- Preceptores;
- Instrutores/professores de cursos livres

A Instituição também pode efetuar contratações de Docentes Visitantes e Docentes Temporários.

Nas unidades curriculares com carga horária integral ou parcial em EaD os docentes podem desempenhar duas funções de forma cumulativa ou não: Professor Conteudista e Professor Regente.

4.6.1 Professor Conteudista

Professor responsável pela elaboração do roteiro de aprendizagem da unidade curricular. No desenvolvimento desta atividade o Professor é orientado pela Equipe Multidisciplinar da Univille para a seleção e organização dos conteúdos, plano de ensino e aprendizagem, roteiro de aulas, utilização das ferramentas de apoio e ferramentas das aulas.

Atribuições do Professor Conteudista:

- Participar da formação docente promovida pelo CIP (Centro de Inovação Pedagógica);
- Selecionar as Unidades de Aprendizagem (UA) no SAGAH ou elaborar o conteúdo das UAs a serem disponibilizadas para os estudantes;
- Enviar UAs para aprovação da coordenação do curso;

- Elaborar o Planejamento de Ensino e Aprendizagem (PEA) da unidade curricular (CC), conforme modelo disponibilizado pela Coordenação;
- Elaborar o Roteiro de Aulas com as atividades das semanas da unidade curricular, conforme modelo disponibilizado pela Coordenação;
- Elaborar 60 questões objetivas para o banco de questões da unidade curricular que serão usadas para compor as avaliações *online* e presenciais, incluindo 2ª chamadas e exame, conforme modelo disponibilizado pela Coordenação;
- Elaborar as atividades *online* (fóruns, enquetes, questionários, trabalhos/estudos de caso) obrigatórias previstas no Cronograma de Atividades;
- Elaborar/selecionar materiais didáticos obrigatórios (slides narrados, textos, vídeos, podcasts, capítulos de livros de Minha Biblioteca, artigos científicos em bases de dados) para atender a ementa, caso não tenha UAs;
- Entregar os materiais no roteiro enviado pela coordenação e dentro do prazo previsto em edital ou informado pela Coordenação do curso.

4.6.2 Professor Regente

O Professor Regente é responsável pela condução das aulas ao vivo (síncronas) e do acompanhamento do desempenho dos alunos, tirando dúvidas ao vivo nos webinars ou via plataforma. Este professor pode ser o professor autor do material ministrado ou, se julgar necessário, complementar o material das aulas que irá ministrar.

O Professor Regente é responsável por sanar as dúvidas dos estudantes. Na Univille ele conta com o auxílio dos profissionais que apoiam o estudo dos alunos e que fazem o monitoramento da evasão, apoio tecnológico e fazem orientações de como se organizar nos estudos. Este auxiliar do professor regente, internamente a Univille chama de Tutor Presencial e está vinculado a cada polo. As atribuições do Professor Regente, conforme o modelo Univille, estão detalhadas a seguir:

- Participar da formação docente promovida pelo CIP (Centro de Inovação Pedagógica);
- Revisar o Planejamento de Ensino e Aprendizagem (PEA);
- Revisar e ajustar, se necessário, o banco de questões do componente curricular (CC);

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

- Revisar as atividades *online* (fóruns, enquetes, questionários, trabalhos/estudos de caso e outros) obrigatórias previstas no Cronograma de Atividades;
- Apropriar-se das unidades de aprendizagem (UAs) SAGAH que serão disponibilizadas para os estudantes;
- Realizar o Planejamento de Ensino e Aprendizagem (PEA) em conjunto com os outros professores do ciclo, quando for o caso;
- Definir o Cronograma de Atividades específico da turma considerando o Cronograma de Atividades geral juntamente com os outros professores do ciclo, quando for o caso;
- Elaborar os roteiros de aulas práticas e avaliações práticas;
- Apropriar-se dos materiais didáticos obrigatórios (slides narrados, textos, vídeos, podcasts, capítulos de livros de Minha Biblioteca, artigos científicos e outros) previstos no Cronograma de Atividades;
- Corrigir as atividades desenvolvidas pelos estudantes, cumprindo os prazos estabelecidos, e fornecer feedback;
- Elaborar questões da unidade curricular com base no conteúdo produzido;
- Desenvolver o webinar previsto no Cronograma de Atividades, com duração de 30 a 60 minutos;
- Encaminhar semanalmente mensagens de incentivo e feedback aos estudantes;
- Responder as questões de conteúdo dos estudantes dentro dos prazos estipulados na UNEaD (até 48 horas úteis para mensagens enviadas de segunda a sexta);
- Realizar contato com os laboratoristas para planejar o desenvolvimento das atividades práticas e aulas em laboratório;
- Reunir-se sempre que necessário com o Coordenador de Curso para avaliar o andamento da unidade curricular e desenvolver ações de melhoria decorrentes de deliberações;
- Realizar a análise de recursos das questões de prova, conforme cronograma da unidade curricular.
- Lançar as notas obtidas pelos estudantes no fórum e em outras atividades avaliativas que não tenham lançamento automático, cumprindo os prazos estabelecidos;

- Responder ao questionário de avaliação da unidade curricular (UC);
- Participar da reunião final de avaliação da unidade curricular (UC) com o Coordenador de Curso;
- Participar das reuniões de colegiado, quando convocado pela coordenação;
- Realizar contato com o coordenador ou UNEaD sempre que tiver dúvidas.

4.7 Tutores

Tutor presencial é o profissional que orienta os alunos quanto ao acesso ao curso, dúvidas e dificuldades de processos de TI e operação. Realiza o controle de evasão, cancelamento e entregas dos alunos. Este cargo de tutor dos polos na Univille, não corresponde ao perfil de tutor predominante no cenário nacional. Quem faz o papel de tutor nacional na Univille é o Professor Ministrante.

Os tutores deverão participar de formação básica em EaD de 40 horas antes de iniciarem sua atuação, bem como da formação continuada promovida anualmente pelo Programa de Profissionalização Docente da Univille.

A tutoria é desenvolvida no formato presencial, realizada nos polos de Educação a Distância, em horários pré-estabelecidos em que os estudantes são auxiliados em questões técnicas de aprendizado.

São atribuições do tutor presencial:

- Monitorar os acessos ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) feitos pelos estudantes;
- Monitorar e acompanhar a ativação e engajamento dos estudantes, dentro do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- Realizar a abertura, acompanhamento e fechamento de tickets de atendimento;
- Monitorar a realização das atividades obrigatórias pelos estudantes considerando os prazos previstos no cronograma;
- Monitorar a realização das avaliações realizadas pelos estudantes considerando os prazos previstos no cronograma;

- Manter contato com os estudantes ao longo das semanas para incentivar a realização das atividades avaliativas e avaliações considerando os prazos previstos no cronograma;
- Monitorar o desempenho dos estudantes verificando os acessos que fazem ao ambiente, a realização das atividades e os resultados que eles obtêm nas avaliações para identificar indícios de dificuldades dos alunos;
- Realizar contato com os estudantes que apresentam dificuldades para saber se ele está superando as dificuldades;
- Manter contato com os estudantes que não realizaram a avaliação para que realizem a segunda chamada;
- Encaminhar e monitorar a solicitação de solução de problemas na infraestrutura do polo junto a Coordenação do polo e UNEaD;
- Responder as questões técnicas (e não de conteúdo) dos estudantes dentro dos prazos estipulados na UNEaD (até 48h úteis);
- Reunir-se semanalmente com a UNEaD e com os demais tutores para avaliar o desenvolvimento e o desempenho dos estudantes;
- Organizar a logística para a realização da avaliação presencial;
- Responder ao questionário de avaliação da unidade curricular;

Este capítulo discorreu sobre o corpo docente e tutorial do curso. Inicialmente foi caracterizada a gestão do curso, que, conforme as regulamentações institucionais, prevê o Colegiado, a coordenação e o Núcleo Docente Estruturante a serem implantados quando do início de funcionamento do curso após a sua autorização.

5 INFRAESTRUTURA

A Univille mantém a infraestrutura física necessária ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão no *Campus Joinville*, *Campus São Bento do Sul*, Unidade São Francisco do Sul e Unidade Centro. Além disso, por meio de convênios e contratos, a Instituição mantém parcerias com instituições públicas, privadas e não governamentais com vistas ao desenvolvimento das atividades acadêmicas em hospitais, postos de saúde e espaços de atendimento psicossocial.

O quadro 4 sintetiza os dados sobre os espaços físicos da Universidade.

Quadro 4 – Infraestrutura física da Furj/Univille

Local	Área do terreno (m²)	Área construída (m²)
Campus Joinville		
Rua Paulo Malschitzki, 10 – Zona Industrial Norte – CEP 89219-710 – Joinville – SC	158.639,85	52.243,34
Terreno 1, ao lado do rio	7.747,00	
Terreno 2, ao lado do rio	2.780,00	
Terreno dos ônibus	1.005,28	
Terreno Jativoca – Joinville Rua A – Loteamento Bubi – Bairro Jativoca – Joinville	66.769,00	
Unidade Centro		
Rua Rio do Sul, 439 – Centro – CEP 89202-207 – Joinville – SC	2.390,60	2.113,91
Área locada	1.866,59	1.470,17
Campus São Bento do Sul		
Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230 – Bairro Colonial – CEP 89288-385 – São Bento do Sul – SC	22.933,42	8.798,82
Cepa Rugendas Bairro Rio Natal – São Bento do Sul	27.892,25	388,08

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Local	Área do terreno (m²)	Área construída (m²)
Campus Joinville		
Unidade São Francisco do Sul		
Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba– CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC	50.008,76	3.527,34
Unidade São Francisco do Sul Acoradouro para barcos	71.382,60	110,00
Cepa Vila da Glória - Terreno 1 Estrada Geral, s/n.º – Vila da Glória – São Francisco do Sul – SC	5.600,00	285,62
Cepa Vila da Glória - Terreno 2	22.120,00	
Terreno Bucarein Rua Plácido Olímpio de Oliveira, esquina com a Rua Urussanga – Joinville – SC	12.513,72	2.010,20
Terreno Itinga A	240	
Terreno Itinga B	240	
Campus Joinville		
Terreno A – Complexo/Inovaparq	142.990,45	9.025,32
Terreno B – Complexo/Inovaparq	21.672,51	
Terreno C – Complexo/Inovaparq	11.883,13	
Total	678.239,49	79.972,80

Fonte: PDI 2022-2026 (Univille, 2022)

5.1 Campus Joinville

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

O *Campus* Joinville é a sede da Universidade e o local onde se concentram as atividades administrativas e acadêmicas da maior parte dos cursos da Instituição. Os espaços físicos do *Campus* Joinville são caracterizados a seguir.

a) Salas de aula: o *Campus* Joinville dispõe de 150 salas de aula climatizadas e equipadas com mesinhas, cadeiras estofadas, projetor multimídia (*data show*), telão e acesso à internet. O quadro 5 apresenta o número de salas de aula por dimensão. A área total destinada ao uso de salas de aula é de aproximadamente 10.000 m².

Quadro 5 – Salas de aula do *Campus* Joinville.

Dimensão	Número de salas de aula
Entre 30 e 49 m ²	25
Entre 50 e 59 m ²	30
Entre 60 e 69 m ²	41
Entre 70 e 79 m ²	33
Entre 80 e 89 m ²	5
Entre 90 e 101 m ²	12
Entre 102 e 103 m ²	4
Total	150

Fonte: Primária (2025)

b) Salas de Metodologias Ativas: os professores contam com cinco laboratórios (Bloco A sala 115 e sala 116, Bloco A sala 312, Bloco C sala 103, Bloco E2 sala 214 e Bloco I Sala 403) de 68 m² a 93 m², com computador, projetores e mobiliário que possibilita diferentes formações de leiaute;

c) Coordenações de cursos: os cursos estão organizados em Comitês de Áreas, conforme Resolução 06/17 do Conselho Universitário. Atualmente há 4 comitês de áreas, sendo que em termos de espaço físico, estes comitês estão instalados no Campus Joinville, em áreas que agrupam a maioria das coordenações de cursos de graduação. A área destinada às coordenações de curso variam de 87 m² a 282 m², totalizando cerca de 1.021,49 m².

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

d) Coordenações de programas de pós-graduação stricto sensu: os gabinetes dos coordenadores dos programas de pós-graduação stricto sensu e a secretaria estão instalados no Campus Joinville em uma área de 80,49 m². A área destinada as coordenações variam de 7,58 m² a 7,89 m² e a área destinada a secretaria corresponde a 43,47 m².

e) Unidade de Educação a distância: O espaço físico da UnEad com 173,5 m² está instalado no campus Joinville onde ficam as coordenações dos cursos de graduação EaD com área de (12,12) m² e também fica a equipe multidisciplinar que atende tanto os cursos EaD e Semipresenciais quanto as unidades curriculares ofertadas de forma integral ou parcialmente a distância, dos cursos presenciais. O estúdio, para gravações das aulas possui (96) m² com equipamentos para gravação para atender as necessidades das aulas.

f) Colégio Univille Joinville: o colégio Univille contempla 41 salas de aula, sala dos professores (71,30) m², orientação pedagógica (11,15) m², coordenação (51,11) m² e direção (11,43) m²;

g) Polo EaD Campus Joinville: a área utilizada está integrada com a Unidade de Educação a Distância, onde contempla a secretaria, coordenação e área para atendimento dos estudantes (tutoria). Além dos espaços compartilhados com biblioteca, salas de Informática e salas de aula

h) Áreas de uso comum: o *Campus* Joinville conta com áreas de uso comum, conforme quadro 6.

Quadro 6 – Áreas de uso comum no Campus Joinville.

Descrição	Área (m ²)
Biblioteca Universitária	4.314,16
Bloco Administrativo	1.489,37
Auditório Bloco Administrativo	376,13
Anfiteatro Bloco C	117,60
Anfiteatro Bloco A	96,59
Anfiteatro Bloco F (Colégio Univille)	141,50
Centro de Cópias Bloco B	95,91
Coordenação do Ensino Médio do Colégio Univille	39,21

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Descrição	Área (m²)
Diretório Central dos Estudantes Bloco D	70,92
Lanchonete Bloco D	70,03
Lanchonete Bloco E	33,40
Área de exposição cultural Bloco A	136,92
Área de exposição cultural Biblioteca Universitária	113,22
Estacionamento de bicicletas	144,00
Estacionamento de motos	751,62
Centro de Esportes, Cultura e Lazer	2.687,00
Ginásio-Escola	1.996,10
Quadra polivalente descoberta	836,00
Quadra polivalente coberta	859,00
Circulação interna, vias e jardins	52.094,40
Restaurante Universitário	700,35
Quiosque – Centro de Convivência dos Funcionários	268,65
Almoxarifado central	371,87
Complexo esportivo (pista de atletismo e áreas de apoio)	18,795,66

Fonte: Primária (2025)

5.2 Unidade Centro – Joinville

A Unidade Centro abrange os espaços para o desenvolvimento das atividades acadêmicas dos cursos da Univille no centro de Joinville. Essas instalações incluem espaços destinados às aulas teóricas e práticas e também ambulatorios utilizados pelo curso de Medicina, laboratório de informática, laboratórios de Simulação e a Farmácia-Escola. A seguir são caracterizadas as instalações da unidade.

a) Salas de aula: a Unidade Centro conta com sete salas de aula de 67 m² a 82 m² e duas salas de aula de 50 m² climatizadas e equipadas com mesinhas, cadeiras estofadas, multimídia (*data show*), telão, vídeo e internet.

b) Coordenações: as coordenações de curso contam com áreas de 18 m² a 47 m².

c) Polo EaD Joinville Unidade Centro: a área utilizada corresponde a 53,01 m², contempla sala para estudos, sala de coordenação, secretaria e sala de tutoria. Além dos espaços compartilhados com biblioteca, salas de Informática e salas de aula;

d) Sala de Aprendizagem de Metodologias Ativas: A Unidade Centro da Univille conta com uma sala de metodologia ativa com (96)m². Na sala, além do computador, há projetores e mobiliário que possibilitam diferentes formações de leiaute;

e) Áreas de uso comum: a Unidade Centro possui áreas de uso comum conforme Quadro 7.

Quadro 7 – Áreas de uso comum na Unidade Centro – Joinville.

Descrição	Área (m²)
Biblioteca	76,05
Lanchonete	13,11
Ambulatórios	592,06
Farmácia-Escola	235,76
Central de Cópias	10,00

Fonte: Primária (2021)

5.3 Salas/gabinetes de trabalho para professores de tempo integral

Na Univille há professores em tempo integral que atuam no *stricto sensu*, e nesse caso eles têm à disposição espaços de trabalho específicos em salas que ficam no bloco D (sala 122) e no bloco A (sala 307) da Instituição, com a seguinte estrutura:

- Sala 307, Bloco A – 86 m², dispendo de salas individualizadas e computadores com acesso à internet e outros equipamentos;
- Sala 122, Bloco D – 72,8 m², dispendo de salas individualizadas e computadores com acesso à internet e outros equipamentos.

Já os professores em tempo integral que atuam na gestão contam com mesas de trabalho nas áreas administrativas em que atuam.

Os professores de tempo integral que atuam em extensão têm mesas de trabalho nas áreas relativas aos projetos e programas de extensão.

Os professores que não são de tempo integral contam com salas de professores e salas de atendimento nas 4 áreas que agregam os cursos da Univille. No caso do curso de Educação Especial, esse espaço encontra-se no bloco A (sala A215), climatizada, que com terminais de computadores com acesso à internet e impressora; mesas e cabines para que os professores possam desenvolver suas atividades; mesas para pequenas reuniões nos intervalos entre aulas; um escaninho aberto e um com gavetas; estantes nas quais são disponibilizados jornais, revistas, informativos diversos e outros materiais gráficos.

Todos esses espaços, que possuem recursos de tecnologia de informação e comunicação apropriados, foram projetados para atender às necessidades institucionais. Em cada uma dessas salas há um local que o professor pode utilizar para fazer atendimento dos estudantes e há também escaninho ou outros espaços para que o professor possa guardar materiais e equipamentos pessoais com segurança.

5.4 Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos

A coordenação conta com estação de trabalho composta por mesa, cadeira, armário, computador conectado à internet e à rede de computadores da Instituição para acesso aos sistemas acadêmicos, bem como impressora/copiadora e linha telefônica. Essa estação de trabalho encontra-se na sala de coordenadores da área de Ciências Humanas e Biológicas que fica no segundo piso do bloco A, sala A215.

A coordenação dispõe de uma área de serviços administrativos e atendimento a professores, estudantes e público externo que conta com sala de arquivos, balcão de atendimento e estações de trabalho para os empregados. Cada estação de trabalho é composta por mesa, cadeira, microcomputador com acesso à internet e à rede de computadores da Instituição por meio da qual há acesso aos sistemas acadêmicos, linha telefônica e multifuncional (impressora, copiadora e digitalizadora). O ambiente situa-se no bloco A (sala 215), que dispõe de uma área total de 230 m² e é contíguo às salas de atendimento, salas de professores e sala de coordenadores de cursos.

Todo esse espaço, projetado para atender às necessidades institucionais, possui recursos de tecnologia de informação e comunicação e outros equipamentos

adequados. Na coordenação há ambientes para realizar atendimento em grupo ou individual dos estudantes, com privacidade.

5.5 Espaço para os professores do curso (sala dos professores)

A sala dos professores para o curso dispõe de terminais de computadores com acesso à internet e impressora, mesas e cabines para que os professores possam desenvolver suas atividades. Há também uma mesa para pequenas confraternizações e reuniões nos intervalos entre aulas. A sala contém purificador de água e estantes nas quais são disponibilizados jornais, revistas, informativos diversos e outros materiais gráficos.

A sala dos professores do curso fica no Bloco A, sala 215, é climatizada, conta com escaninhos, cabines que são usadas para atendimento individual ou em grupo e mesas com cadeiras. Nesse mesmo espaço há sala de reuniões climatizada com mesa para 8 lugares e acesso à internet e à rede da IES.

A sala possui recursos de tecnologia de informação e comunicação apropriados, permite o descanso e confraternizações, além de dispor de apoio técnico-administrativo próprio e espaço para guardar equipamentos e materiais.

5.6 Salas de aula

5.5.1 Campus Joinville

Cada semestre do curso de Educação Especial conta com salas de aula disponíveis para as unidades curriculares teóricas e laboratórios equipados para o uso exclusivo nas unidades curriculares que preveem aulas práticas. Todas as salas de aula são equipadas com mesinhas, cadeiras estofadas, sistema de ar condicionado, computador e projetor multimídia, além de quadro para giz ou caneta. As salas, bem como todo o *campus*, possuem acesso à internet via rede sem fio.

Todas as salas de aula são climatizadas, equipadas com mesinhas, cadeiras estofadas, multimídia (*data show*), telão, vídeo e acesso à internet.

As dimensões das salas contemplam o acolhimento do número de estudantes do curso, atendendo às necessidades institucionais, com manutenção e limpeza periódica, conforto e com recursos de tecnologia da informação e comunicação adequadas às atividades a serem desenvolvidas.

Além da manutenção periódica, há um dispositivo físico na sala de aula para que os estudantes registrem sugestões de melhoria ou necessidades específicas de manutenção em termos de infraestrutura ou tecnologia da informação.

Considerando a importância do protagonismo discente, a Universidade vem investindo de forma sistemática no incentivo de atividades que otimizem uma aprendizagem mais autônoma. Para tanto, tem centrado esforços no que se refere à capacitação de professores para a aplicação de novas metodologias em suas aulas, havendo flexibilidade relacionada às configurações espaciais.

Nessa direção, as Metodologias Ativas de Aprendizagem oferecem aos professores novas possibilidades de inovação pedagógica. Percebendo a importância do uso dessas metodologias, estão à disposição dos professores cinco laboratórios (Bloco A salas 115 e 116, Bloco B sala 105, Bloco E2 sala 214 e Bloco I Sala 403) que apresentam um *layout* favorável a novas formas de ensinar e aprender.

Além disso a Instituição tem diversos espaços alternativos para o desenvolvimento de atividades, tais como:

a) Trilhas: Programa de Educação e Interpretação Ambiental nos Centros de Estudos Ambientais da Univille. Esse espaço pode ser utilizado por todos os cursos da Instituição;

b) Fora do *campus*, os professores podem marcar aulas de campo:

- 1) no Cepa Rugendas, situado no Bairro Rio Natal – São Bento do Sul;
- 2) no Cepa Vila da Glória, Estrada Geral, s/n.º – Vila da Glória – São Francisco do Sul;
- 3) na Unidade São Francisco do Sul, Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba – São Francisco do Sul. Nesse espaço há um programa ambiental em parceria com outra instituição que trata da Baía da Babitonga.

Em 2025, o curso utiliza as salas de aula A-301 para as unidades curriculares específicas do curso e a sala F-208 para as unidades curriculares do Núcleo Pedagógico Integrador. Para as aulas práticas são utilizados os laboratórios da Instituição.

5.7 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

O *Campus* Joinville dispõe dos seguintes laboratórios de informática de uso geral:

- Laboratório de Informática C-114 Bloco C Sala 114, com 41 computadores – 81 m²;
- Laboratório de Informática C-115 Bloco C Sala 115, com 41 computadores – 81 m²;
- Laboratório de Informática C-116 Bloco C Sala 116, com 41 computadores – 81 m².

Todos os laboratórios têm os seguintes *softwares*: Scilab 5.5.2; Microsoft Office Professional Plus 2016; Dev C++ 5.11; WinNC; Audacity 2.1.1; InVesalius 3; Ansys 17.0; Mesquite; Arena 15.

Para os professores e estudantes utilizarem esses laboratórios, quando da operacionalização de cada unidade curricular, os professores devem fazer reserva por meio da intranet, abrindo um *e-ticket*.

Fora do ambiente de aula, os estudantes também podem reservar os laboratórios por meio da coordenação de curso ou utilizar os computadores disponibilizados na Biblioteca Central, no *Campus* Joinville, que totalizam 46 computadores, sendo dois deles com acessibilidade física para deficientes visuais e pessoas com mobilidade reduzida.

Todas as máquinas citadas possuem o pacote Office, Adobe Reader e navegadores (Chrome, Mozilla e Internet Explorer) instalados.

Além desses computadores, na biblioteca há mais 27 máquinas usadas apenas para consulta ao Sistema Pergamum.

Todos os laboratórios têm acesso à internet por cabo, e também há acesso à internet por *wi-fi* no *campus*. A Central de Relacionamento com o Estudante (CRE)

possui computadores com *softwares* específicos para atendimento aos alunos com deficiência visual e uma impressora em braile.

A Univille dispõe do setor de Tecnologia da Informação (TI), e duas das atividades realizadas podem ser caracterizadas pelos seguintes grupos de processos: suporte aos usuários e rotina de manutenção.

Em relação ao suporte aos usuários, o atendimento é feito pela equipe de triagem e pode ocorrer de 3 formas distintas: presencial, por telefone ou pelo sistema *top desk*. Uma vez solicitado o atendimento, a equipe de triagem busca inicialmente resolver o caso e concluir o atendimento. Quando o que foi solicitado não está no escopo de resolução da triagem, a demanda é repassada para um membro da equipe da TI por meio do sistema *top desk*, que terá o compromisso de resolver o que foi solicitado.

Para a rotina de manutenção, o planejamento e a execução são feitos pela equipe de técnicos e auxiliares, que determinam e organizam o cronograma para as manutenções preventivas e preditivas. Já no caso de corretiva, o atendimento é feito mediante as solicitações cadastradas no sistema *top desk* ou também por chamado feito por telefone e/ou pessoalmente. Cabe aqui chamar a atenção para as manutenções corretivas urgentes, em que há equipamentos de *backup* para suprir a necessidade de troca rápida.

A TI na Univille está em constante desenvolvimento e atualização para acompanhar as tendências do mercado. Nesse sentido, questões como *cloud*, ambientes compartilhados, segurança da informação, mobilidade, atualização dos sistemas, disponibilidade, desempenho, tolerância a falhas e comunicação fazem parte do planejamento contínuo, com necessidade de previsão orçamentária. O *wireless* está instalado em todos os *campi* e unidades nas modalidades *indoor* e *outdoor* definidas pelas células de acesso. Atualmente são 280 antenas instaladas nos *campi* e unidades que atendem no seu período de maior consumo (noturno), com cerca de 3.500 conexões simultâneas. A Univille conta com dois acessos para internet que operam no modelo de redundância, visando aumentar a disponibilidade mesmo com a queda de sinal ou congestionamento de banda. Atualmente é fornecido aos estudantes, profissionais da educação, pessoal administrativo e outras áreas da universidade um *link* particular de 100Mbps. O outro *link* de 200Mbps é fornecido pela Fapesc. Entre 2017/2018 foi realizado *upgrade* do *link* de internet para 1Gbps até PTT (ponto de tráfego) de

Florianópolis, anunciando assim nosso ASN (Número de Sistema Autônomo). Busca-se prover e manter a infraestrutura de rede necessária, cabeada ou sem fios, em todos os *campi* e unidades da Univille, para garantir o acesso aos servidores internos e à internet, com segurança e desempenho adequado. Todos os alunos da Univille têm uma conta de usuário no domínio da Instituição. Essa conta permite ao usuário autenticar-se nos microcomputadores dos laboratórios, assim como obter acesso ao sistema acadêmico *on-line* e à plataforma Microsoft Office 365, em que o aluno também tem direito a um *e-mail* institucional, além do acesso a diversos *softwares*. Foi estabelecido um contrato com o *datacenter* da Sercompe, localizada em Joinville, próximo à Univille, o que viabilizou a conexão através de um *link* de 1Gb. Além da Sercompe, a Univille tem contrato de 5 *hosts* no ambiente Azure da Microsoft. Com isso, há disponibilidade destas tecnologias e serviços: *cloud server*, conectividade internet, *cloud backup*, *service desk*, monitoramento e desempenho da rede, *firewall* dedicado, suporte, *storage* e *colocation*.

No que diz respeito aos investimentos, anualmente ocorre um levantamento de necessidades, realizado de forma descentralizada por todos os setores das mantidas da Furj. Tais necessidades são analisadas e a sua implementação considera a dotação orçamentária, as prioridades institucionais (PDI, PEI) e o cumprimento de requisitos legais.

A atualização de um *software* pode ser identificada quando o desenvolvedor disponibilizar uma nova versão ou fizer correções, para atender a uma nova legislação, ou então, outra necessidade requerida. A atualização deve ser executada pela TI ou pelo fornecedor sob a supervisão da equipe de Tecnologia da Informação, conforme planejamento prévio e considerando ambientes para homologações, testes de desempenho, aderência aos requisitos contratados e outras formas de certificação para liberação em produção.

A Univille dispõe atualmente de infraestrutura de TI com ativos de rede, servidores, computadores, projetores e antenas *wi-fi* que demandam atualização e manutenção. Para manter essa infraestrutura em funcionamento, a TI conta com uma equipe de manutenção preventiva, corretiva e preditiva nos *campi* e unidades.

A atualização de *hardware* deve considerar as modalidades de compra ou locação que se distinguem na forma de atuação. Para os equipamentos comprados, é preciso levar em conta o período de garantia, a depreciação e as condições de uso. Já

para os equipamentos locados, o período de atualização é definido em contrato. Nesse processo de atualização, deve-se verificar o seguinte: idade do equipamento; capacidade de processamento para demanda atual; capacidade de processamento para demanda futura; estabilidade do equipamento; qualidade de uso; frequência de reparos; aderência aos requisitos de *software*.

Com base no diagnóstico que tem de ser feito anualmente, a TI deve elaborar o plano de atualização com o cronograma financeiro e de substituição.

A manutenção do *hardware* instalado na Univille precisa ser orientada segundo a classificação por tipo: corretiva, preditiva e preventiva. Diante disso, é importante distinguir as diferenças entres tais tipos, já que a forma de uso dos equipamentos é variada e se diferencia pela sua função:

- **Manutenção corretiva** – na ocorrência de falhas, o usuário deve registrar no sistema *top desk* uma solicitação de reparo descrevendo o problema. Após esse registro, a equipe de triagem é acionada e o chamado é direcionado à equipe responsável, que tem de providenciar o reparo ou a troca do equipamento;
- **Manutenção preditiva** – esse tipo de manutenção deve ser feito nos equipamentos que permitem a avaliação de funcionamento diante dos parâmetros indicados pelo fornecedor e pela especificação técnica. Sendo assim, é possível listar os equipamentos de fornecimento auxiliar de energia, como geradores, *no-break*, climatização, *switch*, servidores e outros indicados no plano de manutenção;
- **Manutenção preventiva** – esse procedimento deve ser realizado em períodos em que há disponibilidade de acesso para intervenção nos equipamentos, como por exemplo em épocas de recesso, férias ou entre turnos.

5.8 Biblioteca – Sistema de Bibliotecas da Univille (Sibiville)

A Biblioteca Universitária funciona como órgão suplementar da Univille, tendo aos seus cuidados o processamento técnico, bem como os serviços de seleção e aquisição de material bibliográfico do Sistema de Bibliotecas da Univille (Sibiville). Constituem o

Sibiville, além da Biblioteca Central, as seguintes bibliotecas setoriais: Biblioteca do *Campus* São Bento do Sul; Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, do Colégio Univille – Joinville; Biblioteca da Unidade São Francisco do Sul; Biblioteca da Unidade Centro – Joinville; Biblioteca do Centro de Estudos do Hospital Municipal São José – Joinville; Biblioteca do Centro de Estudos Dr. Donaldo Diner, no Hospital Materno Infantil Dr. Jeser Amarante Faria – Joinville.

O Sibiville integra e disponibiliza seus serviços mediante o Sistema Pergamum com agilidade e segurança aos seus usuários. Por meio desse sistema, a comunidade acadêmica tem acesso a todas as informações bibliográficas disponíveis no Sibiville, podendo realizar suas pesquisas no âmbito das bibliotecas e com acesso *on-line* pelo *site* <http://www.univille.br/biblioteca>. O sistema permite aos usuários renovação, reservas, solicitação de empréstimo entre bibliotecas do Sibiville, verificação de materiais pendentes e débitos. Envia *e-mail* de avisos de renovação, débitos e reservas automaticamente.

O Sibiville tem como objetivos adquirir, disponibilizar e difundir recursos de informação, impressos e eletrônicos, de qualidade, a professores, alunos, funcionários e comunidade em geral, contribuindo para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

5.8.1 Espaço físico, horário e pessoal administrativo

A Biblioteca Universitária funciona como órgão suplementar da Univille, tendo aos seus cuidados o processamento técnico e os serviços de seleção e aquisição de material bibliográfico do Sistema de Bibliotecas da Univille (Sibiville). Constituem o Sibiville, em novembro de 2021, além da Biblioteca Central (no Campus Joinville), as seguintes bibliotecas setoriais:

- Biblioteca do Campus São Bento do Sul;
- Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, do Colégio Univille – Joinville;
- Biblioteca da Unidade São Francisco do Sul;
- Biblioteca da Unidade Centro – Joinville;

- Biblioteca do Centro de Estudos do Hospital Municipal São José (HMSJ) – Joinville;
- Biblioteca do Polo Jaraguá do Sul.

O Sibiville integra o Sistema Pergamum e disponibiliza seus serviços por intermédio dele, com agilidade e segurança aos seus usuários. Por meio desse sistema, a comunidade acadêmica tem acesso a todas as informações bibliográficas disponíveis no Sibiville, podendo realizar suas pesquisas no âmbito das bibliotecas e com acesso online pelo site www.univille.br. O sistema permite aos usuários renovação, reservas, verificação de materiais pendentes e débitos. Envia e-mail de avisos de renovação, débitos e reservas automaticamente. O Sibiville tem como objetivos adquirir, disponibilizar e difundir recursos de informação, impressos e eletrônicos de qualidade a professores, alunos, funcionários e comunidade em geral, contribuindo para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Além do Sibiville, a Univille possui o acervo das bibliotecas digitais Minha Biblioteca, disponibilizada a todos os estudantes regularmente matriculados, e a Biblioteca A, para os estudantes do ensino a distância.

5.8.2 Espaço físico e horário

O espaço físico das bibliotecas setoriais possui equipamentos informatizados para consulta e salas de estudo e ambiente para pesquisa. A Biblioteca Central, que dá suporte às bibliotecas setoriais, conta com:

- uma sala polivalente;
 - um auditório;
 - um salão para exposição;
 - quatro cabines para estudo individual;
 - 14 cabines para estudo em grupo;
- ambiente com mesas para pesquisa/estudo;
- 30 computadores com acesso à internet para pesquisa/estudo;

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

- 13 computadores para consulta ao acervo;
- uma sala do Memorial da Univille;
- uma sala da Gestão Documental da Univille;
- uma sala do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler);
- uma sala do Programa Institucional de Literatura Infantil e Juvenil (Prolij);
- um espaço do UniCo – Univille Coworking;
- uma cafeteria;
- uma sala de atendimento psicológico, vinculado à área de Gestão de Pessoas.

O horário de funcionamento das bibliotecas setoriais da Univille é apresentado no quadro 8.

Quadro 8 – Horário de funcionamento das bibliotecas da Univille

Biblioteca	Horário
Campus Joinville	De segunda a sexta-feira, das 8h às 22h, e sábados, das 8h às 11h30
Campus São Bento do Sul	De segunda a sexta-feira, das 7h15 às 12h e das 13h às 22h, e sábados, das 7h15 às 12h15
São Francisco do Sul	De segunda a sexta-feira, das 8h às 12h30 e das 13h30 às 21h
Unidade Centro – Joinville	De segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 20h
Biblioteca Infantojuvenil Colégio Univille	De segunda a sexta-feira, das 7h45 às 12h e das 13h às 16h45
Biblioteca Centro de Estudos do HMSJ	De segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h às 18h
Biblioteca Polo Jaraguá do Sul	De segunda a sexta-feira, das 13h às 19h

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Fonte: PDI 2022-2026 (Univille, 2025)

5.8.3 Acervo

O acervo do Sibiville é composto por livros e periódicos nas quantidades apresentadas nos quadros 9 e 10:

Quadro 9 – Acervo físico de livros por área de conhecimento

Área	Títulos	Exemplares
000 – Generalidades	10.355	14.304
100 – Filosofia/Psicologia	4.244	6.535
200 – Religião	953	1.170
300 – Ciências Sociais	23.740	39.870
400 – Linguística/Língua	2.492	3.990
500 – Ciências Naturais/Matemática	5.005	9.017
600 – Tecnologia (Ciências Aplicadas)	15.247	28.297
700 – Artes	5.824	9.577
800 – Literatura	13.427	16.585
900 – Geografia e História	5.827	8.519

Fonte: Biblioteca Universitária (Univille, 2025)

Quadro 10 – Acervo físico de periódicos por área de conhecimento

Área	Títulos	Exemplares
000 – Generalidades	49	1.358
100 – Filosofia/Psicologia	8	113

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

200 – Religião	1	7
300 – Ciências Sociais	133	1.426
400 – Linguística/Língua	2	2
500 – Ciências Naturais/ Matemática	12	41
600 – Tecnologia (Ciências Aplicadas)	113	1.400
700 – Artes	35	471
800 – Literatura	3	10
900 – Geografia e História	14	102

Fonte: Biblioteca Universitária (Univille, 2025)

A atualização do acervo é feita conforme solicitação dos docentes, para atender ao previsto nos PPCs e nos planos de ensino e aprendizagem das unidades curriculares.

5.8.4 Serviços prestados/formas de acesso e utilização

O Sibiville, por intermédio dos serviços oferecidos, possibilita à comunidade acadêmica suprir suas necessidades informacionais. São eles:

- **Empréstimo domiciliar:** os usuários podem pegar emprestado o material circulante de acordo com os prazos para sua categoria, conforme Regulamento do Sibiville;
- **Empréstimo interbibliotecário:** empréstimos entre as bibliotecas que compõem o Sibiville e instituições conveniadas;
- **Consulta ao acervo, renovações, reservas, verificação de débitos e materiais pendentes:** ocorrem tanto nos terminais de consulta das Bibliotecas quanto via internet pelo *site* www.univille.br/biblioteca;
- **Programa de Comutação Bibliográfica – Comut:** permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informações internacionais;
- **Levantamento bibliográfico:** serviço de pesquisa por intermédio de

palavras-chave. Os usuários informam os assuntos e a bibliotecária efetua uma busca exaustiva em bases de dados nacionais e estrangeiras, catálogos de bibliotecas e outras fontes de informação. Os resultados são repassados aos usuários por correio eletrônico;

- **Capacitação para utilização das bases de dados e biblioteca virtual:** por meio de agendamento prévio a biblioteca oferece capacitação para uso das bases de dados Academic Search Complete (EBSCO), Medline Complete (EBSCO), Portal Capes, biblioteca virtual Minha Biblioteca e outras fontes de informação pertinentes ao meio acadêmico. São explanadas as formas de pesquisa e os diversos recursos oferecidos;
- **Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos (Icap):** por meio desse serviço, é possível ter acesso aos artigos de periódicos nacionais editados pelas instituições que fazem parte da Rede Pergamum;
- **Elaboração de ficha catalográfica:** ocorre para as publicações da Editora Univille e para as dissertações e teses dos alunos da Univille;
- **Treinamento aos ingressantes:** acontece a cada início de semestre e é ministrado pela bibliotecária de referência, que explana sobre serviços das bibliotecas do Sibiville, consulta ao Sistema Pergamum, localização de materiais, normas e conduta, seus deveres e obrigações no âmbito das bibliotecas.
- **Projeto Arte na Escola:** empréstimos de livros para a comunidade externa e professores de escolas municipais e estaduais cadastradas no Programa Arte na Escola;
- **Workshops e treinamentos:** realizados com conteúdos comunicacionais e oferecidos aos docentes e discentes da Univille;
- **Contação de histórias:** realizadas para as turmas do Colégio Univille e visitantes;
- **Troca Solidária:** os livros que não compõem o acervo são disponibilizados para a comunidade como projeto social e trocados por alimentos e produtos de higiene e limpeza. Mensalmente os produtos arrecadados são encaminhados para o Comitê de Responsabilidade Social da Univille.
- **Modo off-line:** espaço de socialização para os alunos, com quebra-cabeças, jogos de xadrez, palavras-cruzadas e pinturas com lápis de cor.

5.8.5 Acesso a bases de dados

A Univille mantém assinatura de bases de dados bibliográficas, permitindo que estudantes, professores e técnicos administrativos tenham acesso a publicações técnico-científicas. A seguir são caracterizadas as bases de dados disponíveis no Sistema de Bibliotecas da Univille.

- **EBSCO:** a Univille assinou em março de 2005 a base de dados multidisciplinar Academic Search Elite e em 2007 ampliou seu conteúdo assinando a base Academic Search Premier. No ano seguinte, mais uma vez o conteúdo da base foi ampliado, e desde então a Univille conta com a base multidisciplinar Academic Search Complete. São 13.600 títulos de periódicos estrangeiros, dos quais 8.800 têm textos na íntegra;
- **Medline Complete (EBSCO):** dentro da EBSCO a base de dados Medline Complete oferece mais de 2.500 títulos de periódicos com texto completo nas áreas de biomedicina, ciências do comportamento, bioengenharia, desenvolvimento de políticas de saúde, ciências da vida, entre outras;
- **DynaMed (EBSCO):** dentro da EBSCO, essa é uma base de dados com atualizações na área de medicina baseada em evidências;
- **Fonte Acadêmica (EBSCO):** coleção multidisciplinar com mais de 130 periódicos acadêmicos do Brasil e de Portugal.
- **Portal Capes:** convênio que disponibiliza o acesso a 125 bases de dados disponíveis no portal, com materiais em texto completo e abstracts;
- **RT – Revista dos Tribunais on-line:** oferece ferramentas de pesquisa jurídica, tais como conteúdo doutrinário, legislação, julgados dos tribunais, acórdãos e notícias em geral;
- **Biblioteca Virtual Minha Biblioteca:** plataforma de *e-books* conta com mais de 12.000 títulos, com conteúdo multidisciplinar, técnico e científico de qualidade. Por meio da plataforma Minha Biblioteca, estudantes têm acesso rápido e fácil às principais publicações de títulos acadêmicos das diversas áreas do conhecimento. O acesso pode ser feito na Univille ou fora da instituição, utilizando computador, celular ou *tablet* com acesso à internet.

- **Start by WGSN:** plataforma de pesquisa *online* com informações de tendências da moda;
- **Target GEDWeb:** plataforma com acesso à Normas Técnicas, com ferramenta de pesquisa em diários oficiais, legislações, regulamentos etc.

5.8.6 Biblioteca virtual Minha Biblioteca

A plataforma de *e-books* conta com mais de 8.000 títulos, dando acesso a conteúdo multidisciplinar, técnico e científico de qualidade. Por meio da plataforma Minha Biblioteca, estudantes têm acesso rápido e fácil às principais publicações de títulos acadêmicos das diversas áreas do conhecimento. O acesso pode ser feito na Univille ou fora da Instituição, utilizando computador, celular ou *tablet* com acesso à internet.

5.8.7 Acervo específico do curso

Estão à disposição para o curso 5650 títulos de referências e um total de 16.237 exemplares. Os periódicos referentes à área de Educação Especial estão disponíveis em duas bases de dados assinadas pela Univille. São 948 títulos disponíveis no Portal de Periódicos da Capes e 393 na Base de Dados EBSCO.

A Biblioteca da Univille dispõe de 163 periódicos impressos da área de Educação Especial.

5.9 Laboratórios

Na Univille, quando da criação de um novo curso, é nomeada uma comissão que faz a análise de todas as exigências legais e pedagógicas para o funcionamento do curso. Para esse estudo são considerados os seguintes documentos: Diretrizes Curriculares Nacionais do curso; recomendações dos conselhos profissionais, quando há; Plano de Desenvolvimento Institucional; instrumentos de avaliação de cursos do

MEC/Inep e outras normativas que podem se aplicar ao caso. Essa comissão estrutura um plano de investimento em que são colocadas todas as necessidades de construção e modificação de espaços, aquisição de equipamentos, entre outros dados.

Diante disso, toda a estrutura de laboratórios do curso na Univille atende às exigências legais e pedagógicas e está de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

A infraestrutura de laboratórios de ensino é gerenciada pela Área de Laboratórios, exceto os de informática, que contam com uma gerência específica. A área faz o controle de equipamentos e de pessoal técnico a fim de garantir aos cursos de graduação o acesso a laboratórios funcionais e atualizados para o desenvolvimento de aulas práticas e seus desdobramentos.

O acesso aos laboratórios é realizado por meio de reservas encaminhadas pela coordenação de curso ou diretamente pelo professor.

Trabalha-se com dois tipos de reserva nos laboratórios de uso geral ou compartilhado, a saber: reservas de caráter permanente e as esporádicas.

As reservas permanentes para uso dos laboratórios são solicitadas pela coordenação do curso no início de cada ano letivo pelo endereço eletrônico laboratorios@univille.br e valem para o ano corrente. Na ocasião é preciso informar, além do nome do laboratório pretendido, qual a unidade curricular, o professor responsável, o horário das aulas e a periodicidade semanal. Essa solicitação precisará ser refeita a cada novo período letivo.

As reservas esporádicas são feitas ao longo de todo o período letivo e sempre que o andamento da unidade curricular o exigir. Para tanto, é empregado um formulário padrão disponibilizado pela Área de Laboratórios. Essa categoria de reserva é usualmente efetuada pelos próprios professores das unidades curriculares, mas pode ser feita também pela coordenação do curso. Os formulários preenchidos devem ser entregues diretamente à Coordenadoria dos Laboratórios ou enviados por *e-mail* ao endereço eletrônico laboratorios@univille.br.

É importante frisar que, mesmo já existindo a reserva permanente de determinado laboratório para uso de uma unidade curricular, o professor deverá realizar as solicitações de preparo das aulas práticas utilizando o formulário específico, por meio

do qual o uso é previsto, as aulas são confirmadas e as práticas são preparadas conforme as necessidades dos professores.

Uma vez feita a solicitação para uso, a prática é preparada por técnicos e estagiários das áreas específicas. No caso dos laboratórios de uso específico, a coordenação gerencia sua utilização e conta com pessoal técnico treinado para atender à demanda de aulas práticas. Tal demanda de aulas é o que determina a aquisição, o emprego e o armazenamento dos insumos, que podem ser comprados tanto pela Área de Laboratórios quanto pela coordenação do curso.

Independentemente do laboratório em que trabalhe, o pessoal técnico tem formação profissional qualificada e recebe treinamentos funcionais específicos em biossegurança e segurança química.

A segurança dos usuários dos laboratórios é um dos itens mais importantes na rotina de atividades de aula. Exige-se que os alunos usem os equipamentos de proteção individual (EPIs) e as paramentações especiais, quando for o caso. Todos os laboratórios possuem placas indicativas dos riscos associados às práticas neles desenvolvidas, bem como os EPIs recomendados para permanecer no local.

Além das instruções que os usuários recebem dos professores e dos assistentes e técnicos, cada laboratório tem em local visível cartazes informativos reforçando as normas de segurança e a necessidade de emprego dos EPIs.

No ciclo de autoavaliação institucional há uma pesquisa periódica da infraestrutura de toda a Universidade, e os resultados, por meio do Relatório de Autoavaliação Institucional, são entregues à Gestão para que os dados ali apontados sejam absorvidos pelo Planejamento Estratégico da Instituição, que se responsabiliza por tornar aquela recomendação uma ação específica de determinada área ou por transformá-la em um projeto dentro do planejamento.

Os laboratórios de formação básica e específica atendem às necessidades do curso de acordo com o PPC, as respectivas normas de funcionamento e a utilização e segurança disponibilizadas em cada um deles. Apresentam dimensões e distribuição compatíveis com o número de alunos.

No curso Educação Especial, as turmas são divididas em subturmas, conforme o laboratório que está sendo utilizado. Há manutenção periódica dos equipamentos,

instalações físicas e serviços de apoio técnico. O serviço de apoio técnico é realizado por técnicos da área de formação. Há recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades desenvolvidas nos laboratórios, os quais possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas.

Há também avaliação periódica semestral quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios, e os resultados são utilizados pela gestão para planejar a melhoria da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

Na sequência são listados os laboratórios de formação básica e específica.

5.9.1 Laboratórios de formação básica

O Curso de Educação Especial tem à disposição para uso, o Laboratório de Informática localizado na sala A-111, com 41 computadores, projetor multimídia, ambiente climatizado e pacote Office completo. Um dos computadores do laboratório tem instalado o software NVDA e fone de ouvido, o que permite o uso do computador por pessoas cegas ou com baixa visão.

Demais laboratórios de Informática de uso geral:

- Laboratório de Informática C-114 Bloco C Sala 114, com 41 computadores – 81 m²;
- Laboratório de Informática C-115 Bloco C Sala 115, com 41 computadores – 81 m²;
- Laboratório de Informática C-116 Bloco C Sala 116, com 41 computadores – 81 m².

Os docentes podem utilizar quaisquer laboratórios da universidade mediante prévia reserva.

5.9.2 Laboratórios de formação específica

No curso Educação Especial os laboratórios de formação específica utilizados são os seguintes:

O Laboratório de Práticas Pedagógicas (Lappe) é usado especialmente pelas turmas em fase de estágio ou pelos integrantes de grupos de pesquisa e extensão do curso. Trata-se de um espaço que possibilita a confecção de material didático, além de aplicação de determinadas técnicas pedagógicas para posterior avaliação. A reserva do LAPPE é feita na Área de Ciências Humanas e Biológicas. O Lappe também comporta uma impressora braile e um computador acessível com lupa. Esses equipamentos são utilizados tanto por alunos com deficiência, como pelos professores das unidades curriculares que trabalham com o tema da educação inclusiva.

Os professores também podem ministrar suas aulas nas salas de Metodologias Ativas. Estas salas são equipadas com móveis mais adequados ao trabalho em grupo, além de computadores e quadros brancos. Por se tratar de uma sala de aula bastante ampla, é possível a aplicação de determinadas técnicas de ensino que poderão ser reproduzidas no espaço escolar, posteriormente. O agendamento deve ser feito junto ao Centro de Inovação Pedagógica - CIP.

5.10 Comitê de Ética em Pesquisa e Comitê de Ética na Utilização de Animais

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/Univille) foi instituído em agosto de 2000 pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade para avaliar os projetos de pesquisa que envolvem em sua metodologia, seres humanos. Está homologado na CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) desde 2003.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Univille tem como finalidade básica defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos consensualmente aceitos e legalmente preconizados. É um colegiado inter e transdisciplinar, com “múnus público”, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, com o dever de cumprir e fazer cumprir os aspectos éticos das normas vigentes de pesquisa envolvendo seres humanos, de acordo com o disposto na legislação vigente, suas normas complementares e quaisquer outras regulamentações que venham a ser legalmente aprovadas.

O comitê funciona de maneira autônoma na Univille, tudo o que é feito é regimentado por um documento interno aprovado em reunião de colegiado da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação. Está atrelado a este setor dentro da universidade, pois os membros analisam projetos de pesquisa. A Univille é chamada de proponente de pesquisa quando do envio do projeto pelo pesquisador dentro da universidade, ou seja, a Univille está propondo a pesquisa por meio de seus cursos (de onde provém os projetos).

Além do CEP da Univille, que foi um dos primeiros a receber deferimento de instauração, há mais outros cinco comitês na cidade. O Nosso CEP auxilia, sempre que possível ou necessário, instituições parceiras. Projetos que não são da Univille também vem para a nossa apreciação mensalmente. Não há problema na análise, pois muitos desses lugares não têm CEP para avaliar.

A Univille utiliza-se de um sistema de dados via web, por meio do qual pode receber os projetos de pesquisa para análise dos membros. O sistema se chama Plataforma Brasil e por meio dele, os pesquisadores de todo território nacional podem salvar o projeto de pesquisa e documentos para análise. Se o pesquisador é da Univille, naturalmente o projeto pode ser analisado pela Univille. Caso contrário, a CONEP pode indicar outro CEP para analisar os documentos. Nenhum pesquisador pode ficar sem parecer do CEP. Uma vez por mês, os projetos são recebidos (há um cronograma anual para recebimento) e distribuídos aos membros do CEP. Eles analisam os documentos e o relator emite o parecer. Há uma reunião mensal em que todos os membros discutem sobre os projetos enviados e cada um pode dar seu parecer sobre cada projeto. A decisão que prevalece sobre o projeto é a da maioria. Depois da reunião e decisão do colegiado sobre cada projeto protocolado, a presidência emite parecer consubstanciado para que o pesquisador saiba a decisão do CEP. Tudo feito por meio do sistema Plataforma Brasil. O pesquisador recebe um e-mail com essa decisão, disparado pelo sistema, indicando que o parecer foi liberado e precisa responder ao comitê dentro de trinta dias. Depois de respondido corretamente, o CEP emite parecer final aprovado, o qual, o pesquisador também recebe e-mail informando a decisão e dessa forma, ele consegue ir a campo fazer a coleta. A coleta não pode ser executada antes da aprovação.

O CEP possui membros de diversas áreas (Ciências Humanas, Ciências Sociais, Área da Saúde, da Engenharia, da Economia, entre outros) e diversas formações (História, Farmácia, Psicologia, Sociologia, Design, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Química, Educação Física, Odontologia, Biologia, Direito), levando em consideração que há membros de ambos os sexos. Atualmente estamos com 18 (dezoito) membros ativos, contando com os dois representantes de usuários e o suplente. Desses 18 (dezoito) membros, 10 (dez) deles são doutores em suas respectivas áreas. Outros 6 (seis) são mestres em suas respectivas áreas e os representantes de usuários e suplente variam entre uma especialista e dois de formação técnica.

O CEP possui ainda uma secretária exclusiva para as atividades do setor. O atendimento ocorre em sala exclusiva para assuntos do Comitê de Ética em Pesquisa, em que há armários com arquivos, acesso à internet e telefonia, todos igualmente exclusivos. Tivemos uma pequena mudança no layout da sala, com adequação de espaço e móveis, no entanto, ainda estamos na mesma sala, como informado abaixo. O horário de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00, com intervalo para almoço de uma hora.

O Comitê de Ética em Pesquisa no Uso de Animais – CEUA tem por finalidade cumprir e fazer cumprir, no âmbito da Univille e nos limites de suas atribuições, o disposto na legislação aplicável à utilização de animais para o ensino e a pesquisa, caracterizando-se a sua atuação como educativa, consultiva, de assessoria e fiscalização nas questões relativas à matéria de que trata o Regimento.

O CEUA é o componente essencial para aprovação, controle e vigilância das atividades de criação, ensino e pesquisa científica com animais, bem como para garantir o cumprimento das normas de controle da experimentação animal editadas pelo CONCEA (O Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal) as resoluções dos Conselhos Superiores da UNIVILLE, bem como quaisquer outras regulamentações que venham a ser legalmente aprovadas.

O CEUA da Univille está homologado pelo CONCEA, pertence a própria instituição e pode prestar atendimento a instituições parceiras.

REFERÊNCIAS

ARROZ em Massaranduba: áreas de plantação tomam 70% do município. **OCPNews**. Disponível em: <https://ocp.news/economia/arroz-que-ganhou-ate-festa-e-um-dos-pilares-da-economia-demassaranduba>. Acesso em: 20 set. 2021.

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SÃO BENTO DO SUL – ACISBS. **Panorama socioeconômico de São Bento do Sul**. São Bento do Sul, 2015.

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SÃO BENTO DO SUL – ACISBS. **Síntese conjuntural**. Disponível em: https://panoramasbs.org.br/sintese_conjuntural. Acesso em: 20 set 2021.

BANDEIRA, D. R. **Ceramistas pré-coloniais da Baía da Babitonga, SC – arqueologia e etnicidade**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

BANDEIRA, D. R. Povos sambaquianos: os construtores dos montes de conchas e os mais antigos moradores da Baía da Babitonga. **Joinville Ontem e Hoje**, Joinville, p. 4-9, 2005. Disponível em: <http://learqjlle.blogspot.com.br/p/arque.html>. Acesso em: 30 ago. 2016.

BANDEIRA, D. R.; OLIVEIRA, E. L.; SANTOS, A. M. P. Estudo estratigráfico do perfil nordeste do Sambaqui Cubatão I, Joinville/SC. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 19, p. 119-142, 2009. Disponível em: <http://learqjlle.blogspot.com.br/p/arque.html>. Acesso em: 30 ago. 2016.

BENETTI, E. Dependência da economia portuária tem que diminuir e turismo pode ser saída, diz prefeito de São Francisco do Sul. **NSC Total**, 10 ago. 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/estela-benetti/dependencia-da-economia-portuaria-tem-que-diminuir-eturismo-pode-ser>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BRASIL. **Diretrizes e normas nacionais para a oferta de programas e cursos de educação superior na modalidade a distância**: Resolução n.º 1, de 11 de março de 2016, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE). Brasília: CNE, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=35541-rescne-ces-001-14032016-pdf&category_slug=marco-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 28 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP n.º 003 de 10 março de 2004**. Brasília, 2004. Disponível em: portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução n.º 1 de 30 de maio de 2012.** Estabelece diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos. Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17810&Itemid=866.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 9.795 de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm.

CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA. **Histórico do município.** Disponível em: https://www.camaragaruva.sc.gov.br/imprensa/imprensa/o-Municipio/1/2016/1#lista_texto_news. Acesso em: 20 set. 2021.

CAM EMPREENDIMENTOS. **Jaraguá do Sul:** um dos maiores parques industriais do país. Disponível em: <https://www.camempreendimentos.com.br/jaragua-do-sul/>. Acesso em: 20 set. 2021.

CAMPO ALEGRE. **Portal Municipal de Turismo de Campo Alegre.** Disponível em: <https://turismo.campoalegre.sc.gov.br/o-que-fazer/item/estrada-imperial-dona-francisca>. Acesso em: 20 set. 2021.

COELHO, I.; SOSSAI, F. C. (Org.). **Univille:** 50 anos de ensino superior em Joinville e região (1965-2015). Joinville: Editora Univille, 2015.

CURY, A.; CARDOSO, C. Economia brasileira cresce 0,1% em 2014, diz IBGE. **G1**, 27 mar. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/03/economia-brasileira-cresce-01-em2014-diz-ibge.html>. Acesso em: 20 set. 2021.

DELORS, J. **Educação:** um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI. **Turismo náutico é aposta da pesca artesanal em Balneário Barra do Sul.** 2020. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2020/09/25/turismo-nautico-e-aposta-da-pescaartesanal-em-balneario-barra-do-sul/>. Acesso em: 20 set. 2021. FAZCOMEX. Exportações de Joinville-SC: entenda. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/blog/exportacoes-de-joinville-sc/>. Acesso em: 20 set. 2021.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA – FIESC. **Perfil e oportunidade de exportação e investimentos.** 2020. Disponível em: <https://www2.fiescnet.com.br/web/uploads/recursos/82368da4d9409835bf256b142c7b65bb.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, edição especial, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v5nspe/v5nspea10.pdf>. Acesso em: 16 out. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 9. ed., São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FRIGORÍFICO São João, de São João do Itaperiú (SC), é o nono parceiro do Programa Carne Angus Certificada. **O Presente Rural**, 2014. Disponível em: <https://opresenterural.com.br/frigorifico-sao-joao-de-sao-joao-do-itaperiu-sc-e-o-nono-parceiro-do-programa-carne-anguscertificada/>. Acesso em: 20 set. 2021.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE – FURJ. **Estatuto da Fundação Educacional da Região de Joinville**. Resolução do Conselho de Administração da Fundação Educacional da Região de Joinville n.º 11/14, de 31 de julho de 2014. Joinville, 2014a.

GONÇALVES, A. P. 14 marcas de empresas de Jaraguá do Sul conhecidas no Brasil inteiro. **OCP News**, 24 fev. 2021. Disponível em: <https://ocp.news/economia/10-marcas-de-empresas-dejaragua-do-sul-que-voce-encontra-no-brasil-inteiro>. Acesso em: 20 set. 2021.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Barra Velha**. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/conhecasc/municipios-de-sc/barra-velha>. Acesso em: 20 set. 2021.

GUARATUBA. **Portal da Cidade**. Guaratuba 250 anos. Disponível em: <https://guaratuba.portaldacidade.com/historia-de-guaratuba-pr>. Acesso em: 20 set. 2021.

GUIA RIOMAFRA. **Dados da cidade de Mafra** – Santa Catarina. Disponível em: <http://www.guiariomafra.com.br/dados-da-cidade-de-mafra>. Acesso em: 20 set. 2021.

HALL, R. H. **Organizações**: estruturas, processos e resultados. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

INSTITUTE FOR THE FUTURE – IFTF. **Future Work Skills 2020**. Califórnia, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades** – Araquari. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/araquari/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades** – Balneário Barra do Sul. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/balneario-barra-do-sul/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades** – Barra Velha. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/barravelha/panorama>. Acesso em: 20 set 2021c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades** – Campo Alegre. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/campo-alegre/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021d.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades** – Corupá. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/corupa/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021e.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades** – Garuva. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/garuva/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021f.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades** – Geral. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 set 2021g.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades** – Guaramirim. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/Guaramirim/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021h.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades** – Guaratuba. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/guaratuba/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021i.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades** – Itapoá. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/itapoa/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021j.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades** – Jaraguá do Sul. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/jaragua-do-sul/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021k.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades** – Joinville. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/Joinville/panorama>. Acesso em: 20 set 2021l.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades** – Mafra. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/mafra/panorama>. Acesso em: 20 set 2021m.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades** – Massaranduba. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/Massaranduba/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021n.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades** – Rio Negrinho. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/rio-negrinho/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021o.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades** – São Bento do Sul. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-bento-do-sul/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades** – São Francisco do Sul. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-francisco-do-sul/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021q.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades** – São João do Itaperiú. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-joao-do-itaperiu/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021r.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades** – Schroeder. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/schroeder/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021s.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População residente estimada**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579>. Acesso em: 20 set. 2021t.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sidra** – Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>. Acesso em: 20 set. 2021u.

JIMÉNEZ-JIMÉNEZ, D.; SANZ-VALLE; R. Innovation, organizational learning, and performance. **Journal of Business Research**, v. 64, n. 4, p. 408-417, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/222417149_Innovation_organizational_learning_and_performance. Acesso em: 24 set. 2015.

JOINVILLE é a terceira cidade mais rica do Sul do país. **NDMAIS**, 12 jan. 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/economia-sc/joinville-e-a-terceira-cidade-mais-rica-do-sul-do-pais/>. Acesso em: 20 set. 2021.

JOINVILLE tem 19 entre as 500 maiores empresas do Sul do país. **Revista Amanhã**, 2016. Disponível em: <http://sh.adv.br/pt/noticia/joinville-tem-19-entre-as-500-maiores-empresas-do-sul-do-pais>. Acesso em: 20 set. 2021.

KOIWASKI, D. Corupá completa 122 anos com desenvolvimento econômico e turístico em alta. **OCPNews**, 7 jul. 2019. Disponível em: <https://ocp.news/geral/corupa-completa-122-anos-comdesenvolvimento-economico-e-turistico-em-alta>. Acesso em: 21 set. 2021.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 12. Ed., São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. 4. ed. rev., atual. e ampl., São Paulo: Summus, 2003.

KUTACH, F. Pioneirismo entrelaçado com a história de São Bento do Sul. **A Gazeta**, São Bento do Sul, 23 set. 2014. Disponível em: <http://www.gazetasbs.com.br/site/noticias/pioneirismoentrelacado-com-a-historia-de-sao-bento-do-sul-1086#:~:text=São%20Bento%20do%20Sul%20foi,a%20região%20pertencia%20ao%20Paraná>. Acesso em: 20 set. 2021.

LEAL, P. **Guaramirim 71 anos**: força econômica em pleno desenvolvimento e expansão. OCP News, 28 ago. 2020a. Disponível em: <https://ocp.news/economia/guaramirim-71-anos-forcaeconomica-em-pleno-desenvolvimento-e-expansao>. Acesso em: 20 set. 2021.

LEAL, P. **Schroeder 56 anos**: com aumento populacional, município fortalece sua economia. OCP News, 3 out. 2020b. Disponível em: <https://ocp.news/economia/schroeder-56-anos-comaumentopopulacional-municipio-fortalece-sua-economia>. Acesso em: 20 set. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Planejando a próxima década**: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Brasília, 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 13 mar. 2016.

MINTZBERG, H. **Managing**: desvendando o dia a dia da gestão. 12. ed., São Paulo: Cortez, 2010.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 10. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

O POTENCIAL econômico do norte catarinense: conheça os motivos para investir na região. **G1**, 10 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/irineu-imoveis/araquari-a-bola-da-vez/noticia/2019/04/10/o-potencial-economico-do-nortecatarinense-conheca-os-motivos-para-investir-na-regiao.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. **Painel do coronavírus da OMS (covid-19)**. 2021. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 3 nov. 2021. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). Histórico da pandemia de covid-19. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 20 jun. 2021.

O'SULLIVAN, D. Development of integrated manufacturing systems. **Computer Integrated Manufacturing Systems**, v. 5, n. 1, p. 39-53, 1992.

PORTAL DA CIDADE. **Guaratuba 250 anos**. Disponível em: <https://guaratuba.portaldacidade.com/historia-de-guaratuba-pr>. Acesso em: 20 set. 2021.

PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL. **Porto completa 65 anos**. Disponível em: <https://portosaofrancisco.com.br/saiba-mais/id/101>. Acesso em: 20 set. 2021.

PORTO ITAPOÁ. O Porto Itapoá está entre os maiores terminais portuários de contêineres do Brasil. **Porto Itapoá**. Disponível em: <https://www.portoitapoa.com/porto-itapoa/>. Acesso em: 25 out. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAQUARI. **Araquari**. Disponível em: <https://www.araquari.sc.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL. **Balneário Barra do Sul**. Disponível em: <https://balneariobarradosul.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/1>. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE. **Campo Alegre**. Disponível em: <https://www.campoalegre.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/28660>. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ. **Corupá**. Disponível em: <https://corupa.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/52>. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA. **Economia**. Disponível em: <https://garuva.atende.net/cidadao/pagina/economia>. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ. **Aspectos econômicos**. Disponível em: <https://www.itapoa.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/22510>. Acesso em: 21 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA. **Economia do município**. Disponível em: <https://massaranduba.atende.net/cidadao/pagina/economia-do-municipio>. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO. **Perfil socioeconômico**. 2015. Disponível em: <https://www.rionegrinho.sc.gov.br/download.php?id=3549>. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL. **São Bento do Sul em números**. Disponível em: <https://www.saobentodosul.sc.gov.br/sao-bento-sul-em-numeros>. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL. **Economia**. Disponível em: <https://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/economia>. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE ITAPERIÚ. **São João do Itaperiú**. Disponível em:

<http://www.pmsji.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/35575>. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER. **História**. Disponível em: <https://www.schroeder.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/32646>. Acesso em: 20 set. 2021.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE – PMI. **Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos (guia PMBoK®. Project Management Institute)**. 5. ed., São Paulo: Saraiva, 2014.

RAMPELOTTI, L. **Guaratuba 249 anos: agricultura e pesca movimentam a economia da cidade**.

JBLitoral, 28 abr. 2020. Disponível em: <https://jblitoral.com.br/guaratuba-249-anos-agricultura-e-pesca-movimentam-a-economia-da-cidade>. Acesso em: 20 set 2021.

SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEPUD. **Joinville em Dados – 2020**. Joinville: Prefeitura de Joinville, 2020. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/publicacoes/joinville-cidade-em-dados-2020/>. Acesso em: 20 set. 2021.

SERVIÇOS aéreos vão muito além do avião. **Tecnologista**, São Paulo, ed. 111, fev., 2005. Disponível em: <https://www.tecnologista.com.br/revistas/edicao-111/>. Acesso em: 21 set. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC. **Cadernos de desenvolvimento – Barra Velha**. 2019a. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Barra%20Velha%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC. **Cadernos de desenvolvimento – Campo Alegre**. 2019b. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Campo%20Alegre%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC. **Cadernos de desenvolvimento – Jaraguá do Sul**. 2019d. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Jaragua%20do%20Sul%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC. **Cadernos de desenvolvimento – Joinville**. 2019e. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Joinville%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC. **Cadernos de desenvolvimento** – São Bento do Sul. 2019f. Disponível em:

<https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Sao%20Bento%20do%20Sul%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC. **Cadernos de Desenvolvimento** – São Francisco do Sul. 2019g. Disponível em:

<https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Sao%20Francisco%20do%20Sul%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

THECITIES. Joinville, SC. **The Cities**. Disponível em:

<https://www.thecities.com.br/Brasil/Santa-Catarina/Joinville/Economia/1820/>. Acesso em: 20 set. 2021.

TOMPOROSKI, A. A. *et al.* **Rio Negrinho em dados socioeconômicos 2019/2020**.

Universidade do Contestado. Marafra: Editora da UnC, 2020. Disponível em: [https://uni-](https://uni-contestado-)

[site.s3.amazonaws.com/site/biblioteca/ebook/Rio_Negrinho_em_dados_socioeconomicos.pdf](https://uni-contestado-site.s3.amazonaws.com/site/biblioteca/ebook/Rio_Negrinho_em_dados_socioeconomicos.pdf). Acesso em: 20 set. 2021.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. **Estatuto da Universidade da Região de Joinville**. Resolução do Conselho Universitário da Universidade da Região de Joinville n.º 42/24, de 14 de novembro de 2024. Joinville, 2024.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2026**. Joinville, 2024.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016**. Joinville, 2014a.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. **Política de Acompanhamento dos Egressos**. Joinville, 2015a.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. **Política de Gestão de Pessoas**. Joinville, 2015b.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. **Política de Relacionamento com os Estudantes**. Joinville, 2014b.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. **Projeto da Universidade da Região de Joinville**. Joinville, 1991a.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. **Relatório de Serviços de Extensão e Pesquisa**. Joinville, 1991b.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. **Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade da Região de Joinville n.º 07/09**. Joinville, 2009.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. **Resolução do Conselho Universitário da Universidade da Região de Joinville n.º 06/17**. Joinville, 2017

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. **Resolução do Conselho Universitário da Universidade da Região de Joinville n.º 14/21**. Joinville, 2021.

21.^a LOJA da Havan é inaugurada em Barra Velha. **NSCTotal**, 18 dez. 2010.
Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/21a-loja-da-havan-e-inaugurada-em-barra-velha>. Acesso em: 20 set. 2021.

Anexo I

**Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de
Licenciatura em Educação Especial**

Regulamento do
Estágio Curricular Supervisionado
do Curso de Licenciatura em Educação Especial da UNIVILLE

JOINVILLE/SC

2025

Elaboração

Brígida Maria Erhardt

Cristina Ortiga Ferreira

Luciana Caroline Gerent

Sonia Marcia Marcilio Fambomel

Aprovado pelo colegiado do Curso de Licenciatura em Educação Especial e submetido à análise da Câmara de Graduação, tendo sido aprovado pelo Conselho Universitário em 18/11/2025, Parecer *ad referendum* nº 10/2025.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente regulamento apresenta a concepção de estágio e normatiza as atividades nas modalidades de Estágio Curricular Supervisionado (ECS) do Curso de Licenciatura em Educação Especial da Univille.

Parágrafo único. Esse documento foi elaborado de acordo com a legislação nacional vigente e as regulamentações da instituição e deve ser seguido pelos estagiários do curso para a conclusão de curso Licenciatura em Educação Especial.

Art. 2º Nos termos do art. 1º da Lei 11.788/2008 o Estágio é ato educativo escolar supervisionado desenvolvido no ambiente do trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando as etapas da educação básica em instituições de ensino reconhecidas. No curso de Licenciatura em Educação Especial os estágios supervisionados III e IV abrangem também organizações educacionais /sociais.

§1º O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) do curso de Licenciatura em Educação Especial da UNIVILLE são espaços de construção, apropriação e transposição de conhecimentos da área de formação.

§2º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Educação Especial da UNIVILLE será desenvolvido junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da UNIVILLE, atendendo ao disposto na Lei 11.788/2008.

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Educação Especial da UNIVILLE tem por objetivos:

I - Possibilitar o profissional da Educação Especial o referencial teórico metodológico que oportunize a leitura e a interação crítica e consciente da educação Inclusiva na educação básica e;

II - Habilitar para o pleno exercício na Educação Especial por meio do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores pertinentes à inclusão do aluno com deficiência ou possíveis necessidades educativas específicas;

III - Qualificar o profissional da Educação Especial com os subsídios teórico-metodológicos necessários para o processo de inclusão na perspectiva da educação especial;

IV - Situar os estudos desenvolvidos na Educação Especial, discutindo e avaliando documentos e legislações internacionais e nacionais na busca da compreensão e

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

posicionamento crítico frente a implementação de práticas da educação especial na educação básica e sociedade.

V – Vivenciar as práticas da Educação Especial na complexidade das relações sociais, culturais, políticas e pedagógicas em uma perspectiva inter e transdisciplinar, ao longo da educação básica;

VI- Conhecer as necessidades educacionais da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e como ocorre o atendimento educacional especializado nas diferentes etapas da educação básica.

VII- Contribuir com o desenvolvimento da pesquisa e produção de conhecimento na área da Educação Especial.;

VIII -Reconhecer e respeitar as diversidades e complexidade da educação especial na educação básica e sociedade combatendo a discriminação no contexto escolar e social.

Art. 4º O ECS contribui de forma significativa para desenvolver o perfil profissiográfico do egresso conforme o projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Educação Especial que prevê:

I - Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime e igualitária;

II - Trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos nas diferentes etapas e modalidades de educação básica;

III - Relacionar os conteúdos específicos da Educação Especial e as abordagens teórico metodológicas dos diferentes componentes curriculares de forma interdisciplinar e contextualizada;

IV - Demonstrar proficiência nas linguagens digitais e na utilização das tecnologias de informação e comunicação nos processos de ensino-aprendizagem, incluindo as linguagens assistivas;

V - Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, das deficiências e de diversidade sexual;

VI - Realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a disseminação de conhecimentos;

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

VII - Compreender criticamente os dispositivos legais e as normativas curriculares enquanto componentes fundamentais para o exercício do magistério;

VIII - Participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação do projeto político-pedagógico escolar; e

IX - Mediar debates, pesquisar e assessorar espaços não formais de ensino, instituições públicas e privadas, organizações não governamentais e entidades confessionais. Em suma, que o egresso construa, ao longo de sua formação, uma postura de compromisso profissional e social, capaz de compreender e intervir no contexto das transformações da sociedade, capaz de elaborar perguntas e resolver os problemas correspondentes a prática da educação especial.

Art. 5º A carga horária mínima do ECS no Curso de Licenciatura em Educação Especial, é de 400 horas, em situação real de trabalho em escola, conforme aprovado no Projeto Pedagógico do Curso, atendendo ao disposto na Resolução CNE/CP n. 02, de 20 de dezembro de 2019.

DA SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 6º A Supervisão Geral do ECS na UNIVILLE compete à Pró-Reitoria de Ensino e à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, conforme disposto na resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade que aprova as diretrizes para a regulamentação dos Estágios Curriculares Supervisionados.

Art. 7º A Coordenação dos estágios é responsabilidade do Coordenador de Curso.

Art. 8º Compete ao Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação Especial da Univille:

- I. Coordenar e acompanhar as atividades do professor responsável pelo ECS;
- II. Participar de reuniões de planejamento e acompanhamento das atividades de ECS;
- III. Elaborar com o professor o cronograma das atividades com os respectivos prazos e publicá-lo para o cumprimento das etapas do ECS;

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

IV. Estabelecer no cronograma a data limite para que o estagiário entre com pedido de convalidação para dispensa de horas de estágio, analisá-lo e emitir parecer;

V. Encaminhar à Pró-Reitoria de Ensino as eventuais propostas de alteração do regulamento de ECS, desde que aprovadas pelo colegiado do Curso;

VI. Supervisionar o cumprimento da legislação em vigor;

VII. Emitir Cartas de Apresentação para os estagiários aptos ao início das atividades nos campos de estágio;

VIII. Receber dos acadêmicos aprovados, conforme estabelecido em edital, arquivos dos documentos comprobatórios com os resultados do estágio realizado;

IX. Responsabilizar-se pelo arquivamento dos documentos comprobatórios de Estágio pelo período regulamentado em lei;

X. Resolver casos omissos neste regulamento;

Art. 8º. Compete ao Professor Orientador de Estágio:

I. Fornecer aos estagiários roteiros norteadores para o desenvolvimento de cada etapa do estágio;

II. Elaborar com os estagiários o Planejamento Global do Estágio e publicar o cronograma para sua execução em conformidade com o Edital.

III. Orientar o planejamento e a execução de cada etapa do Estágio.

IV. Promover a articulação entre estagiário, Univille e o Campo de Estágio.

V. Estimular os estagiários à participação em projetos de interesse educacional, cultural, social, ambiental e tecnológico, na unidade escolar;

VI. Supervisionar o desempenho dos estagiários no Campo de Estágio;

VII. Acompanhar a execução do Estágio;

VIII. Verificar a frequência dos estagiários;

IX. Avaliar o desempenho dos estagiários, dando feedback;

X. Encaminhar os resultados do acadêmico no ECS, para serem arquivados pela Coordenação do Curso;

XI. Orientar a elaboração das atividades que compõem o TCE e a apresentação dos resultados em seminário.

Parágrafo único. Para ser professor orientador de estágio é necessário conhecimento do contexto escolar da educação básica, conhecimento e experiência no componente curricular.

DO CAMPO DO ESTÁGIO

Art. 9º. Compete ao Campo de Estágio:

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

- I.** Firmar convênio com a UNIVILLE e assinar termo de compromisso com o estagiário e a UNIVILLE;
- II.** Dar oportunidade ao estagiário para o desenvolvimento de seu projeto de estágio, contribuindo na qualidade de sua formação pessoal e profissional;
- III.** Ter ciência das atividades de ECS a serem desenvolvidas pelos estagiários;
- IV.** Apresentar ao estagiário a estrutura organizacional do local de estágio e o Plano Político Pedagógico da Escola;
- V.** Fornecer informações sobre normas internas, funcionamento e calendário letivo.
- VI.** Indicar profissional habilitado, ou seja, graduado que possa acompanhar o estagiário nas atividades de estágio.
- VII.** Avaliar a atuação do estagiário nos termos aprovados neste Regulamento

Art. 10. O acompanhamento do estagiário no Campo de Estágio será realizado pelo profissional habilitado da Instituição e designado, como supervisor de Estágio.

Art. 11. Compete ao supervisor de estágio:

- I.** Estar ciente da sistemática do ECS;
- II.** Conhecer e aprovar a execução das atividades a serem desenvolvidas pelos acadêmicos;
- III.** Supervisionar a atuação do estagiário, quanto ao desenvolvimento das atividades de Estágio;
- IV.** Contribuir para o aperfeiçoamento do ECS;
- V.** Controlar a frequência do estagiário;
- VI.** Avaliar e registrar a atuação do estagiário de acordo com os formulários pré-estabelecidos;
- VII.** Informar ao Professor Orientador ou Coordenação do Curso por escrito, sobre problemas decorrentes do não cumprimento das atribuições do estagiário, incluindo a frequência.

DA DISPENSA DO CUMPRIMENTO DE HORAS DE ESTÁGIO

Art. 12. O Estagiário poderá dispensar até 200 horas, segundo o disposto na Resolução CNE/CP 02 de 19/02/02, desde que comprove que durante dois anos letivos completos tenha exercido atividade docente regular na educação básica, vinculado a educação especial, nos últimos cinco anos.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

§1º. A docência/ intervenção não poderá ser dispensada.

§2º. O estagiário poderá realizar a docência no seu campo de trabalho, desde que não seja na turma de sua regência e que o supervisor seja devidamente habilitado.

Art. 13. Para solicitar a dispensa o estagiário deverá dirigir-se à Central de Atendimento Acadêmico, preencher requerimento e apresentar os seguintes documentos:

- I. Cópia do contrato com a unidade escolar e ou equivalente;
- II. Parecer da unidade escolar ou equivalente sobre a atuação do estagiário em seu espaço de trabalho como profissional;
- III. Relato de experiência em forma de memorial.

Parágrafo único. O prazo para solicitação da dispensa será publicado no Edital do Estágio do curso, no início de cada semestre letivo.

DO DESENVOLVIMENTO DO ECS e ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 14 As atividades de Estágio Curricular Supervisionado serão desenvolvidas na segunda metade do curso, cumprindo-se às 400 horas, assim distribuídas:

I. No 5º semestre, acontecerá o ECS I, a ser realizado no contexto da educação infantil e dos anos iniciais da educação básica, com 100 horas, divididas nas etapas de observação, participação e intervenção em turmas que sejam compostas por alunos com deficiência.

II. No 6º semestre, acontecerá o ECS II, a ser realizado no contexto dos anos finais e médio da educação básica, com 100 horas, divididas nas etapas de observação, participação e intervenção em turmas que sejam compostas por alunos com deficiência.

III. No 7º semestre, acontecerá o ECS III a ser realizado em organização educacional/social que atenda pessoas com transtornos de neurodesenvolvimento e síndrome do Down, incluindo salas de AEE, com 100h, divididas nas etapas de observação, participação e intervenção;

IV. No 8º semestre, acontecerá o o ECS III a ser realizado em organização educacional/ social que atenda pessoas com deficiência visual, auditiva, motora e intelectual, incluindo salas de AEE, com 100 horas, divididas nas etapas de observação, participação e intervenção.

§1º O cronograma com as atividades e a respectiva carga horária do ECS será elaborado pelo professor orientador de estágio, a cada semestre letivo e tornado público, por edital.

Art. 15. O estagiário deverá obter, no mínimo, a nota 7,0 (sete) em cada um dos componentes constantes no art. 14, para dar prosseguimento ao ECS.

Art. 16. A observação do campo de estágio caracteriza-se pelo contato formal com a entidade “campo de estágio”, por meio da identificação das suas instalações, forma de organização administrativa, pedagógica e da comunidade escolar.

Art. 17. A observação das práticas pertinentes à formação profissional se caracteriza pelo acompanhamento direto dos profissionais do campo de estágio com o objetivo de buscar subsídios à construção das propostas das atividades práticas por meio da análise dos elementos observados e das necessidades do contexto institucional.

Art. 18. A participação e a inserção consistem em experienciar as mais diversificadas ações educativas possíveis, em atividades no campo de estágio e atividades institucionais, como: projetos já existentes no campo de estágio ou propostos pelo estagiário; colaboração em atividades de avaliação, de elaboração de material didático-pedagógico; participação em conselhos de classe e/ou reuniões pedagógicas, em projetos da unidade escolar, realizando seminários, minicursos, oficinas e monitorias.

Art. 19. A docência e ou intervenção oportuniza a articulação entre o saber e o fazer; caracteriza-se pela regência efetivamente planejada e realizada pelo estagiário, com supervisão do professor orientador de estágio e do professor supervisor do campo de estágio.

§1º A prática docente consiste no planejamento de sequências didáticas e ou projetos de intervenção, na aplicação das aulas, e práticas na aprendizagem dos educandos e nas devolutivas dadas pelo professor;

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

§2º O estagiário somente poderá dar início ao desenvolvimento das atividades práticas de ensino e intervenção após a aprovação do professor orientador de estágio.

Art. 20. Para o desenvolvimento do ECS, o estagiário deverá cumprir os prazos estabelecidos no edital e no cronograma de atividades publicado pelo professor e coordenador do curso.

Parágrafo único. O ECS será realizados no município de origem e/ou de residência do(a) acadêmico(a), preferencialmente, em escola pública e organização educacional/social sem fins lucrativos.

Art. 21. O Estágio Curricular Supervisionado efetuado pelo acadêmico, nos termos tratados neste regulamento, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.

DAS ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art. 22. São atribuições do estagiário para a realização das etapas do ECS

- I.** Realizar as atividades de Estágio conforme as disposições do presente Regulamento;
- II.** Frequentar as aulas de orientação e cumprir o cronograma previsto e publicado em edital para as atividades dos Estágios Curriculares do Curso;
- III.** Conhecer a política de estágio do curso e de sua sistemática;
- IV.** Cadastrar a solicitação do Termo de Compromisso de ECS para formalizar o estágio com o campo de estágio, no início de cada semestre;
- V.** Respeitar as normas, horários, procedimentos e peculiaridades do(s) Campo(s) de Estágio(s);
- VI.** Observar a rotina do cotidiano no Campo de Estágio e participar das atividades nele desenvolvidas;
- VII.** Manter a ética sobre assuntos referentes ao ECS;
- VIII.** Recorrer ao Professor Orientador de ECS sempre que surgirem dificuldades ou dúvidas não resolvidas no local de ECS;
- IX.** Apresentar ao professor orientador do ECS e ao supervisor de estágio os planejamentos de todas as atividades que serão realizadas no campo para análise, aprovação e autorização para sua execução;
- X.** Apresentar ao professor orientador de estágio os formulários de frequência e avaliação, devidamente preenchidos e assinados, anexando-os ao TCE;

XI. Comunicar os impedimentos ao professor supervisor de estágio do Campo de Estágio e ao professor orientador antecipadamente e apresentar justificativa por escrito ao professor orientador até 02 (dois) dias úteis após sua ocorrência;

XII. Elaborar os resultados cada Estágio Curricular Supervisionado realizado de acordo com as normas adotadas pela UNIVILLE, e apresentá-los ao professor orientador de ECS para sua aprovação, dentro do prazo previsto;

XIII. Socializar os resultados do ECS em seminário público;

XIV. Entregar à Coordenação do Curso arquivos eletrônicos dos documentos comprobatórios da realização do ECS;

XV. Submeter-se à avaliação do desempenho em todas as etapas de seu estágio.

DA AVALIAÇÃO, FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO NO ECS

Art. 23. Durante o desenvolvimento de todo o Estágio Curricular Supervisionado os estagiários deverão ser capazes de:

I. Atuar profissionalmente a partir das orientações referente as etapas e modalidade de ensino;

II. Conhecer as políticas públicas e saber onde, quando e como se aplicam no campo de estágio;

III. Ter habilidade para organizar atividades de pesquisa e extensão em projetos que envolvam o ensino e a aprendizagem;

IV. Assumir a responsabilidade na condução de processos educativos curriculares, na mediação de conflitos na turma, e/ou no ambiente institucional;

V. Ter habilidade para trabalhar em equipe;

VI. Ser autônomo para planejar e inovar em diferentes situações de aprendizagem;

VII. Ser comprometido com a sua própria formação continuada e desenvolvimento profissional;

VIII. Ser líder, responsável, solidário, ético e justo frente aos dilemas da profissão.

IX. Estar predisposto às novas aprendizagens;

X. Ter habilidade para trabalhar com a diversidade;

XI. Ser responsável, assíduo e pontual;

XII. Apresentar expectativas positivas sobre a aprendizagem dos sujeitos sob a sua orientação;

XIII. Conhecer as orientações metodológicas empregadas na construção do conhecimento;

XIV. Conhecer as interações de suas atividades profissionais com o desenvolvimento tecnológico e social da humanidade.

Parágrafo único. O desenvolvimento destas habilidades será analisado pelo professor orientador de estágio nas avaliações de todas as etapas do estágio.

Art. 24. Para efeitos de avaliação do estágio será considerado plágio o ato de apresentar o trabalho de conclusão do seu estágio contendo partes, seja qual for o número de frases, de uma obra que pertença a outra pessoa sem referenciá-la.

Parágrafo único. O estagiário que incidir nesta prática terá o seu Trabalho de Conclusão de Estágio reprovado.

Art. 25. A avaliação das atividades desenvolvidas pelo estagiário será realizada pelo Professor Orientador de ECS, de forma sistemática e contínua, considerando também o parecer avaliativo do professor supervisor de estágio.

Parágrafo único. O professor orientador de estágio deverá comunicar oficialmente ao Coordenador do Curso quando o estagiário não cumprir os prazos fixados no cronograma.

Art. 26. A avaliação do ECS será feita, considerando-se os seguintes incisos e resultados:

- I. Desempenho do estudante, que engloba o desenvolvimento durante o Estágio Curricular Supervisionado, bem como a avaliação do Campo de Estágio;
- II. Os resultados apresentados nos documentos comprobatórios no Estágio Curricular Supervisionado e Estágio na Educação Especial;
- III. Apresentação pública organizada pelo professor de estágio.

Art. 27. O Desempenho das atividades de ECS corresponde ao desenvolvimento de todas as atividades de estágio previstas em cada etapa do estágio.

Art. 28. O Relatório de Conclusão do Estágio Curricular Supervisionado e correspondem aos documentos que descrevem e analisam as atividades desenvolvidas pelo (a) estagiário (a), bem como fundamenta as questões teóricas abordadas e vivenciadas.

Art. 29. A apresentação do TCE será pública, em consonância com o calendário acadêmico e que corresponderá à socialização da experiência do estágio, no qual o estagiário poderá ser questionado pelos professores avaliadores e pelos presentes no evento.

Art. 30. Para a avaliação do desempenho do estagiário, serão considerados:

- I. Comprometimento;

- II. O resultado das produções;
- III. Projeto do estágio;
- IV. Resultado das atividades práticas.

Art. 31. O comprometimento refere-se à conduta responsável em relação às tarefas propostas e implica em:

- I. cumprimento de todos os prazos;
- II. observação quanto às correções feitas nos textos escritos;
- III. comunicação ao professor orientador de qualquer tipo de dificuldade ou alteração no horário das aulas ou da escola;
- IV. busca pelas devidas orientações;
- V. apresentação prévia dos planos de aulas;
- VI. envolvimento durante o processo de ECS para o desenvolvimento das competências apresentadas no art. 23;
- VII. ética profissional demonstrada no espaço escolar com os educandos, com os professores e com o corpo técnico-administrativo.

Parágrafo único. O comprometimento do estagiário no Campo de Estágio será avaliado pelo Supervisor de ECS em formulário próprio.

Art. 32. Os resultados das produções correspondem aos textos a serem entregues nos prazos estabelecidos e publicados em edital:

- I. Texto sobre observação do campo de estágio;
- II. Texto sobre observação de aulas;
- III. Texto sobre a etapa de participação;
- IV. Texto sobre a etapa de regência.

Art. 33. O Projeto do Estágio corresponde ao planejamento das atividades das etapas de observação, participação e regência pelo acadêmico, seguindo roteiro próprio e as formas

de apresentação de trabalhos acadêmicos da UNIVILLE, respeitando o cronograma de ECS e aprovados pelo professor orientador.

Art. 34. Os resultados das atividades práticas correspondem à aplicação das atividades planejadas que compõem a Projeto de Ensino e aplicadas etapa da regência, aprovados pelo professor orientador de ECS e acompanhados pelo professor supervisor.

Art. 35. Para a nota final do Relatório de Conclusão do Estágio Curricular Supervisionado, serão considerados:

I. adequação do Relatório de Conclusão às Normas de Apresentação dos Trabalhos Acadêmicos da Univille;

II. cumprimento dos prazos estabelecidos;

III. adequação linguística;

IV. reflexão sobre as atividades práticas;

V. conclusões apresentadas que contribuirão para a docência;

VI. coerência entre teoria e prática apresentadas;

VII. organização dos documentos anexos, de acordo com a lista apresentada aos estagiários pelo professor orientador, que deverão estar devidamente preenchidos, assinados pelos responsáveis e carimbados quando se fizer necessário.

Art. 36. Na apresentação em Seminário, organizado pelo professor de estágio, o estagiário será avaliado levando-se em conta:

I. objetividade;

II. recursos utilizados;

III. organização e clareza na explanação das ideias;

IV. relevância dos itens apresentados;

V. pertinência das respostas as arguições;

VI. cumprimento do horário definido para a apresentação.

Art. 37. O estagiário só poderá fazer apresentação pública se tiver obtido, no mínimo, nota 7,0 (sete) nos incisos I e II do Artigo 26.

Art. 38. A média final do ECS será dada pela média aritmética obtida em cada um dos itens descritos no Art. 26.

Art. 39. São condições para obtenção da aprovação no ECS:

I. cumprimento efetivo das horas de estágio;

II. obtenção de, no mínimo, nota média sete (7.0), numa escala de zero (0.0) a dez (10.0).

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

§ 1º. Será considerado cumprimento efetivo das horas de estágio a frequência de 100% em todas as atividades de estágio.

§ 2º. A Média final sete (7,0) será feita nos termos do art. 38.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 40 O acadêmico é o responsável, único e exclusivo, por qualquer contravenção legal ou administrativa que cometer junto à instituição de ensino ou campo de estágio, ficando sujeito às penalidades previstas no Regimento Geral da UNIVILLE e se responsabilizando por ações civis e criminais.

Art. 41. O ESC por serem considerados componentes curriculares em que o estagiário conclui a sua formação inicial, integrando-se em situações reais ligadas à profissão, para a qual está sendo habilitado, e durante a realização das etapas, a nota será publicada no diário no final do processo.

Art. 42. Os alunos não aprovados deverão cursar integralmente o ECS do semestre correspondente à reprovação.

Art.43. Quando necessário, para esclarecer as especificidades de cada modalidade de estágio não contemplada neste regulamento, será feito um informativo complementar que será divulgado no início do semestre letivo por meio de um Edital.

Art. 44. Os casos omissos serão resolvidos com a coordenação do curso.

Este regulamento foi aprovado em reunião do CONSUN, no dia 18/11/2025.